

VIRGÍNIA MARIA LIMA VEIGA

**SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA
DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL
PARALISIA CEREBRAL**

Orientadora: Prof.^a Doutora Felipa Cristina Henriques Rodrigues Lopes dos Reis

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Serviço Social

Lisboa

2020

VIRGÍNIA MARIA LIMA VEIGA

**SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA
DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL
PARALISIA CEREBRAL**

Dissertação de Mestrado apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social, no curso de Mestrado em Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar, conferida pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 07 de julho de 2020, perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º 53/2020 de 13 de fevereiro de 2020, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.^a Doutora Hélia Bracons Carneiro (por delegação)

Orientadora: Prof.^a Doutora Felipa Cristina Henriques Rodrigues Lopes dos Reis

Arguente: Prof.^a Doutora Ana Cristina Freitas Brasão

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Serviço Social

Lisboa

2020

A Ciência é construída de factos tal como
uma casa é construída de pedras.

Mas a acumulação de factos não é uma
Ciência tal como um monte de pedras
não é uma casa.

Jules Henri Poincaré

Nancy 1854, abril 29 / † Paris 1912, julho 17

\

DEDICATÓRIA

Sempre afirmei a todas as pessoas amigas e familiares, que este estudo iria servir como complemento a nível de realização pessoal, dando continuidade à minha formação em Serviço Social. Penso que conseguirei chegar a bom porto.

Dedico-a ao meu grande amigo Engenheiro José Manuel Fortuna de Carvalho Antelo, que sempre me ajudou a não desistir na elaboração desta dissertação, bem como por todo o trabalho que desenvolveu ao longo da sua vida em prole destas IPSS, nomeadamente da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa e com as demais Instituições, onde também colaborou sempre em função dos mais frágeis.

Grata

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as Associações de Paralisia Cerebral a disponibilidade para colaborarem, não só fornecendo os dados que lhes foram solicitados, mas também respondendo positiva e prontamente ao inquérito que foi lançado.

Também é devido um agradecimento muito especial a todos os Professores da Universidade Lusófona que, durante o Curso de Especialização em Gestão de Unidade Sociais e de Bem-Estar, deram o seu melhor para que os alunos em geral e no meu caso em particular tirassem o máximo proveito dos ensinamentos ministrados.

Aos meus colegas de curso, uma palavra amiga pela simpatia com que fui acolhida.

À empresa de consultadoria Deloitte Consultores S.A. pelo apoio dado, permitindo a utilização das metodologias nas análises para a Criação de Valor nas Empresas e Instituições.

Ao meu querido filho por também ter colaborado nos momentos difíceis.

Finalmente, *the last but not the least*, à minha orientadora e Professora Doutora Felipa Cristina Henriques Lopes dos Reis pelo apoio, paciência, ajuda e compreensão demonstradas.

Resumo

As Instituições do Terceiro Setor têm vindo a adquirir um importante papel na Sociedade ao longo dos tempos, com novas exigências lhe são impostas, tanto em recursos humanos como financeiros.

Muitos estudos se têm vindo a realizar no âmbito da Sustentabilidade das IPSS. No entanto, este irá abranger o Setor das IPSS de Paralisia Cerebral, Instituições onde os problemas económico-financeiros são determinantes, e também por ser um uma das áreas mais sensíveis da Sociedade, onde os recursos são escassos.

O objetivo principal deste estudo é o de saber quais os fatores que poderão pôr em causa a Sustentabilidade das IPSS de Paralisia Cerebral. Para isso utilizou-se o método quantitativo, através de um questionário por Inquérito e pela análise dos Balanços e das Demonstrações de Resultados, por forma a completar, em termos estatísticos, a nossa análise.

Da interpretação desses resultados pretende-se determinar quais os fatores da perda da Sustentabilidade destas IPSS, quais as zonas de risco que enfrentam, nomeadamente o endividamento, identificar as áreas passíveis para a Criação de Valor, formular possíveis recomendações e priorizar iniciativas para a implementação de um programa de transformação.

Os fatores que de uma maneira geral que contribuíram para a vulnerabilidade financeira destas IPSS segundo os participantes inquiridos, estão na grande maioria dos casos, relacionados com sintomas relativos com a parte económico-financeira e de gestão.

Com este estudo, também se procurou inovar, criando um quadro orientador e limitador das zonas de risco de perda de sustentabilidade, mapa esse que poderá servir no futuro aos gestores e técnicos das IPSS, para detetarem o aparecimento de tais sintomas, os quais podem levar as Instituições a situações de incumprimento e eventualmente a um estado de falência.

A situação de subsídio dependência em relação ao Estado, requer por parte dos dirigentes a adoção de novas medidas inovadoras, quer em termos técnicos quer humanos, que lhes permitam serem autossustentáveis, continuando a serem agentes importantes na intervenção social, com impacto significativo junto das populações mais desfavorecidas.

Palavras Chaves: Sustentabilidade económico-financeira, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Paralisia Cerebral, Endividamento, Criação de Valor.

Abstract

The Third Sector Institutions have acquired an important role on the society through the years, with new demands that have been given to them in financial and human terms.

Manny studies **were** made under the sustainability of PISS (Private Institutions of Social Solidarity). However, this study is going to be focused on Cerebral Palsy PISS's, where economic and financial problems still persist. Also, this is a very sensible area of the society where resources are scarce due to the lack of economic and financial support.

The main objective of this study is to determine which factors may put in cause the sustainability of the PISS's. Several methods **were** utilized to determine the statistics of our analysis. Those are, the quantitative method, a series of questionnaires and the analysis of multiple data that was available to us.

In this study we also pretend to verify which factors may lead to the loss of sustainability of this Institutions, the risks zones they face, in the area of Cerebral Palsy. These areas are their own indebtedness, the marking of possible areas on where value can be generated, the formulation of possible suggestions, and the prioritization of transformation programs.

In general, the factors that have contributed to the economic vulnerability of this PISS's are according with the respondents, and in the majority of the cases, related with their own management and their economic and financial aspects.

Also, with this study, we pretend to innovate, creating guidelines and limiting sustainability risk zones. These guidelines aim to serve in the future, several PISS managers and technicians, with the intent of detecting this referred symptom's, which may lead these Institutions to an economic default and also to a state of bankruptcy.

Due to the fact of these Institutions being highly dependent from Public State economic support, is required from their leader's several innovative measures, as much in human and

technical terms, measures which allow them to be self-sustainable and at the same time permitting these agents to be important in the social intervention, with significant impact on the underprivileged populations.

Keywords: Economical and financial sustainability; PISS (Private Institutions of Social Solidarity); Cerebral Palsy; Indebtedness; Value generation;

Lista de Abreviaturas

AAD – Ajudante de Ação Direta

APCAS – Associação de Paralisia Cerebral de Almada – Seixal

APCB – Associação de Paralisia Cerebral de Braga

APCC – Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra

APCE – Associação de Paralisia Cerebral de Évora

APCF – Associação de Paralisia Cerebral de Faro

APCG – Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães

APCL – Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa

APC Leiria – Associação de Paralisia Cerebral de Leiria

APCM – Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

APCO – Associação de Paralisia Cerebral de Odemira

APCS – Associação de Paralisia Cerebral de Santarém

APCSM – Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel

APCV – Associação de Paralisia Cerebral de Viseu

APCVC – Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo

APCVNB – Associação de Paralisia Cerebral de Vila Nova da Barquinha

APCVR – Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

APPC – Associação do Porto de Paralisia Cerebral

CAA – Centro de Atividades Aquáticas

CAE – Código de Atividade Empresarial

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

CB – Casa de Benfica

CBBP – Central de Balanços do Banco de Portugal

CCRL – CONFECOOP – Confederação das Cooperativas Portuguesas, CCRL

CEB – Curso Escolar Básico

CET – Centro de Equitação Terapêutica

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CJAP – Centro José de Azeredo Perdigão

CNBC – Centro Nuno Belmar da Costa

CNIS – Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social

CNKA – Centro Nuno Krus Abecasis

CPCB – Centro de Paralisia Cerebral de Beja

CRPCCG – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian

CT – Casa do Tejo

EBIT – ‘Earnings Before Interests and Taxes’

EBITA – ‘Earnings Before Interests, Taxes and Amortizations’

EBITDA – ‘Earnings Before Interests, Taxes, Depreciations and Amortisations’

EMV – Esperança Média de Vida

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

E7O – Espaço 7 Oficinas

FAPPC – Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral

FSE – Fornecimentos e Serviços Externos

IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IS – Imposto de Selo

ISV – Imposto sobre Veículos

IUC – Imposto Único de Circulação

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LRR – Lar Residencial

MASES – Medidas de Apoio à Segurança dos Equipamentos Sociais

MSSS – Ministério da Solidariedade e Segurança Social

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

PC – Protocolo de Cooperação

PC-AND – Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto

PEA – Programa de Emergência Alimentar

PES – Programa de Emergência Social

PIB – Produto Interno Bruto

PIDDAC – Programa de Investimentos de Desenvolvimentos e Despesas da Administração Central

PMP – Prazo Médio de Pagamentos

PMR – Prazo Médio de Recebimentos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POISE – Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego

POPH – Programa Operacional de Potencial Humano

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

QREN – Quadro de Referência de Estratégia Nacional

RA – Residência Autónoma

ROC – Revisor Oficial de Contas

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SNC – Sistema Nacional de Contabilidade

TOC – Técnico Oficial de Contas

UM – União das Mutualidades

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

UNICEF – Fundo da Nações Unidas para a Infância

VAB – Valor Acrescentado Bruto

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	2
AGRADECIMENTOS.....	3
Resumo.....	4
<i>Abstract</i>	6
The Third Sector Institutions have acquired an important role on the society through the years, with new demands that have been given to them in financial and human terms.	6
Lista de Abreviaturas.....	7
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	17
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE	21
1.1 - Noções de Sustentabilidade	21
1.2 - Justificação e Importância do Tema.....	23
1.3 - Problemática da Investigação	25
1.4 - Objetivos da Investigação	25
1.5 - Questões da Investigação	26
1.6 - Quadro Conceptual	27
CAPÍTULO II - AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	27
2.1 - A Natureza do Terceiro Setor.....	27
2.2 - As Organizações sem Fins Lucrativos em Portugal	30
CAPÍTULO III - TIPOS DE FINANCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	31
3.1 - Financiamento Público.....	31
3.2 - Financiamento Privado	Erro! Marcador não definido.
3.4 - A Crise Económica das IPSS.....	39
3.5 - A Vulnerabilidade Financeira das Organizações sem Fins Lucrativos.....	41
3.6- Estratégias de Sustentabilidade Financeira das IPSS	43
3.7- O Sistema Legal.....	44
3.8 - A Conjuntura Económica das IPSS.....	45
CAPÍTULO IV - A LIDERANÇA DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E A ÉTICA APLICADA	47
4.1 - Algumas considerações sobre a Liderança das Organizações	47
4.2 - Ética Aplicada às Organizações	49
4.3 - Princípios e Compromissos dos Dirigentes	50
4.4 - Princípios e Compromissos dos Colaboradores (Funcionários e Voluntários).....	51

4.5 - Princípios e Compromissos das Famílias.....	51
4.6 - Princípios e Compromissos dos Utentes.....	51
4.7 - Comissão de Ética.....	52
CAPÍTULO V - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO CONCEITO DA DEFECIÊNCIA.....	54
5.1 - Conceito de Deficiência.....	54
5.2 - Direitos e Políticas para as Pessoas com Deficiência	57
5.3 - Alguns Factos e Números sobre Pessoas com Deficiência.....	57
5.4 - O Envelhecimento das Pessoas com Deficiência	59
5.5 - Serviços de Apoio para Pessoas com Deficiência.....	60
5.6 - As Associações de Paralisia Cerebral em Portugal.....	61
PARTE II - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	64
CAPÍTULO VI - PESQUISA CIENTÍFICA	65
6.1 - Considerações Prévias.....	65
6.2 - Metodologia / Questionário por Inquérito	66
6.3 - Metodologia / Balanço e Demonstração de Resultados das IPSS.....	67
6.4 - Tipo de Estudo.....	68
6.5 - Amostra Representativa.....	69
6.6 - Variáveis em Estudo.....	70
6.7 - Variáveis Dependentes	70
6.8 - Variáveis Independentes.....	70
6.9 - Hipóteses.....	71
CAPÍTULO VII - Análise e Apresentação dos dados do Inquérito, Balanço e Demonstração de Resultados - Recomendações	74
7.1 - Apresentação dos dados do Inquérito	74
7.1.1 - Apresentação dos balanços e demontrações de resultados, rácios e indicadores.....	86
7.1.2 - Estrutura Financeira e Endividamento	88
7.1.3 - Indicadores de Endividamento	90
7.1.4 - Indicadores e Rácio de liquidez	90
O Rácio de Liquidez	91
7.1.5 - Indicadores de Rendibilidade.....	91
7.1.6 - Indicadores de Atividade.....	93
7.1.7 - Análise do Ponto Crítico e Margem de Segurança	93
7.1.8 - Indicador do Risco de Falência (Z - Score de Altman).....	94

7.1.9 - Rácios e Indicadores dos Balanços e Demonstrações de Resultados.....	99
7.1.10 - Médias ponderadas segundo o Banco de Portugal para o setor das Instituições estudadas.....	109
7.1.11 - Identificação das Áreas de Atuação dos Balanços e da Demonstração de Resultados - Recomendações	111
7.2 - Identificação das Áreas de Atuação baseada nos Inquéritos/Recomendações	115
7.3 – Priorização das Iniciativas.....	120
7.4 - Roadmap	123
7.4.1 - Proposta do Cronograma de Implementação das Ações	123
7.5 - CONCLUSÕES.....	124
7.6 - Limitações da Investigação	127
7.7 - Sugestões para Investigações Futuras	127
BIBLIOGRAFIA.....	128
APÊNDICES	I
Apêndice I - Pedido de autorização para colaboração na Investigação.....	II
Apêndice II - Carta informativa da Mestranda às Instituições.....	III
Apêndice III - Modelo dos Inquéritos.....	V
Apêndice IV - Apuramento dos Inquéritos.....	XI
ANEXOS	XVI
Anexo I - Balanços E demonstrações de Resultados Das 14 Instituições De Paralisia Cerebral	XVII
Anexo II - Lei de Bases da Segurança Social	XXVI
Anexo III - Estatutos das IPSS	XXIX

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Económico-Financeiro.....	74
Gráfico 2 - Recursos Humanos.....	74
Gráfico 3 - Satisfação Utentes/Familiares.....	75
Gráfico 4 - Qualidade Instalações.....	75
Gráfico 5 - Gestão e Organização.....	76
Gráfico 6 - Outras Causas.....	77
Gráfico 7 - Aumento das Receitas.....	77
Gráfico 8 - Otimização das Margens.....	78
Gráfico 9 - Continuação das Otimização.....	78
Gráfico 10 - Eficiência dos Ativos.....	79
Gráfico 11 – Continuação para a Eficiência dos Ativos.....	80
Gráfico 12 - Área do Pessoal.....	80
Gráfico 13 – Refeitórios.....	81
Gráfico 14 – Atividades de Lazer, Cultura e Desporto.....	81
Gráfico 15 - Conservação e Manutenção de Equipamentos.....	81
Gráfico 16 - Outras Medidas.....	82
Gráfico 17 – Recomendações.....	83
Gráfico 18 - Continuação das Recomendações.....	83

Índice de Figuras

Figura 1 - O ambiente Ético nas organizações.....	51
Figura 2 - Organigrama da APCL.....	62
Figura 3 - Instrumentos de Recolha de Dados.....	71
Figura 4 -Esquema de Recomendações para as áreas de atuação baseado no apuramento dos inquéritos.....	113
Figura 5 - Cronograma de ação.....	122

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Financiamento Público.....	32
Tabela 2 - Financiamento Privado.....	36
Tabela 3 - Fontes de Capital.....	38
Tabela 4 - Rácios/Zonas de risco.....	95
Tabela 5 - Indicadores e Rácios das Instituições A e B.....	97
Tabela 6 - Indicadores e Rácios das Instituições C e D.....	98
Tabela 7 - Indicadores e Rácios das Instituições E e F.....	99
Tabela 8 - Indicadores e Rácios das Instituições J e k.....	100
Tabela 9 - Indicadores e Rácios das Instituições L e M.....	101
Tabela 10 - Indicadores e Rácios das Instituições N e P.....	102
Tabela 11 - Indicadores e Rácios das Instituições Q e R.....	103
Tabela 12 - Indicadores e Rácios da Instituições S.....	104
Tabela 13 - Rácios e Indicadores do conjunto das Instituições.....	105
Tabela 14 - Rácios e Indicadores segundo o Banco de Portugal.....	106
Tabela 15 - Média ponderada do Banco de Portugal e Média das APPC	108
Tabela 16 - Análise das Zonas de Risco por Instituição e Triénio.....	110
Tabela 17 - Ranking das 14 Instituições.....	110

Tabela 18 - Rácios e Indicadores por ano e Zonas de Risco.....	111
--	-----

Índice de Quadros

Quadro 1 - Resumo da Sustentabilidade e Vulnerabilidade Financeira das IPSS....	42
Quadro 2 - Sistema de Valores por atores / Agentes avaliados.....	49
Quadro 3 - Esperança Média de Vida em Portugal.....	58
Quadro 4 - Fórmula de cálculo dos Indicadores da estrutura Financeira.....	87
Quadro 5 - Fórmula de cálculo de Indicadores de Endividamento.....	88
Quadro 6 - Fórmula de cálculo de Liquidez.....	89
Quadro 7 - Fórmula de cálculo dos Indicadores de Rendibilidade.....	91
Quadro 8 - Fórmula de cálculo dos Indicadores de Atividade.....	91
Quadro 9 - Fórmula de cálculo dos Indicadores do Ponto Crítico e Margem Segurança.....	92
Quadro 10 - Recomendações para a Otimização das Margens.....	115
Quadro 11 - Recomendações para a Eficiência dos Ativos.....	116
Quadro 12 - Recomendações para a Eficácia Organizacional.....	117
Quadro 13 - Priorização de Iniciativas.....	119
Quadro 14 - Matriz de Oportunidades.....	120

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2017 foi dado início ao projeto da dissertação do mestrado sob o tema a Sustentabilidade Económico-Financeira das IPSS da área da Deficiência - Paralisia Cerebral. Trata-se de Instituições do Terceiro Setor - Economia Social onde as dificuldades de gestão, sobretudo as financeiras, se colocam com grande acuidade.

As Organizações Sem Fins Lucrativos, onde as Associações de Paralisia Cerebral estão inseridas, têm apresentado uma crescente presença na economia nacional. Segundo dados recolhidos em 2006, as Organizações sem Fins Lucrativas portuguesas representavam uma importante força de trabalho, empregando cerca de 185.000 trabalhadores, o que se expressa numa percentagem de empregabilidade de 4,3%. Nestes números não estão incluídos os voluntários que regularmente colaboram com as Instituições.

Segundo Salamon, Sokolowski, Haddock & Tice (2012), esta força de trabalho produziu bens e serviços no valor de 5,7 mil milhões de euros para o Produto Interno Bruto (PIB) e contribuiu com 2,7% mil milhões de euros no Valor Acrescentado Bruto (VAB) para a valorização da economia social.

Em 2017 Portugal tinha 5647 Instituições da Economia Social, fazendo parte destas, 3364 IPSS e 375 Misericórdias.

Estes dados foram confirmados no recente estudo (dezembro de 2017) elaborado pela Universidade Católica do Porto com o apoio do Banco de Portugal para a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social - CNIS - no âmbito da candidatura POISE.03-4639-FSE-000007 de 2 de agosto de 2016 (p.52).

Soares *et al.* (2012), referem que as respostas sociais existentes no contexto nacional são prestadas na sua maioria por Organizações Sem Fins Lucrativas - 68% e destas, 61% são IPSS.

Segundo Ferreira (2009), o aparecimento das Organizações do Terceiro Setor está relacionado com movimentos associativos que partem de iniciativas individuais de alguns agentes sociais e da cooperação comunitária.

Conforme afirma Almeida “As características e os modos de funcionamento das Instituições do Terceiro Setor estão, igualmente, ligados às especificidades das comunidades onde estão inseridas” (Almeida, 2011, p.62).

Soares *et al.* (2012), no seu estudo sobre as IPSS, revela como as Instituições do Terceiro Setor são de uma extrema importância, pois preenchem as lacunas do Estado no que se refere às respostas sociais à população, constituindo-se assim, como um ponto crucial no equilíbrio social.

Nas Organizações sem Fins Lucrativos, as necessidades internas, ao nível da gestão, devem obrigar à existência dum sistema de controlo rigorosos e de grande exigência e sentido de responsabilidade. Os condicionamentos externos, relacionados com as exigências dos financiamentos em relação à otimização dos recursos, levantam questões de equilíbrio precário associado à sua sustentabilidade financeira.

Embora não tenham por finalidade a obtenção de lucro, estas Organizações têm de conseguir um equilíbrio entre a sua **missão social** e a sua **responsabilidade financeira**. No entanto as questões que integram a sustentabilidade financeira, são encaradas de forma diferente da dos outros setores, os quais visam a obtenção do lucro.

Por outro lado Abraham (2003), refere que a gestão correta dos recursos na prossecução da sua missão, baseada num sistema rigoroso e exigente de prestação de contas, leva a uma maior capacidade para resistirem a crises financeiras.

Estes motivos fazem com que seja importante estudar a estrutura de financiamento deste tipo de Organizações e o modo de sobrevivência desta Instituições que são a parte mais importante do Terceiro Setor da Economia.

O presente trabalho encontra-se constituído por três partes:

- Na primeira parte, através da revisão bibliográfica efetuada, a qual incidirá principalmente sobre o estudo efetuado pelos autores Sílvia Silva, Natacha Santos, Jorge Mota, José Martin em “Sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal”(2014), onde irão ser analisados os diferentes aspetos teóricos relacionados com a temática em estudo, permitindo uma abordagem sobre os conceitos determinantes das IPSS, bem como os objetivos pretendidos com este estudo sobre as Instituições de Paralisia Cerebral.
- Na segunda parte, procede-se à análise empírica, onde é abordada a metodologia da investigação, a qual incidirá sobre um inquérito por questionário a cada uma das IPSS de Paralisia Cerebral do Continente e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, bem como da análise de dados das respetivas IPSS de Paralisia Cerebral, através dos Balanços e Demonstrações de Resultados.
- Na terceira parte, procede-se à análise e apresentação dos dados do Inquérito, do Balanço e Demonstração de Resultados, as possíveis recomendações e sugestões para futuras investigações

De Assinalar que a norma aplicada para as citações e para a bibliografia corresponde à norma da American Psychological Association (APA).

CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE

1.1 - Noções de Sustentabilidade

Sustentabilidade deriva do latim “*sustentare*” (Vergílio) ou “*sustinere*” (Cícero) que significa sustentar, suportar, conservar em bom estado, manter, resistir. Sustentável é tudo o que é capaz de ser suportado, mantido, indo mais além. (Torrinha, Dicionário Português - Latino - Domingos Barreira, Editor, 1939)

Para Lange, Busch e Delgado - Ceballos (2012, p.68-70) “a sustentabilidade pode ser definida como uma abordagem de negócio que considera de forma equilibrada e holística os aspetos económicos, sociais e ambientais, gerando a longo prazo benefícios a gerações futuras e às partes interessadas” *stakeholders*.

Sustentabilidade parte também do diálogo, pois ouvir as pessoas é fator chave e primordial para que a Organização consiga implantar uma política necessária à sua sobrevivência. Almeida (2011) fala que devemos levar em consideração as opiniões e expectativas dos *stakeholders*, ou seja, instituições, indivíduos, empregados, utentes, e suas famílias, consumidores, fornecedores, comunidades e outras empresas que com ela interagem.

Para Nidumolu, Prahalad e Rangaswani (2009, p.56-64), “a procura da sustentabilidade deve gerar indiscutivelmente inovações organizacionais, dado que as empresas precisam reformular produtos, tecnologias, processos de modo a transformá-los muitas vezes em modelos de negócio”.

Ainda Walls e Schwarzin (2012), afirmam que a sustentabilidade parte das pessoas envolvidas na Organização e que é grande a importância da aprendizagem dos conceitos que estão contidos na noção de sustentabilidade, sendo imprescindível a formação dos colaboradores.

Resumindo, sem sustentabilidade não há futuro, sem futuro não há serviços prestados, os quais são a razão de ser das entidades objeto da presente dissertação, entidades essas que têm por finalidade prestar serviços para o bem comum.

1.2 - Justificação e Importância do Tema

De acordo com Soares *et al.* (2012), estavam inscritas na Direção Geral de Ação Social, em 2010, cerca de cinco mil IPSS com objetivos de Ação Social, centrando a sua atividade em áreas de abrangência da Segurança Social, proteção na saúde, educação e habitação.

Franco (2005), refere que as Organizações do Terceiro Setor sobrevivem através de fundos que têm uma estrutura variável de acordo com o setor de atividade e o voluntariado.

Em Portugal, a maioria das Organizações de Economia Social são Instituições Particulares de Solidariedade Social, que podem ser de natureza associativa ou de natureza fundacional.

Também é relevante, embora não tenha sido citada, a área da deficiência, dado que segundo o Instituto Nacional de Estatística, cerca de 10% da população portuguesa apresenta situações de deficiência, quer congénita quer adquirida.

Para Almeida (2011), a questão da sustentabilidade tem causa e efeito no todo organizacional, e por isso mesmo estas Instituições precisam redefinir os seus planeamentos e ações voltadas para este problema, aderirem a modelos mais sustentáveis, numa postura não imediatista, mas sim numa visão de estratégia de curto, médio e longo prazo.

Oliveira *et al.* (2012), apresentam nos seus estudos cinco princípios necessários para que ocorra uma melhor implantação da Sustentabilidade nas Organizações que passam por: (1) Incentivar; (2) Iniciativa, dos voluntárias e dos profissionais da organização; (3) inclusão de profissionais motivados para a sustentabilidade; (4) participação no planeamento estratégico; (5) desenvolvimento e implantação de indicadores estratégicos táticos e operacionais nos âmbitos social, económico e ambiental.

Poderá colocar-se a questão: Porquê a escolha da Paralisia Cerebral na área da deficiência?

As principais razões da escolha são duas:

- A primeira, porque se considera que a Paralisia Cerebral é representativa da área da deficiência, na medida em que as patologias resultantes dos danos cerebrais causados antes, durante ou após o parto poderem causar as mais variadas formas de deficiência física ou mental.
- A segunda, porque sendo os custos com o pessoal determinantes, é na Paralisia Cerebral, que o rácio Pessoal/Utentes é dos mais elevados, portanto onde o fator sustentabilidades é mais precário.

Sendo as IPSS de Paralisia Cerebral, um subconjunto do Terceiro Setor onde as dificuldades tanto económicas como financeiras se acentuam, apesar de terem uma comparticipação maior da Segurança Social por cada utente, são as que suportam custos mais elevados com recursos humanos onde empregam cerca de 2500 pessoas para além dos prestadores de serviços especializados os quais estimam entre de 350 e 400, por forma a disponibilizarem as respostas sociais que devem ser prestadas.

Tal força de trabalho é necessária por forma a estarem aptas a proporcionarem as respostas sociais adequadas às necessidades específicas dos seus utentes. O rácio de pessoal por utente, é na paralisia cerebral em média de 1/1.

Têm sido realizados diversos estudos académicos sobre a sustentabilidade das instituições, mas é certamente pertinente abordar esta área da deficiência, pois ainda não são conhecidos estudos sobre esta matéria, e sobretudo destas estas IPSS, com vista a evitar possíveis evoluções desfavoráveis, ou mesmo correrem o risco de falência, interrompendo a sua missão social. Se tal viesse a suceder, os principais prejudicados seriam os utentes e suas famílias, ficando numa situação de total dependência do Estado.

Em resumo, pretende-se com este estudo efetuar um diagnóstico económico-financeiro das IPSS de Paralisia Cerebral, conhecer a sua situação atual e, após análise, propor algumas recomendações, evitando a sua dependência total do Estado ou até mesmo evitar em tempo

útil o risco de falência, uma vez que interrompendo a sua missão social os principais prejudicados são como se afirmou acima, os utentes e suas famílias.

1.3 - Problemática da Investigação

Segundo Reis (2018, p.66) “qualquer investigação parte de uma situação problemática, e tem o propósito de dar uma resposta original e fundamentada sobre determinado assunto que está por resolver”.

O conhecimento do problema é o que origina o raciocínio que gera a investigação, após revisão bibliográfica e observação e, neste processo, são formuladas as hipóteses, ou seja soluções possíveis para o problema identificado.

O problema da situação compreende a definição específica de uma questão ou dificuldade não resolvida que requer discussão, investigação, decisão ou solução num domínio do conhecimento científico.

Para Quivy & Campenhoutdt (2005, p.89) um problema de investigação “é a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adotar pela pergunta de partida”.

Polit *et al.* (2004; p.104), entendem que a problemática de investigação “envolve uma situação enigmática, inquietante, ou perturbadora” acrescentando que “a finalidade da pesquisa é solucionar ou contribuir para a solução desse problema”.

Neste estudo a problemática sobre a questão da sustentabilidade das IPSS emergiu, e nomeadamente nas IPSS de Paralisia Cerebral, dado que se debatem com custo dos mais elevados quer em termos de recursos humanos, quer com os utentes, uma vez que estes exigem cuidados acrescidos em termos de ajudas e apoios aos mais diversos níveis.

1.4 - Objetivos da Investigação

“Os Objetivos são entendidos como um enunciado declarativo, que precisa a orientação da investigação, segundo um nível dos conhecimentos

estabelecidos no domínio da questão, indicam a razão da investigação e revelam aquilo que é proposto fazer para responder às questões de investigação.” (Reis, 2018 p. 64)

Os objetivos da investigação, segundo Sampieri *et al.* (2006), tem a finalidade de mostrar o que se deseja da pesquisa, as metas que se pretendem alcançar, e devem ser expressos com clareza.

O objetivo principal deste estudo é saber quais as causas que poderão por em causa a Sustentabilidade das IPSS de Paralisia Cerebral a saber:

- Principais sintomas da perda da sustentabilidade a nível económico-financeiro;
- Medidas corretivas para o aumento da sustentabilidade (criação de valor);
- Priorização das iniciativas e recomendações para a criação de valor;

1.5 - Questões da Investigação

Sampieri *et al.* (2006) entendem que as questões de investigação orientam para as respostas pretendidas pela pesquisa, constituem ideias que precisam ser refinadas e delimitadas para orientar o começo de um estudo, e que não devem utilizar termos ambíguos nem abstratos.

Polit *et al.* (2004) referem que uma questão de pesquisa é a declaração de uma indagação específica que o pesquisador quer para obter a solução para o problema da pesquisa. A questão ou questões de investigação orientam o tipo ou os tipos de dados a colher no estudo e identificam as variáveis.

Assim as questões que se pretendem desenvolver com este estudo sobre a Sustentabilidade económica - financeira das IPSS de Paralisia-Cerebral passaram por:

- **Os custos com o pessoal, constituem ou não o maior desafio que estas IPSS têm de se enfrentar e suportar?**
- **Que outros custos poderão colocar em risco a sustentabilidade destas IPSS, a curto, médio e longo prazo?**
- **Quais são os indicadores de oportunidades de atuação, no planeamento e estratégias das Instituições para o aumento das receitas e otimização dos custos e assim aumentar o seu valor?**

1.6 - Quadro Conceptual

As áreas prioritariamente envolvidas na Sustentabilidade da Organização, e as suas relações com a Gestão, são de forma resumida esquematizadas da seguinte forma:

Sustentabilidade  **Gestão**

- Património Financeiro  Preservação/Incremento
- Capital Humano  Inovação/Motivação/Formação
- Parcerias Sociais  Eficácia nas Respostas Sociais
- Missão/Visão/Valores  Estratégia/Planificação
- Princípios Éticos  Respeito/Justiça/Subsidiariedade

CAPÍTULO II - AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

2.1 - A Natureza do Terceiro Setor

A Organização económica e social de um País pode considerar-se como resultado da atividade de três setores: Setor Público, Setor Privado e Setor Cooperativo e Social (Constituição da República Portuguesa (2005, Art.º82).

Este último, também designado como Terceiro Setor, engloba as atividades das Organizações sem Fins Lucrativos, e é composto por Organizações cuja constituição se caracteriza por uma

estrutura e regularidade de operações com procedimentos de tomada de decisão legítimos. São Instituições Particulares, com autonomia institucional do Estado e gestão própria, embora possam receber apoios financeiros públicos. Mas, por receberem apoios públicos, são *ipso facto*, obrigadas a uma rigorosa prestação de contas periódica.

Segundo Salamon & Anheier (2002), o funcionamento destas Organizações tem, portanto, como base, apoios financeiros prestados por agentes externos, não visando a obtenção ou distribuição de lucro, mas sim atingir os objetivos sociais que estiveram na origem da sua criação, e apresentam um grau elevado de voluntariado.

Para Quintão (2011), a emergência ou a reemergência das orientações político-económicas liberais e de austeridade dos Estados sociais, sentidas nas últimas décadas, suscitaram o aparecimento de novas dinâmicas da sociedade civil que constituíram também novas formas de organização económica, desenvolvendo bens e serviços ao nível do Terceiro Setor.

Almeida (2011) afirma que esses serviços evoluíram num crescente aumento de procura e de oferta, provenientes do surgimento de novas e variadas necessidades sociais. O Estado estabelece políticas de contratualização com Organizações do Terceiro Setor, com a finalidade de garantir respostas para as necessidades emergentes da população.

Segundo Evers & Laville (2004), o Terceiro Setor enquadra-se numa estrutura tripolar constituída por Mercado, Estado e Comunidades, onde ocupa uma posição intermediária. O campo de atuação do Terceiro Setor encontra-se em permanente tensão, pelo facto de as Instituições que o constituem serem simultaneamente influenciadas pelas políticas estatais e pela legislação, pelos valores e pelas práticas das entidades privadas, pela cultura da sociedade civil e pelas necessidades provenientes das famílias e da vida comunitária.

Ainda segundo Almeida (2011), tais influências são mais ou menos intensificadas consoante as organizações se vão localizando de forma mais próxima ou mais afastada de cada polo.

Esta perspetiva salienta uma das limitações apontadas ao Terceiro Setor, que é a indefinição de papéis, transparecendo uma diluição nos Setores do Mercado e do Estado. Para além desta limitação, verificam-se dificuldades de financiamento, pela elevada dependência financeira relativamente a esses mesmos setores, com os quais estabelece ligações.

O Terceiro Setor tem vindo a desempenhar um papel de crescente destaque, influenciando alterações no quadro legal do sistema fiscal, na definição de políticas e até na própria lógica de funcionamento dos componentes da estrutura tripolar.

Drucker, (1990), defende que uma Organização sem Fins Lucrativos só poderá ter sucesso na sua missão social, quando se verifica a existência de três critérios:

(1) oportunidades (inovação), (2) competência (liderança e mobilização de recursos humanos) e (3) compromisso (objetivos).

As diversas estratégias adotadas por uma Organização sem fins lucrativos visam satisfazer as necessidades sociais e da comunidade, transformando oportunidades em ação e obtendo resultados, para garantir a satisfação e as exigências éticas e sociais da Organização.

As IPSS devem seguir alguns critérios económicos, tornando-se mais competitivas ao nível da eficiência e da eficácia. A eficiência está relacionada com rentabilização de recursos ao nível humano, financeiro e material e a eficácia está relacionada com a capacidade da IPSS de alcançar os seus objetivos, respeitando a sua missão de carácter social.

As Organizações sem Fins Lucrativos possuem um conjunto de recursos que devem ser geridos de forma eficaz e eficiente de forma a assegurar a sua viabilidade económica, tal implica que os seus responsáveis detenham conhecimentos ao nível da gestão. Fowler (1995), Menezes (2010), Santos *et al.* (2014).

Para Menezes (2012) p.143-149 “A gestão está mais relacionada com assegurar a eficiência e a eficácia, tais como planear, organizar os recursos e monitorizar o desempenho da organização; a liderança tem mais a ver com definir uma visão/direção para a organização”.

Embora as Organizações do terceiro setor não tenham por objetivo o lucro com a finalidade de distribuir dividendos para a remuneração do capital investido, é também certo que não podem nem devem ter resultados sistematicamente negativos, pois se tal vier a acontecer, põem em causa a sua própria existência. Os resultados positivos devem ser aplicados nas próprias instituições, para melhoria contínua dos seus fins sociais.

2.2 - As Organizações sem Fins Lucrativos em Portugal

Como se referiu na Introdução, mas que convém salientar de novo, as Organizações sem Fins Lucrativos em Portugal têm apresentado uma crescente presença na economia nacional. Em Portugal existiam 5647 Instituições em 2012, fazendo parte destas 3364 IPSS, 1017 Centros Paroquiais, 375 Misericórdias, 252 Fundações, 219 Institutos de Organizações Religiosas, 174 Casas do Povo, 161 Cooperativas de Solidariedade Social e 85 Associações Mutualistas.

Para Soares *et al.* (2012) das respostas sociais existentes no contexto nacional, 68% são prestadas por Organizações sem Fins Lucrativos e destas, 61% são IPSS.

Segundo Franco *et al.* (2005), a emergência e o desenvolvimento do setor não lucrativo sofreram, em Portugal, forte influência da Igreja Católica, do crescimento das Mutualidades, da autoajuda, do controlo político sempre tão presente na história nacional e ainda da delegação, por parte do governo, de serviços sociais nestas organizações.

Dentro das Organizações sem Fins Lucrativos no contexto português encontram-se as IPSS, que abrangem uma diversidade de formas de intervenção, e mantêm uma relação de interdependência com o Estado, havendo lugar a uma repartição de funções, e a uma comparticipação do Estado para o funcionamento dessas instituições.

Para Melo (2013), as Organizações Sem Fins Lucrativos Portuguesas apresentam algumas limitações, das quais se destacam as seguintes:

- A realidade recente do contexto nacional mostra pouco reconhecimento e pouca visibilidade ao nível da opinião pública;
- Os financiamentos reduzidos, a insegurança do quadro de pessoal, associada à instabilidade financeira e a falta de profissionalização dos recursos humanos, colocam em causa a missão das organizações. Estas limitações estão relacionadas com um dos principais problemas, que é o da escassez de recursos.

Conforme afirma Abranham (2003), nas Organizações sem Fins Lucrativos, as necessidades internas ao nível da gestão, a fraca existência de um sistema de controlo e da exigência de responsabilidade, bem como os condicionamentos externos, relacionados com as exigências dos financiadores em relação à otimização dos recursos, levantam questões preocupantes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa Instituto de Serviço Social 30

associadas à sua sustentabilidade financeira (questões do âmbito da sustentabilidade financeira, que não são sentidas pelas organizações que integram os outros setores).

Mas por outro lado, nos casos em que a existência de uma gestão correta dos recursos na prossecução da sua missão, baseada num sistema rigoroso e exigente de prestação de contas, leva a uma maior capacidade às resistências a crises financeiras.

Este motivo faz que seja importante estudar a estrutura de financiamento deste tipo de organizações.

CAPÍTULO III - TIPOS DE FINANCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

3.1 - Financiamento Público

Para Franco (2005), as organizações do Terceiro Setor sobrevivem através de fundos que têm uma estrutura variável de acordo com o setor de atividade e o voluntariado.

Dada a importância das atividades e dos serviços desenvolvidos pelas IPSS, estas gozam de um regime de benefícios e de regalias fiscais, que são o reflexo da sua especificidade no contexto português.

O Regime de Normalização Contabilístico para as entidades do setor não lucrativo contempla as regras contabilísticas adaptadas às instituições que devido à sua finalidade social, têm determinados benefícios, mas em contrapartida estão obrigadas a seguir critérios de rigor e transparência na informação relacionada com as atividades realizadas, na gestão dos recursos e nos resultados obtidos.

Às IPSS legalmente registadas, pode ser-lhes atribuído o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública (Decreto-lei nº 119/83), o qual lhes oferece regalias como benefícios e isenções fiscais, nomeadamente ao nível dos impostos: Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), Imposto Sobre Veículos (ISV), Imposto Único de Circulação (IUC) e Imposto de Selo (IS). (lei nº 151/99).

Além destas isenções, como pessoa coletiva de utilidade pública, goza ainda de isenção de custas judiciais.

As IPSS têm sobretudo dois tipos de financiamento : O financiamento público que se refere aos apoios dos organismos do Estado (Central e Locais), e o financiamento privado que integra por um lado, as receitas obtidas de fontes internas (resultantes das suas atividade operacional) e externas (que não são geradas pela instituição), e por outro lado, os empréstimos (obtidos de entidades bancarias ou de outras entidades particulares).

Uma parte significativa das IPSS, para manter em funcionamento os seus serviços e atividades, procuram financiamento de vários setores do Estado (Central e Locais), de acordo com a sua área de intervenção, para obterem um apoio financeiro mensal de montante fixo, que lhes permita manter o equilíbrio financeiro.

O quadro seguinte apresenta diferentes tipos de apoios que os vários setores e organismos do Estado podem atribuir às IPSS, bem como, a título de exemplo, alguns apoios oriundos de programas comunitários.

Entidades	Programas/ Medidas	Objetivos/Conteúdos
Centros Distritais da Segurança Social	Acordos de Cooperação para as respostas sociais	Comparticipação mensal por utente
Ministério da Solidariedade e Segurança Social	Apoio do PIDDAC/PARES	Investimento para a construção de infraestruturas e a aquisição de bens móveis
	Fundo de Socorro Social (Subsídio Eventual)	Subsídios eventuais (Exclusão social, sinistros e Calamidades)
Autarquias Locais	Subsídios eventuais	Subsídios pontuais (Infraestruturas ou equipamento o móvel)
Municípios	Acordo anual de fornecimento de almoços às crianças do 1º CEB (Despacho nº 18987/ 2009)	Subsídio mensal que abrange a resposta social de CATL (com interrupções letivas e sem almoço)
	Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (Despacho nº 9265-B/2013)	Subsídio mensal que abrange as crianças que frequentam o jardim de Infância público
Instituto de Emprego e Formação Profissional	Medidas de empregabilidade (combate ao desemprego de longa duração e integração no mercado de trabalho)	Apoio financeiro de acordo com a medida aprovada através de candidatura (estágio de emprego, contrato emprego-inserção, etc.)
Ministério da Saúde	Protocolos com a Administração Regional de Saúde	Consultas, exames e tratamentos médicos, incluindo cirurgias
Fundos Comunitários	Programas do QREN (Integra, POPH) e PRODER)	Investimento para a construção de infraestruturas, aquisição de bens móveis, implementação de projetos (áreas prioritárias) e planos de formação

Tabela 1 - Financiamento Público

Fonte: Adaptado dos autores: Sílvia e Silva *et al.* (2014)

Segundo Soares *et al.* (2012), o último Protocolo de Cooperação (PC 2019-2020), assinado entre as Confederações e as Uniões representativas das IPSS (CNIS, UMP, UM e CCRL) e o

Ministério da Solidariedade e Segurança Social, traduz o compromisso assumido, repartindo as obrigações e responsabilidades destes parceiros público-social.

A contenção do Orçamento de Estado teve um impacto direto no último Protocolo, com reforço da articulação com as IPSS através do Programa de Emergência Alimentar (PEA), do Programa de Emergência Social (PES), e do apoio às instituições com dívidas e dificuldades financeiras graves, em consequência de investimentos realizados no âmbito do PARES e do POPH.

O Protocolo determina um conjunto de novas orientações que têm grande influência na situação financeira das IPSS, das quais se destacam:

- Atualização dos valores das comparticipações das respostas sociais da Segurança Social.
- Reafecção dos Acordos de Cooperação, com revisão de acordos em respostas sociais que tenham uma frequência de utentes inferior à definida, e alargamento de outros acordos nos quais se verifique a situação inversa. A revisão dos Acordos fundamenta-se no valor médio de frequência de utentes no quadrimestre de avaliação.
- No Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). Para atribuição da comparticipação da Segurança Social a 100% é necessária a prestação de 4 dos 6 serviços essenciais - higiene pessoal, higiene habitacional, alimentação, tratamento de roupas, teleassistência, animação - em dias úteis, podendo a comparticipação aumentar até 150% , no caso de prestação de outros serviços complementares (acompanhamento ao exterior, reparações no domicílio e outras não consideradas indispensáveis), ou diminuir até 85%, no caso de não ser prestado o número mínimo de serviços.
- Liberdade de gestão de vagas, em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), desde que não abrangidas por protocolos públicos, com livre fixação da comparticipação familiar, desde que não exceda os montantes praticados na rede lucrativa.
- A comparticipação familiar em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) tem como valor de referência, para o ano de 2019, € 1.061,20 utente/mês. A comparticipação do

utente deve ser acrescida da comparticipação dos seus descendentes ou outros com obrigação de prestação de alimentos, que é acordada por escrito, mediante a sua capacidade económica e financeira. Não existem critérios definidos para esta comparticipação, desde que o somatório anual das comparticipações de responsabilidade tripartida (utente, segurança social e descendentes) não seja superior ao valor da referência acrescido de 15%, a multiplicar pelo número de utentes em acordo de cooperação, ou seja, € 1.079,19 de valor médio mensal por utente.

Com vista à sustentabilidade das entidades do setor social e à manutenção da qualidade dos serviços prestados, foi criado o Fundo de Reestruturação do Setor Social (apoio financeiro de carácter reembolsável) (Portaria nº 31/2014) e a Rede Local de Intervenção Social (descentralização dos serviços da Segurança Social) (Despacho nº 12154/2013).

Assim, os valores da comparticipação financeira prevista no artigo nº 16 da Portaria 196-A/2015, de 1 de julho, na sua redação em vigor devida por força dos Acordos de Cooperação celebrados para as respostas sociais, sofre um aumento de 3,5% em 2019, face ao observado em 2018.

As comparticipações financeiras da Segurança Social, utente /mês para o ano de 2019, ligadas a deficiência são, por utente e por mês (12 vezes por ano):

• Lar Residencial/ Residência/ Autónoma	1.062,98 €
• Centro de atividades Ocupacionais	538,95 €
• Serviço de Apoio Domiciliário	269,63 €
• Creche Isolada	241,54 €
• Creche Acoplada	191,51 €

Estes financiamentos públicos podem, em teoria, ter dois destinatários: ou diretamente às Instituições ou diretamente às famílias. Qualquer uma das soluções tem vantagens e inconvenientes. No caso do financiamento direto às famílias, as vantagens são:

- Dar expressão ao princípio ao princípio da subsidiariedade a qual é uma expressão de liberdade, de iniciativa, de responsabilidade e de harmoniosa hierarquia e subordinação de valores – o “ser” antes do “ter”, a dimensão espiritual e imaterial da dimensão física antes da dimensão física e institucional, a convivência antes do isolamento, a família antes da cidade e do Estado.
- Não se limita a um simples princípio de repartição de competências, mas sim um elemento fundamental na relação com os poderes públicos, na procura de estabilidade e sensibilidade estratégica, ou seja, conforme o lema do ano Internacional da Deficiência, “nada sem nós para nós”.
- O financiamento público fornecido às famílias estimularia a meritocracia e valia das Instituições (alguma concorrência social) e tornaria mais autónomas as IPSS na conciliação de subvenção dadas às famílias com que estas poderiam pagar às Instituições.
- Aumentaria a exigência gestonária às IPSS quanto aos meios á disposição

Em contrapartida também existem inconvenientes, das quais se assinalam:

- A fiscalização. Sabendo que a fiscalização por si só muito complexa e em muitos casos precária, a dificuldade em garantir que os subsídios são atribuídos às famílias com o objetivo de serem utilizados a favor das pessoas com deficiência.
- A possibilidade do aumento desproporcionado das mensalidades por parte destas mesmas IPSS
- A dificuldade de cobrança das mensalidades por parte das IPSS às famílias, sem possibilidade de cessação de serviços.

Por isso, a decisão sobre esta matéria, só deverá ser tomada, após um estudo alargado e executado num período experimental a um conjunto restrito de instituições.

3.2 Financiamento Privado

Entidades	Fontes de receita	Objetivos/Conteúdos
Beneficiários e Famílias	Comparticipações familiares mensais das respostas sociais com o acordo de cooperação	Cada utente e/ou sua família comparticipa mensalmente em função das respostas sociais e do cálculo do rendimento /per capita de acordo com as orientações da Segurança Social (Circular de Orientação Normativa nº3)
Beneficiários /Famílias/ Comunidade	Mensalidades respeitantes ao pagamento integral de vendas e serviços prestados	Serviços de saúde (Consultas/Exames/Internamentos/etc.) Serviços de apoio á comunidade (lavandaria/cabeleireiro/alimentação/etc.), que não estão abrangidos por protocolos com entidades públicas
Beneficiários, elementos da comunidade e entidades privadas	Doações, patrocínios, donativos, heranças, e quotizações	Donativos em trabalho voluntário, géneros, bens e valores, oferta de bens e equipamentos para venda a favor das IPSS. Quotas pagas pelos associados das IPSS.
Pessoas ou entidades	<i>Fundraising</i> e peditórios	Iniciativas de angariação de fundos e captação de recursos

Entidades Privadas	Rendas, empréstimos, de pessoas ou entidades particulares	Aluguer de espaços para habitação, lojas, ações de formação, aluguer de equipamentos, (veículos e outros), crédito bancário.
Empresas ou entidades do setor lucrativo	Concursos para apoio de projetos sociais	Desenvolvimento de projetos na área social, iniciativas de responsabilidade social, com impacto e inovação social

Tabela 2- Financiamento Privado Fonte: elaboração própria (2019)

As IPSS são entidades que de acordo com os seus estatutos, elegem os seus corpos sociais em Assembleia Geral Eleitoral composta pelos Associados no pleno uso dos seus direitos e deveres, e entre estes últimos figura o pagamento de quotizações periódicas, sendo que, nalguns casos é cobrada uma quota de inscrição.

Enquanto Organizações sem Fins Lucrativos, as IPSS são por vezes contempladas com donativos e heranças concedidas por particulares (individuais ou coletivos), que pretendem desta forma valorizar o esforço de apoio ou prestação de cuidados realizados, e que reconhecem a importância social das IPSS. As heranças tanto podem ser constituídas por valores monetários como por títulos ou bens imóveis.

3.3 Fontes de Capital

Tipo de capital	Fonte	Quotizações	Origem
Capital Próprio	Externa (capital que não é gerado pela IPSS)	Quotizações	Beneficiários ou elementos da Comunidade
		Doações/Patrocínios/Donativos	Beneficiários, elementos da Comunidade e entidades privadas
		<i>Fundraising</i> e peditórios	Pessoas ou entidades privadas
	Interna (capital resultante das atividades operacionais das IPSS)	Vendas e prestações de serviços	Beneficiários, famílias e Comunidades abrangidos e não abrangidos por protocolos e acordos de cooperação com entidades públicas
Capital alheio	Externa (capital para devolver a prazo)	Rendas	Pessoas ou Entidades privadas
		Empréstimos obtidos	Bancárias e Particulares

Tabela 3- Fontes de Capital

Fonte: Sílvia e Silva et.al (2014)

3.4 - A Crise Económica das IPSS

Na atualidade as IPSS enfrentam múltiplos desafios quer de índole conjuntural quer estrutural. Estes desafios constituem boas oportunidades para uma mudança que reforce as Instituições Sem Fins Lucrativos, contribuindo para uma melhor resposta (serviço) às crescentes necessidades de apoio social. Muitos especialistas da economia social indicam a importância duma gestão eficiente para a sustentabilidade. Os défices financeiros crónicos devem ser evitados, sendo necessário um planeamento mais criterioso das atividades com previsão de resultados positivos para fazer face às contingências normais decorrentes das flutuações dos custos dos *inputs*, isto é, praticar uma boa gestão.

A insistência de resultados nulos quer operacionais quer líquidos é contraproducente, e favorece uma situação de dependência estrutural destas Instituições aos ciclos políticos e orientações governamentais, em detrimento da sua independência para o cumprimento da Missão específica destas Instituições na área da Solidariedade Social. Estas entidades, tem como principal fonte de receita os Acordos de Cooperação estabelecidos com o Estado e apresentam baixos níveis de autonomia ao nível da gestão, sendo por vezes uma extensão do próprio Estado. Soares *et al.* (2011).

Tal como refere Caramelo (2013), as IPSS têm cada vez mais que se adaptar a uma situação onde os recursos são muito escassos, embora esta realidade não seja de agora, mas tem vindo a agravar-se, e deste modo muitas Instituições não conseguem dar as respostas adequadas aos seus utentes.

As Instituições são subsídio-dependentes das participações dadas pela Segurança Social, mas esta mentalidade poderá vir a ser alterada, havendo então que pensar em formas alternativas de financiamento que complementem o pagamento dos utentes.

Santos (2013) defende que o grande desafio para as IPSS no seu campo de atuação, é o de continuarem a responder às necessidades sociais, antigas e novas, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada onde os recursos públicos sejam uma entre muitas outras fontes de financiamento. Tal não significa que o Estado deixe de ter um papel importante no modelo de financiamento, mas é imperativo que estas IPSS encontrem formas de sustentação alternativas para este setor de vital importância, o que obriga a uma rápida

mudança de mentalidades. Estas IPSS, cada vez mais, encontram a sua pedra basilar no conceito de sustentabilidade, o qual está associada a um triplo sentido: Viabilidade, Subsistência e Complementaridade.

Ainda segundo Sousa (2010), a sustentabilidade financeira a prazo e até mesmo a sobrevivência de muitas das IPSS, passa em larga medida, por serem capazes de encontrar a combinação de estratégias de redução de custos e de aumento das receitas próprias que lhes permita atingir o equilíbrio económico-financeiro num quadro de quebra das transferências públicas.

3.5 - A Vulnerabilidade Financeira das Organizações sem Fins Lucrativos

Para Abraham, (2003), estas Organizações seguem práticas que se caracterizam pelo elevado grau de voluntariado e pela rotatividade de liderança. Estas Organizações sofrem pressões relacionadas com o compromisso assumido com os utentes e com o desenvolvimento de programas e atividades para a sua população alvo, que pela sua natureza, pode aumentar a vulnerabilidade financeira.

Tuckman & Chang (1991) nos seus estudos, defendem que a situação financeira de uma ONG, depende de vários fatores, tais como: a eficiência da gestão, a estabilidade e diversidade das receitas e a capacidade de adaptação à flutuação das receitas. São as tendências destes fatores que colocam as organizações em situações de maior ou menor vulnerabilidade às crises financeiras.

Segundo os estudos dos investigadores Abraham, (2003); Greenlee & Trussel, (2000); Abraham (2003), a teoria da vulnerabilidade financeira pode ser aplicada para diagnosticar a saúde financeira de uma Organização Sem Fins Lucrativos.

Esta teoria baseia-se na análise de quatro indicadores que permitem identificar as Organizações que têm menor flexibilidade financeira, ou seja, as mais suscetíveis de ser afetadas pelas crises financeiras. Tuckman & Chang (1991).

Os quatro critérios de diagnóstico são os seguintes:

- Saldos patrimoniais inadequados: Os fundos para financiamento e as receitas são importantes para a saúde financeira da Organização, pelo que o seu desequilíbrio contribui para a sua vulnerabilidade. A capacidade de gerar receitas e obter retorno do investimento, promove a estabilidade da Organização.
- Concentração de receitas: Uma única fonte de financiamento torna a Organização mais vulnerável financeiramente. A diversificação das fontes de financiamento e a equidade de receitas destas fontes aumenta a sustentabilidade, porque em princípio uma crise financeira não afetará simultaneamente todas as fontes.
- Custos administrativos baixos: As organizações com custos administrativos elevados, quando sentem dificuldades financeiras e têm de reduzir despesa, têm mais facilidade em cortar estes custos (Comparativamente com a redução de custos operacionais, sem colocar diretamente em causa os seus programas ou atividades).
- Margens operacionais baixas ou negativas face a um período financeiro mais difícil; as organizações com margens operacionais mais baixas não têm saldo ou resultados operacionais que permitam manter os seus programas ou atividades, o que implica o corte de serviços (Tuckuman & Chang,(1991); Abraham ,(2003).

As sustentabilidades e as vulnerabilidades financeiras podem resumir-se no seguinte quadro:

Sustentabilidade Financeira	Saldos Patrimoniais elevados Múltiplas Fontes de receita Custos Administrativos Elevados Margens Operacionais Elevadas
Vulnerabilidade Financeira	Saldos Patrimoniais Baixos Única Fonte/Fonte principal de receita Custos Administrativos Baixos Margens Operacionais Deficitárias

Quadro 1: Resumo da sustentabilidade / Vulnerabilidade financeira das IPSS

Fonte: Modelo adaptado dos autores Tuchuman & Chang (1991) e Abraham (2003)

Weerwardena *et al.* (2010), referem que o crescente aumento do número de Organizações, tem potenciado uma competição interna no setor pela captação de donativos. A construção de uma Organização sustentável financeiramente implica adotar estratégias que aumentem a eficiência e a eficácia com que esta presta os seus serviços.

As *Non Profit Organizations* procuram atingir objetivos relacionados com a sua missão (garantindo os valores da intervenção social em relação às necessidades dos seus destinatários) e manter uma situação financeira saudável, que garanta a sua existência.

3.6- Estratégias de Sustentabilidade Financeira das IPSS

Segundo Azevedo & Couto, (2012), uma Organização sem Fins Lucrativos é considerada sustentável, ao nível económico, quando é eficiente e eficaz no seu cumprimento da sua missão.

Estas Organizações têm três tipos de recursos, ao seu dispor: Capital humano (recursos humanos), capital financeiro (diversificação de fontes de financiamento, iniciativas de

angariação de fundos, análise de investimento) e capital social (parcerias, intervenção em rede).

Para Almeida (2011), há um conjunto de fatores que permite a redução de custos nas IPSS. Os recursos humanos são a despesa mais relevante das IPSS. Estas podem manter o quadro de pessoal exigido para determinada resposta social e para a sua capacidade, ou podem reduzir o número exigido de colaboradores, tendo em vista a redução da despesa. Se a IPSS quiser aumentar a qualidade dos seus serviços prestados, aumenta também o número de colaboradores para além do quadro mínimo exigido.

Os salários dos colaboradores das IPSS são baixos quando comparados com a média nacional. Por isso a margem de manobra é reduzida. Mas as IPSS podem ainda reduzir custos através de um maior controlo no fornecimento de bens e serviços.

Quanto às estratégias que visam maximizar as receitas, salientam-se:

- Apoio financeiro de Estado: assinatura de acordos de cooperação entre a IPSS e a Segurança Social, com atualização anual dos Acordos de Cooperação.
- Zona de implantação das IPSS e seleção de utentes: a integração de utentes com maior nível social e um maior poder económico permite cobrar comparticipações mais altas. Podem ser aplicadas comparticipações diferenciadas pelo Acordo de Cooperação.
- Património e donativos: Existência de património e volume de donativos.

3.7- O Sistema Legal

O Estado contratualiza com as IPSS estabelecendo uma relação de interdependência. Estas relação corresponde a uma forma concertada de obrigações recíprocas regidas por regras definidas em documentos legais como sejam estatutos, legislação, acordos, e protocolos, os quais podem ser de cooperação ou de gestão.

Através da legislação, o Estado controla o funcionamento e o financiamento das Instituições, impondo um modelo de homogeneização institucional, ao qual as Instituições procuram

adaptar-se, como forma de ultrapassarem dificuldades e colmatarem necessidades. Estas Instituições desenvolvem assim um processo de isomorfismo caracterizado pela pressão formal exercida pela entidade da qual elas dependem (Estado), alterando o seu comportamento e a sua estrutura de acordo com as diretivas da mesma. DiMaggio & Powell (1983).

A determinação das regras de funcionamento e financiamento nos diferentes documentos legais operacionaliza-se da forma a seguir explanada.

Os Estatutos das IPSS, que estabelecem as suas obrigações, nomeadamente para com a tutela do Estado, (Decreto-Lei nº 119/83) determinam também as formas que estas podem assumir, as suas áreas de abrangência e os fins que devem prosseguir. Conferem-lhes a natureza de pessoas coletivas de utilidade pública, cujos benefícios, como isenções fiscais e redução de determinadas taxas, funcionam como uma forma de financiamento indireto.

O Protocolo de Cooperação (PC) enquadra-se num tipo de parceria Público/Privada, estabelecida entre o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS), Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e União das Mutualidades Portuguesas (UM), União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

Este protocolo fixa as comparticipações financeiras da Segurança Social às Instituições, relativamente aos custos das respostas sociais, estipula entre outras regras de funcionamento complementares à legislação e os Acordos de Cooperação das respostas sociais tipificadas e determina medidas de apoio e de incentivo ao reforço da capacidade instalada com vista a aumentar a eficiência das respostas sociais, e a eficácia das capacidades e recursos existentes, como sejam, através de Programa de Emergência Alimentar (PEA) e o Programa de Emergência Social (PES) (PC 2013/2014).

3.8 - A Conjuntura Económica das IPSS

As mudanças estruturais de carácter económico, que se têm feito sentir nos últimos anos, tiveram um impacto significativo no funcionamento das IPSS.

Afirma Sousa *et al.* (2012) que as IPSS têm desenvolvido esforços para atenuarem o agravamento de situações de maior carência da população. Por outro lado, têm-se

reestruturado, por forma a se adaptarem-se às reduções das comparticipações da Segurança Social, as quais, muitas vezes, são atualizadas com valores inferiores à inflação ou ao montante do salário mínimo nacional.

Os apoios estão estipulados no Programa de Emergência Social (PES), apontando medidas de incentivo à criação de novas respostas sociais, como é o caso das cantinas sociais e centros de noite, mas também medidas de apoio a situações de dívida inerentes aos investimentos avultados no âmbito dos programas de incentivo à construção ou reestruturação de infraestruturas (POPH, PARES). Foi desenvolvido o reforço do Fundo de Socorro Social e foram criadas linhas de crédito mais favoráveis às instituições. (Soares *et al.*) (2012).

Segundo Sousa *et al* (2012), a necessidade destes apoios reflete as graves dificuldades económicas das IPSS. Contudo, estas dificuldades não se devem apenas à atual conjuntura. Elas são o reflexo de uma escassez de recursos que sempre acompanhou as IPSS.

A forma de financiamento mais permanente das IPSS advém da comparticipação recebida no âmbito dos Acordos de Cooperação. A seguir às comparticipações da Segurança Social, vêm as comparticipações familiares, as quais constituem a segunda fontes de receita, a qual é tão mais diversificada quanto mais desenvolvidas forem as respostas sociais.

No entanto, estas comparticipações estão sujeitas a uma fórmula de cálculo padrão definida pela Segurança Social, e também estão dependentes das características socio- económicas das famílias (circular de Orientação Normativa nº 3 de 1997). Por este motivo, os preços praticados podem não garantir a cobertura total dos custos, afetando a viabilidade económica da instituição.

A ausência de património próprio constitui um dos mais importantes motivos da escassez de recursos. Aquando da avaliação da capacidade económico-financeira das Instituições, necessária à constituição dos Acordos, a componente de recursos próprios deveria estar assegurada, o que nem sempre acontece.

Contudo para Hespanha (2000), os estudos demonstram que alguns Acordos de Cooperação são estabelecidos mesmo não estando salvaguardada a existência de recursos próprios, o que

acentua a escassez de recursos, levando à diminuição da capacidade para diversificar as receitas e a consequente dependência de financiamento público.

O controlo financeiro do Estado sobre as IPSS é, até ao momento, uma realidade incontornável. Num estudo realizado por Sousa *et al.* (2012), a grande maioria das instituições participantes afirmaram que cerca de 50% das receitas totais advinham de subsídios públicos. O que significa que as IPSS apresentam tendencialmente, elevada dependência de uma única fonte de financiamento, o Estado.

CAPÍTULO IV - A LIDERANÇA DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E A ÉTICA APLICADA

4.1 - Algumas considerações sobre a Liderança das Organizações

“A liderança é entendida como um processo através do qual um membro de um grupo ou Organização influencia a interpretação dos eventos pelos restantes membros, a escolha dos objetivos e estratégias, a organização das atividades de trabalho, a motivação das pessoas para alcançar os objetivos, a manutenção das relações de cooperação, o desenvolvimento das competências e confiança pelos membros, e a obtenção de apoio e cooperação de pessoas exteriores ao grupo ou Organização.” Cunha, Rego, Cunha & Cardoso, (2007) p.332.

Há várias teorias em torno do conceito de liderança. Menezes (2012), salienta que a liderança é um conjunto de características que podem ser importantes, tais como inteligência, competência técnica, capacidade de comunicação e envolvimento de terceiros, resiliência, capacidade de decisão ética, bem como uma atitude democrática e um investimento no capital humano da Instituição.

Liderar e gerir são dois sistemas de ação distintos e complementares, cuja importância relativa, depende do momento que a instituição esteja a atravessar. Se liderar é mais importante em momentos de mudança, gerir é essencial em momentos de elevada complexidade operativa, visto que serve para assegurar a eficiência e a eficácia através do planeamento, da Organização de recursos e da monitorização do desempenho. Menezes (2012).

Segundo Anheier (2005), a liderança e a gestão das Organizações Sem Fins Lucrativos distinguem-se das empresas do Setor Lucrativo, pela inexistência da figura de acionista ou do proprietário, e pela orientação de objetivos e interesses para o alcance de uma missão organizacional e não para a obtenção de lucro financeiro.

Por outro lado, o funcionamento das Organizações sem Fins Lucrativos é caracterizado por:

- Manter uma forte relação com as questões políticas e legais e pelo exercício de uma atividade baseada na prestação de serviços que levanta problemas relacionados com a sua intangibilidade (ou do seu *output*).
- Por uma elevada dependência de subsídios do Estado ou de outras entidades; por uma diversidade de *stakeholders*.
- por uma multiplicidade de objetivos que não se consubstanciam na obtenção de lucro, sendo mais difíceis de identificar e monitorizar.

Deste modo, os dirigentes das Organizações sem Fins Lucrativos têm que identificar o que é prioritário para a Instituição, bem como determinar os indicadores a serem monitorizados com vista ao seu desempenho.

Apesar das diferenças entre as Empresas do Setor Lucrativo e as Organizações sem Fins Lucrativos, entende-se que o que determina o sucesso das Instituições ou o seu falhanço é a qualidade da liderança e a eficiência das decisões tomadas (Tierney 2006).

Mendes (2012) salienta que, com as exigências e expectativas dos *stakeholders* a aumentar, com os apoios do Estado a diminuir e com o aumento da concorrência entre as instituições, exige-se um maior profissionalismo e uma capacidade permanente de adaptação e mudança, com formas de potenciar o desempenho e a alocação de recursos necessários à prossecução dos objetivos.

Ainda Cunha Rego (2003), afirma que lidar com a mudança implica uma liderança que se traduz em ações como definir uma visão, reunir e coordenar pessoas em torno dessa visão, motivar e inspirar os membros Institucionais.

4.2 - Ética Aplicada às Organizações

Todas as IPSS, as Misericórdias e outras Organizações Sociais são entidades cuja atividade se concentra na prestação de serviços e cuidados por pessoas para pessoas, visando a melhoria continuada da sua qualidade de vida. Assim as Organizações têm uma responsabilidade ética relacionada com comportamentos ou atividades que as partes interessadas delas esperam, e que não são legisladas nem regulamentadas.

A ética nas Organizações trata do sistema de valores que orienta o comportamento Organizacional e das pessoas que as integram, bem como das relações que se estabelecem com as partes interessadas. Enquanto membros de uma Organização, as pessoas confrontam-se com situações não regulamentadas requerendo uma escolha entre várias alternativas que precisam de ser avaliadas como certas ou erradas de acordo com o sistema de valores da Organização. São estas situações que constituem as questões éticas (NP 4460-01,2007).

A construção e implementação do Código de Ética numa Organização não Governamental impõe um processo faseado, onde todas as partes interessadas sejam envolvidas, nomeadamente as internas da organização, passando pelos dirigentes e/ou gestão de topo, agentes das Instituições, utentes e seus familiares, voluntários, gerando um conjunto de princípios, valores e normas orientadoras das Organizações.

Em suma, um referencial de ética numa Organização tem por objetivos:

- Identificar os valores fundamentais nos quais se devem basear as atividades das Instituições vocacionadas para a prestação de serviços sociais.
- Resumir princípios éticos gerais que refletem valores fundamentais da sua missão e estabelecer um conjunto de normas éticas que devem utilizar-se como guia para o exercício da atividade.
- Servir de suporte ao processo de implementação da qualidade nas IPSS e uma forte motivação acrescida para o bom desempenho profissional de todos os seus agentes.
- Ser um fator chave para consolidar um sentido de pertença muito mais profundo e arreigado.
- Ser a base de sustentação de uma Comissão de Ética, que possa debruçar-se, refletir e avaliar casos e situações eticamente problemáticas.

Um Código de Ética desenvolve princípios de base, compromissos, e valores éticos que devem ser postos em prática. Estes compromissos deverão ser entendidos como comportamentos positivos a assumir pelos principais atores / agentes envolvidos nos três contextos enunciados: Dirigentes e Gestão de topo das IPSS, Profissionais e voluntários, Familiares e utentes.

De notar, no entanto, que um Código de Ética é diferente dum Código de Conduta, dado que este último deve refletir práticas correntes, enquanto que o Código de Ética deve refletir princípios fundamentais.

Atores /Domínio	Os Utentes	As Famílias	As Organizações
Dirigentes Profissionais e Voluntários Famílias Utentes	A dignidade e valor da Pessoa A Igualdade A cidadania	A Igualdade País Base de Inclusão	Serviço Apoio Mútuo Reivindicação Participação Ausência de fins lucrativos Qualidade

Quadro 2- Sistema de valores por atores/Agentes envolvidos

Fonte: Modelo adaptado da Norma Portuguesa NP- 4460-01-2007

4.3 - Princípios e Compromissos dos Dirigentes

- Orientar as atividades das Instituições em função do bem comum dos seus utentes, das famílias e dos seus associados, e nunca em função dos seus interesses particulares, posicionamentos políticos, económicos ou de qualquer outra natureza.
- Ser especialmente sensível às necessidades dos utentes e seus familiares em situações de maior risco e desvantagem social, desenvolvendo normas e ações de natureza solidária para responder às suas necessidades.
- Estender a sua ação e intercâmbio com organizações semelhantes do país ou de outros países, nomeadamente europeias, desenvolvendo projetos que fomentem a cooperação e a ajuda mútua.

4.4 - Princípios e Compromissos dos Colaboradores (Funcionários e Voluntários)

- Respeitar os valores e princípios defendidos pelas Instituições onde colaboram participando na realização prática das normas de funcionamentos correspondentes.
- Erradicar atitudes e condutas pessoais que demonstrem xenofobia ou outro tipo de discriminação e fomentar atitudes favoráveis à multiculturalidade.
- Estar atento às necessidades dos utentes e suas famílias que mais precisam da solidariedade e apoio mútuo, de modo a poderem ser analisadas e implementadas soluções adequadas.

4.5 - Princípios e Compromissos das Famílias

- Assumir os valores, os princípios éticos e as normas de funcionamento defendidos pelas Instituição onde o seu familiar é apoiado, colaborando eficazmente no seu melhor cumprimento.
- Serem sinceros na expressão das suas necessidades, evitando assim situações de benefício, em função de circunstâncias que não correspondam à sua autêntica situação pessoal.
- Confrontar as suas necessidades particulares com as das restantes famílias da Instituição e defender o bem comum acima dos seus interesses particulares.
- Colaborar ativamente em iniciativas de apoio a outras famílias como grupos de reflexão e autoajuda, equipas de apoio a pais, comissões de famílias, etc, na convicção de que a melhor maneira de resolver o seu problema particular é ajudando a resolver o problema dos outros.

4.6 - Princípios e Compromissos dos Utes

- Apoiarem-se mutuamente nas dificuldades de cada um, rentabilizando as capacidades e recursos de cada qual com o fim de promoverem a autonomia e o bem-estar, a coesão e o espírito de grupo.

- Mostrem compreensão e empatia, ajudando-se mutuamente sobretudo em situações de crise.



Figura 1- O ambiente ético nas Organizações

Fonte: Elaboração própria (2019)

4.7 - Comissão de Ética

Na implementação de Códigos de Ética é frequente a Direção ou Gestão de topo criarem uma Comissão de Ética, pluridisciplinar, que resulte do envolvimento de representantes das diferentes partes interessadas relevantes, cujo papel é alavancar o processo de desenvolvimento do Código de Ética e promover a sua implementação e monitorização eficaz, de forma isenta e imparcial. Os compromissos são a operacionalização dos valores e

princípios, isto é, são a forma como cada membro da Organização se deverá comportar de modo a assegurar o cumprimento dos seus princípios nas situações do quotidiano, nomeadamente no confronto com as questões éticas.

Apenas a título exemplificativo, a seguir se apresentam algumas situações que colidem com os princípios éticos que devem ser defendidos;

- Um profissional observou outro colega a agredir uma cliente e com receio de censura por parte do colega não o aconselhou a interromper o ato, nem utilizou os mecanismos de denúncia, os quais devem assegurar a confidencialidade;
- Um profissional colaborou com outro na marginalização de um cliente num dia festivo de determinada religião, não indagando sequer o seu desejo em participar nas atividades em curso, pelo fato da mesma ser de outra religião.
- Um colaborador coopera com um colega que sistematicamente não salvaguarda a privacidade e segurança de informação classificada como confidencial para a organização.
- A redução do quadro de pessoal técnico e auxiliar, do pessoal noturno, poderá pôr em causa o bom funcionamento da Instituição.
- As restrições na confeção da alimentação em quantidade e qualidade.
- A redução das atividades que possam prejudicar a qualidade de vida dos utentes.

A Comissão de Ética pode ser constituída de forma diversa, sendo o seu funcionamento sujeito a regulamento, o qual deve estar acessível a todos os colaboradores, utentes e familiares. A sua constituição pode ser a mais diversa: um dirigente, um profissional/voluntário, um representante das famílias, e um representante dos utentes (sempre que aplicável) os quais entre si, elegerão um Coordenador.

A Comissão de Ética poderá reunir de forma sistemática e regular, e sempre que se entender necessário. A título de exemplo:

- Propor à Direção da Instituição estratégias de deteção e recolha, internas e externas, de condutas que contradizem os valores e princípios consignados no código de ética da Organização.
- Promover reuniões informativas e formativas com grupos representativos das partes interessadas.
- Propor a Direção a realização de estudos de auscultação às partes interessadas sobre as expetativas e objetivos em relação ao comportamento ético da Organização;
- Apreciar as reclamações e as denúncias de comportamentos dos diferentes agentes e atores contrários às normas de Código de Ética, salvaguardando sempre a confidencialidade da fonte de informação.
- Emitir pareceres sobre dilemas éticos colocados às diferentes partes interessadas, propondo à Direção a revisão do Código de Ética, quando tal se justifique.

*Para a Organização Ser e
Parecer ética tem que cada um
iniciar o seu comportamento
Ético*

John C. Maxwell

CAPÍTULO V - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO CONCEITO DA DEFECIÊNCIA

5.1 - Conceito de Deficiência

Importa abordar o conceito de deficiência, dado que o tema deste estudo abrange a análise das IPSS de Paralisia Cerebral do Continente e Regiões Autónomas.

O conceito de deficiência, em termos históricos, evoluiu ao longo dos tempos. A conotação negativa associada à deficiência era, desde a antiguidade, relacionada com as noções de pecado e vergonha. As pessoas com deficiência eram alvo de crenças e de atitudes discriminatórias que, por vezes, ainda perduram na atualidade.

No entanto o aumento progressivo do conhecimento científico e tecnológico, a crescente participação dos movimentos sociais para o reconhecimento dos direitos humanos, os princípios universais sobre a dignidade da pessoa humana consagradas internacionalmente, promoveram mudanças significativas nas representações e construções sociais sobre a deficiência. Durante muitos anos, questões sobre a deficiência eram abordadas segundo o modelo médico e, mais tarde, segundo o modelo de reabilitação os quais centravam a sua ação na cura, habilitação ou reabilitação do indivíduo.

Posteriormente verificou-se um afastamento dessa abordagem para um modelo social que passou a dar maior relevo a outros fatores, para além dos relacionados com a condição médica, como por exemplo, os fatores externos ou ambientais.

O modelo médico baseava-se numa visão estritamente individual, na qual a deficiência é consequência da doença. Por conseguinte, a pessoa com deficiência necessitava de uma intervenção tanto a nível preventivo como de tratamento e reabilitação. Esta perspetiva, apesar de tender a desvalorizar a pessoa com deficiência, contribuiu para que as políticas nesta área e respetiva prestação de cuidados não promovessem as capacidades das pessoas com deficiência. Por isso, e para aliviar estas situações, desenvolveu-se a especialização de serviços bem como a criação de instituições para fins educacionais, de formação profissional e residencial.

Apesar da evolução verificada neste setor em Portugal, a partir dos anos 80 do século passado, as organizações de e para pessoas com deficiência, continuaram a considerar que existiam lacunas nas políticas desenvolvidas, uma vez que diversos impedimentos subsistiam para que o pleno exercício da sua autonomia fosse possível, nomeadamente a nível das escolhas que pretendiam efetivar.

Assim o modelo médico é posto em causa e consequentemente muitas políticas são questionadas devido ao caráter rígido e tipificado das respostas sociais e os seus

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa Instituto de Serviço Social 55

procedimentos, muitos dos quais ainda hoje persistem. Face a este cenário, muitos conceitos relacionados com a deficiência revelam-se geralmente desadequados. A título de exemplo, existe a imagem segregadora de que pessoas com deficiência têm maior propensão para a doença, menor participação social e reduzida capacidade para se integrar no meio educativo e/ou profissional. Deste modo, é necessária uma abordagem equilibrada sobre a deficiência, que promova a participação ativa na sociedade.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) com o propósito de consolidar e operacionalizar uma linguagem unificada que permitisse descrever e medir os domínios das incapacidades e os componentes relacionados com a saúde, desenvolveu a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

A CIF foi aprovada em 2001 por 191 Estados Membros da OMS, como quadro de referência para a saúde e incapacidade, tendo um âmbito de aplicação universal. Assim a CIF permite uma mudança de paradigma de um modelo médico para um modelo biopsicossocial. Esta classificação descreve os domínios, funções e estruturas do corpo, e atividades e participação com base na perspetiva do corpo, do indivíduo e da sociedade.

Deste modo a CIF agrupa de forma sistemática os diversos domínios que influenciam a funcionalidade de uma pessoa com determinada condição de saúde. De acordo com o quadro conceptual da CIF, a funcionalidade contempla todas as funções do corpo incluindo as atividades e participação.

Por seu turno, o termo incapacidade engloba as deficiências, limitação da atividade que se refletem não só nos componentes da saúde a nível das funções e estruturas do corpo, mas também a nível do indivíduo e a nível social. Nesta classificação, deficiência é definida como um problema nas funções ou estruturas do corpo tais como, uma perda ou um desvio importante de um padrão considerado normal. Através da componente dos fatores ambientais, a CIF possibilita a classificação do ambiente físico, político e social, como barreiras ou facilitadoras à participação.

Sendo assim, a atividade que se define como a realização de uma tarefa, e a participação, que se traduz no envolvimento de uma situação de vida, podem ser afetadas pela presença de uma deficiência ou pela existência de uma barreira, ou inexistência de um facilitador. Por

consequente a CIF permite não só determinar os perfis da funcionalidade, incapacidade e saúde em vários domínios, mas também a consubstanciação de uma política coerente que permita a integração das pessoas com deficiência e que promovam o direito à igualdade de oportunidades.

5.2 - Direitos e Políticas para as Pessoas com Deficiência

A partir dos anos 80 do século passado, assistiu-se a uma progressiva tomada de consciência das pessoas com deficiência sobre a necessidade de se desenvolverem políticas que fomentassem o reconhecimento dos seus direitos, a necessidade de intervenções especializadas e a acessibilidade a serviços, para garantir maior autonomia e independência. Nessa década a Organização das Nações Unidas teve um papel importante no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência ou incapacidade.

O ano de 1981 ficou marcado pela proclamação do Ano Internacional do Deficiente. No ano seguinte, aprovou-se o Programa Mundial de Ação relativo às pessoas com deficiência e em 1983, as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência.

A lei nº 38/2004 define as bases gerais do regime jurídico para a prevenção, habilitação, reabilitação e participação dos cidadãos com deficiência. Nesse seguimento, surge a Resolução do Conselho de Ministros nº 120/2006, que realça a importância da reabilitação das pessoas com deficiência e a necessidade de uma nova geração de políticas que promovam a inclusão social das mesmas. O despacho normativo nº28/2006 vem regulamentar as condições de organização, instalação, e funcionamento das estruturas residências destinadas as pessoas com deficiência. Em resumo, o objetivo a alcançar é o de considerar a pessoa deficiente como um ser humano *com capacidades diferentes, mas com possibilidades sem limites*.

5.3 - Alguns Factos e Números sobre Pessoas com Deficiência

Cerca de 10% da população mundial, ou seja, 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência são a maior minoria do mundo.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, este número está a aumentar, devido ao crescimento demográfico, aos avanços da medicina e ao processo de envelhecimento.

Nos Países onde a esperança de vida é superior a 70 anos, cada indivíduo viverá com uma deficiência em média 8 anos, isto é 12% da sua existência. Cerca de 80% das pessoas com deficiência, vivem nos países em desenvolvimento, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nos Países membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), segundo o Secretariado desta Organização, a proporção das pessoas com deficiência é nitidamente mais elevada nos grupos com menor instrução.

Em média, 19% das pessoas menos instruídas tem uma deficiência, em comparação com 11% das mais instruídas.

Na maioria dos países da OCDE, a incidência das deficiências é mais elevada entre as mulheres do que entre os homens.

O Banco Mundial estima que 20% das pessoas mais pobres tenham uma deficiência e, em geral, são consideradas como as mais desfavorecidas pelos membros da sua própria comunidade.

As mulheres com deficiência sofrem múltiplas desvantagens, incluindo a exclusão devido ao seu sexo e deficiência. As mulheres e raparigas com deficiência estão particularmente expostas a maus tratos. Um estudo realizado em Orissa (Índia) em 2004, mostra que quase todas as mulheres e raparigas, com deficiência eram agredidas fisicamente em casa, 25% das mulheres com uma deficiência mental tinham sido violadas e 6% das mulheres com deficiência haviam sido esterilizadas à força.

Segundo a UNICEF, 30% dos jovens que vivem na rua são deficientes. Entre as crianças com deficiência a mortalidade pode atingir os 80%, em países onde a mortalidade total das crianças com menos de 5 anos diminuiu para menos de 20%, segundo o Ministério do Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, que acrescenta que em certos casos, se suspeita que as crianças são eliminadas. Trata-se de uma regressão civilizacional de mais de vinte séculos reeditando a “Rocha Tarpeia”¹.

5.4 - O Envelhecimento das Pessoas com Deficiência

O Envelhecimento de pessoas com deficiência é um fenómeno de estudo recente, mas permanente devido ao aumento da esperança média de vida (EMV), a qual era para essa população de 20 anos em 1930 passando para 70 anos em 1993.

Ainda na década de 80 do século passado, foi debatido o impacto que este tema constitui no contexto do envelhecimento populacional a nível mundial.

Na Austrália, Europa e Estados Unidos da América, as pessoas com deficiência tiveram um crescimento da esperança média de vida (EMV), observando-se consequentemente um aumento da população idosa com deficiência. Na tabela abaixo, pode-se verificar que o envelhecimento da população em geral, e o mesmo, se passa em Portugal, tem vindo a aumentar significativamente, e o mesmo se aplica a pessoas com deficiência.

Período	Pessoas sem deficiência EMV (anos)	Pessoas com deficiência EMV (anos)
Início do século XX	40/50	20/30
Década de 60/70	50/ 60	30/40
Atualidade	70/80	60/70

Quadro 3- Esperança média de vida (EMV) em Portugal

Fonte: Adaptado do autor Justo (2007)

(1) A Rocha trapeia era, na Roma antiga, o local onde eram feitas execuções, com vítimas sendo lançadas desta rocha para a morte, nomeadamente idosos e pessoas com deficiência

No início do século XX, a EMV para pessoas sem deficiência situava-se nos 40/50 anos enquanto, para pessoas com deficiência era de 20/30 anos. Na atualidade, a EM das pessoas sem deficiência comparativamente às pessoas com deficiência aproximam-se.

Perante esta problemática, e uma vez que o número de pais idosos com filhos deficientes a seu cuidado está a aumentar, a probabilidade de estes falecerem ou de não poderem prestar cuidados aumenta, o que fomenta a necessidade de planear a médio e longo prazo estratégias que promovam a continuidade da prestação de cuidados com dignidade.

5.5 - Serviços de Apoio para Pessoas com Deficiência

Em Portugal, a nível da ação social têm sido desenvolvidos serviços, a nível habitacional, que permitem a continuidade da prestação de cuidados a pessoas com deficiência como, por exemplo, o Lar Residencial.

O Lar Residencial (LRR) e a Residência Autónoma (RA) são duas tipologias de alojamento que têm em consideração as necessidades e a diversidade das situações de pessoas com deficiência. O LRR está destinado a pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 16 anos, quando o seu local de residência não é compatível com programas educativos e de formação, e não possam residir no seu local de residência, e os seus familiares não tenham capacidade de prestar apoio e na necessidade de alívio temporário dos cuidados primários.

A Residência Autónoma destina-se a promover a vida independente da pessoa com deficiência, suprimindo apenas as suas necessidades básicas.

A Admissão temporária de pessoas com idade inferior a 16 anos, pode ocorrer quando a situação sociofamiliar o permita e se tenha esgotado a possibilidade de as encaminhar, para outra resposta social mais adequada.

Os LRR devem ter em regra, uma capacidade para 12 a 24 pessoas, podendo neste número incluir duas vagas para alojamento temporário.

Os objetivos, deste tipo de equipamentos consistem na:

- disponibilização de alojamento e apoio permanente ou temporário.
- na promoção de bem-estar e qualidade de vida através de estratégias que reforcem a valorização, autoestima e a autonomia da pessoa.
- no apoio a integração escolar, na formação profissional ou no acesso ao mercado de trabalho e a integração da pessoa com a família e comunidade.

Os LRR desenvolvem atividades, consoante as capacidades das pessoas com deficiência, que proporcionem a promoção do exercício da autonomia, através da participação na gestão da vida diária, e nas decisões organizacionais; a participação da família nas atividades realizadas; o acesso a estruturas de ensino, a formação profissional, a centros de atividades ocupacionais bem como a participação em atividades de lazer e desportivas e o apoio adequado na realização da higiene pessoal e refeições, tratamento de roupas; dispor de ajudas técnicas que auxiliem as pessoas com deficiência; prestar cuidados clínicos de enfermagem; promover o acesso a cuidados especiais de saúde; cumprir o plano terapêutico e o acompanhamento a consultas médicas, se necessário.

Para garantir a prestação dos serviços supracitados, é necessário um quadro de recursos humanos que contemple um técnico com formação superior, no domínio das Ciências Sociais e Humanas, a tempo inteiro ou parcial, que acumule ou não as funções de Diretor Técnico; um Ajudante de Ação Direta (AAD) por cada dois residentes, além de outros funcionários necessários para garantir o funcionamento. Contudo este valor pode variar dependendo do nível de dependência dos residentes.

Os dados presentes na carta social indicam a existência de 204 LRR com capacidade para 4.795 pessoas com deficiência, em Portugal. De 1998 até 2010, verificou-se um aumento de 105% de LRR, o que representa uma das respostas sociais para pessoas com deficiência com maior crescimento percentual.

5.6 - As Associações de Paralisia Cerebral em Portugal

A 26 de julho de 1960, por iniciativa de um grupo de pais e técnicos, foi fundada a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, a primeira associação portuguesa para pessoas com deficiência fundada por pais e familiares. Devido à necessidade de descentralizar os apoios técnicos de reabilitação e de integração das pessoas no ensino regular foram sendo criados Núcleos Regionais a partir de 1974. Deste modo, ocorreu alteração nos estatutos, tendo cada Núcleo a sua autonomia técnica, administrativa e financeira. No espaço de um ano, foram criados os Núcleos Regionais do Sul, Norte e Centro com sede em Lisboa, Porto e Coimbra, respetivamente.

O crescimento do número de Núcleos e de atividades desenvolvidas para pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins, incentivou já neste século a criação de

Associações Autónomas que posteriormente integrariam a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC). O Núcleo Regional do Sul, o primeiro a ser criado, tal como todos os restantes Núcleos, passaram a ter o estatuto de Associação com personalidade jurídica plena e consideradas de utilidade pública.

Neste momento são dezanove as Associações espalhadas por Portugal Continental e Regiões Autónomas a seguir identificadas por ordem alfabética:

- Associação de Paralisia Cerebral de S. Miguel (APCSM)
- Associação de Paralisia Cerebral de Odemira (APCO)
- Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (APCL)
- Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães (APCG)
- Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real (APCVR)
- Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC)
- Associação de Paralisia Cerebral de Leiria (APCL)
- Associação de Paralisia Cerebral de Viseu (APCV)
- Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APCP)
- Associação de Paralisia Cerebral de Faro (APCF)
- Associação de Paralisia de Évora (APCE)
- Associação de Paralisia Cerebral de Braga (APCB)
- Associação de Paralisia Cerebral da Madeira (APCM)
- Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo (APCVC)
- Associação de Paralisia Cerebral de Vila Nova da Barquinha (APCVNB)
- Associação de Vila Nova de Santarém (APCS)
- Associação de Paralisia Cerebral de Almada Seixal (APCAS)
- Associação Nacional de Desposto (PC-AND)
- Centro de Paralisia Cerebral de Odemira (CPCB)

O presente estudo e como foi referenciado atrás, vão ser analisadas apenas as quinze Associações de Paralisia Cerebral instaladas em Portugal e Regiões Autónomas, que foram as que responderam em tempo útil. Como ficaria exaustivo expor aqui Organogramas de todas elas, a seguir se apresenta, a título exemplificativo, o organograma de uma delas.

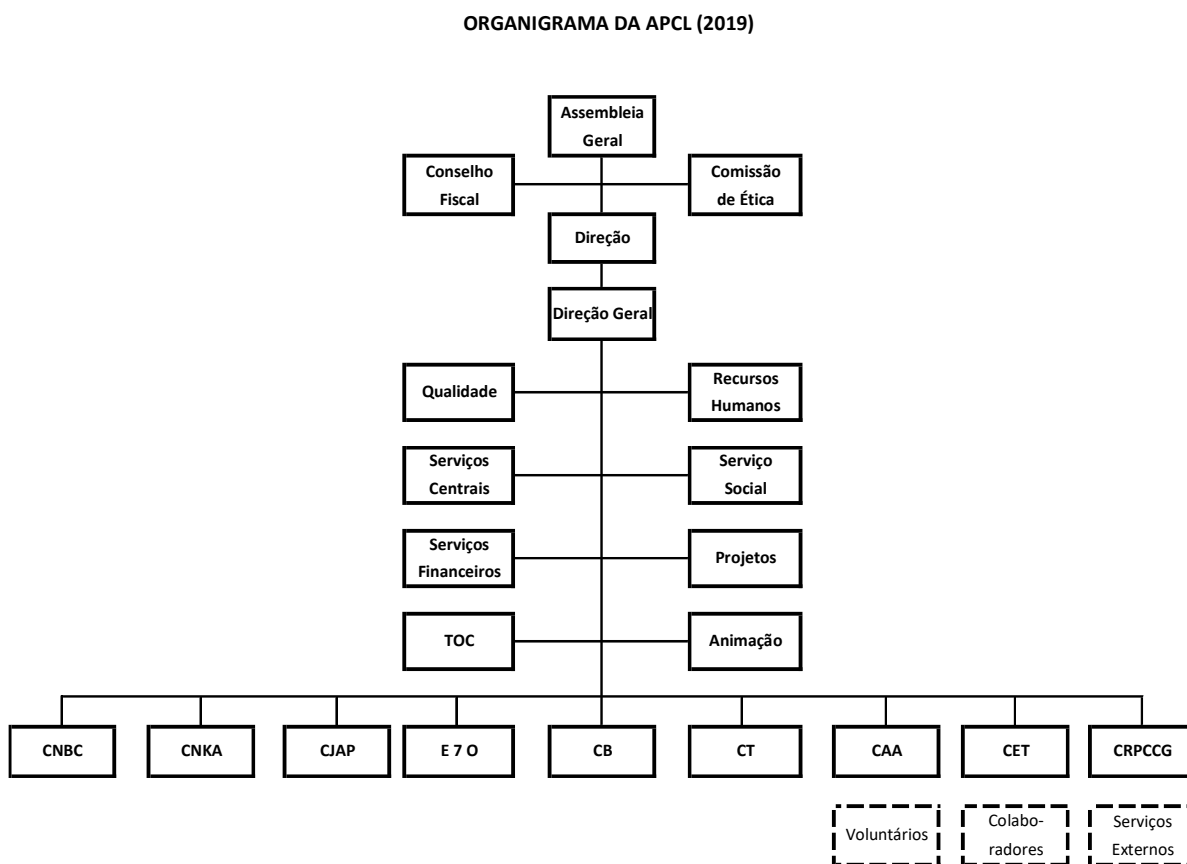


Figura 2 - Organograma da APCL

Fonte: [www. Apcl.org.pt](http://www.Apcl.org.pt)

PARTE II - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO VI - PESQUISA CIENTÍFICA

6.1 - Considerações Prévias

A palavra método tem origem no termo grego ‘methodos’ (meta + hódos) que significa literalmente “caminho para chegar ao fim”.

“O método científico compreende o processo de aquisição de conhecimentos, recorrendo a procedimentos reconhecidos de colheita classificação, análise e de interpretação de dados.”
(Freixo 2012, p.280)

O conhecimento científico é uma conquista recente da Humanidade, surgindo apenas no séc. XVII.

É metódico e sistemático, baseado na experimentação, voltado para a resolução de problemas, e inerentes a toda a humanidade.

É objetivo, não dependendo dos pensamentos e desejos de nenhuma pessoa em particular.

É um conhecimento geral, na medida em que procura estabelecer as regularidades dos fenómenos, procurando leis gerais e não as suas particularidades.

Segundo Teixeira (2010), o conhecimento é fator primordial para se alcançar uma educação de qualidade. Este autor sublinha que só será possível construir o conhecimento se este estiver atrelado com uma educação comprometida e realmente construtiva.

Para Ciribelli (2003), o método científico compreende um conjunto de etapas e instrumentos pelo qual o pesquisador científico direciona o seu projeto de trabalho com critérios de caráter científico para atingir os dados que suportam ou não o seu estudo. O pesquisador tem toda a liberdade de definir quais os melhores instrumentos a utilizar para cada tipo de pesquisa a fim de obter resultados confiáveis e com possibilidades de serem utilizados para outros estudos.

Conforme afirma Andrade (2007, p.9), a pesquisa científica “é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivos encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos”.

Segundo Reis (2018), a metodologia de investigação utiliza teorias, linguagem, técnicas e instrumentos com o intuito de dar respostas aos problemas e incertezas que se levantam nos diversos âmbitos do estudo.

Ainda segundo Yin “não existe nenhum método que seja melhor ou pior que a outro, o que deve é procurar adequação entre o método, o objetivo e as condições nas quais uma pesquisa está sendo realizada”. Yin (1990) p.25

6.2 - Metodologia / Questionário por Inquérito

Para o presente estudo utilizou-se a pesquisa quantitativa, nomeadamente através do questionário por Inquérito, e pela Análise Documental do Balanço e Demonstração de Resultados.

A construção de um questionário segundo Aaker et al (2001), é considerada uma arte “imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantem que os seus objetivos de mediação sejam alcançados com boa qualidade. Ainda segundo o autor, fatores como o senso e experiência do pesquisador podem evitar vários tipos de erros em questionários como por exemplo as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais.

Apresenta-se uma sequência de etapas a seguir para desenvolver o questionário, na opinião do autor:

- Planear o que vai ser mensurado
- Formular as perguntas para obter as informações necessárias
- Definir o texto e a ordem das perguntas, e o aspeto visual do questionário
- Testar o questionário utilizando uma pequena amostra, em relação a ambiguidade e omissões, e caso seja necessário, corrigir o problema e refazer no pré- teste e refazê-lo

6.3 - Metodologia / Balanço e Demonstração de Resultados das IPSS

Tal como foi dito atrás, utilizou-se o método quantitativo através dos inquéritos o qual também se aplicou para a análise Documental do Balanço e Demonstração de Resultados, de forma a completar a investigação em termos estatísticos.

A pesquisa documental produz novos conhecimentos, cria novas formas de compreender os fenómenos e dá a conhecer a maneira como o conhecimento tem sido desenvolvido.

Este método de pesquisa consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais, que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, realizando novas interpretações ou informações complementares, chamados documentos.

A pesquisa documental consiste no exame dos dados obtidos, extraídos de documentos com o objetivo de extrair informações neles contidos, a fim de compreender um fenómeno.

Nos estudos de Lúdke, André e Oliveira (1986), são considerados documentos materiais escritos que possam ser utilizados como fonte de informação, tais como leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio, televisão, estatísticas e arquivos escolares.

Assim como qualquer outra abordagem, apresenta vantagens e desvantagens em relação aos restantes métodos.

Nas vantagens Guba e Lincoln (1981), destacam o fato dos documentos constituírem uma fonte estável e rica de onde o pesquisador poderá retirar evidências que fundamentam as suas afirmações.

Podem ser consultadas várias vezes, e têm um baixo custo financeiro (apenas tempo), permitindo ao pesquisador maior acessibilidade, e servem para retificar, validar, ou complementar informações obtidas por outras técnicas de coleta de dados.

Nas desvantagens Guba e Lincoln (1981) afirmam que os documentos são amostras não representativas dos fenómenos estudados. Por vezes os documentos não traduzem as informações reais, visto que não foram elaborados com o propósito de fornecer dados para uma investigação posterior, pois os documentos são o resultado da produção humana e não há garantias de os dados serem fidedignos.

6.4 - Tipo de Estudo

Optou-se, neste estudo, pela pesquisa quantitativa através do Inquérito por questionário, e da Análise Documental como uma abordagem adequada para a compreensão da problemática, da sustentabilidade.

A pesquisa quantitativa aborda o que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações, para as classificar, comparar, analisar. Pode requerer ou não o uso de recursos a técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão)

Na pesquisa quantitativa “o pesquisador define claramente as suas hipóteses e variáveis usando-as essencialmente, para obter uma mediação precisa dos resultados quantificáveis obtidos”. (Mattar, 1999).

De acordo com Martins & Bicudo (2005) a pesquisa quantitativa lida com fatos, tudo aquilo que pode se tornar objetivo através da observação sistemática; evento bem especificado, delimitado e mensurável.

Como menciona Flick, na investigação quantitativa,

“as situações em que os fenómenos e as relações estudadas ocorrem são controladas até ao limite do possível, a fim de determinar com o máximo de clareza as relações casuais e a sua validade. Os estudos são desenhados por forma a excluir na medida do possível, a influência do investigador”. (2005) p.178-183.

No Questionário por Inquérito o método de pesquisa “Survey” é um dos mais utilizados, e pode ser descritivo como obtenção de dados ou informações sobre as características, ações, ou opiniões de determinados grupos de pessoas, considerados como representantes de uma população-alvo por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente por questionário. (Pinsonneault & Kraemer, 1993).

6.5 - Amostra Representativa

Conforme foi indicado atrás, foi elaborado para este estudo um Inquérito por Questionário a todas as Associações da área da deficiência de Paralisia Cerebral, no total de 15 Instituições, dos quais 13 que funcionam no Continente e nas Regiões Autónomas 2, inscritas na FAPPC, Federação das Associações de Paralisia Cerebral.

Apenas foram consideradas as Instituições que preenchiam o requisito de atividade económica CAE 87302- atividades de apoio social para pessoas com deficiência com alojamento, e CAE 88101- atividades de apoio social para pessoas com deficiência sem alojamento.

Previamente ao lançamento dos Inquéritos, foi elaborado um pré-Inquérito a ser respondido, por três pessoas com larga experiência na área respetivamente um ex Dirigente, um ex Revisor de Contas e uma ex Diretora Técnica de um equipamento social.

No que se refere aos inquéritos propriamente ditos também se solicitaram três respostas por Instituição dentro do mesmo critério, ou seja, um dirigente (Presidente ou Vice-Presidente), um responsável da área financeira (Tesoureiro ou responsável pela Contabilidade) e um Diretor Técnico da instituição.

Foram inquiridas as 15 Instituições da amostra, tendo respondido 12 com um total de 36 inquéritos respondidos e validados, a que corresponde uma percentagem de 80,0%.

No que se refere aos Balanços e Demonstração de Resultados, foram recolhidos os dados de 14 das 15 Instituições, a que corresponde uma percentagem de respostas validadas de 93, 3%.

Às Demonstrações Financeiras foi-lhes atribuído um código aleatório através de letras, para se poder garantir a confidencialidade dos dados.

Aos Inquéritos foi atribuído um número de código também aleatório precedido da letra maiúscula “I” por forma a não ser possível correlacionar os Inquéritos com as Demonstrações Financeiras, para se garantir a confidencialidade dos dados.

6.6 - Variáveis em Estudo

Uma variável, segundo Samperi *et al.* (2006, p .121), “é uma propriedade que uma variação tem em poder ser medida ou observada”.

Tendo em conta alguns estudos que se têm vindo a ser realizados sobre a questão da problemática da Sustentabilidade das IPSS, iremos no presente trabalho ter em conta algumas variáveis destas Instituições que adiante serão expostas.

6.7 - Variáveis Dependentes

A variável dependente é segundo Polit *et al.* (2004), aquela que o investigador está interessado em compreender, explicar ou prever.

Assim pediu-se a três colaboradores de cada Instituição, as suas opiniões, respondendo ao questionário sobre todas as questões relacionadas com a sustentabilidade da IPSS, tendo como contexto o desempenho das suas funções nessa mesma Instituição.

6.8 - Variáveis Independentes

Para Polit *et al.* (2004) a causa presumida de um fenómeno é denominada variável independente.

Assim com base em estudos anteriores, as variáveis independentes consideradas para este estudo são relativas aos antecedentes da perceção relativas a questão da Sustentabilidade, as quais passamos a citar: (1) Identificação dos sintomas de perda de sustentabilidade, (2) Identificação das oportunidades de atuação, (3) Aumento da receita, otimização da margem, eficiência dos ativos e, eficácia da organização, (4) Questões de ordem Ética, e (5) Recomendações .

Em estudos posteriores, seria vantajoso complementar a relação da perceção da opinião dos colaboradores relativas a questão da Sustentabilidade, analisando os relatórios desses mesmos anos, e dessas mesmas Instituições.

6.9 - Hipóteses

Segundo Polit *et al.* (2004), uma hipótese é uma previsão do pesquisador da relação que ele espera encontrar, isto é, prevê como as variáveis se relacionarão.

Para Samperi *et al.* (2006) as hipóteses são diretrizes para uma pesquisa, que indicam o que estamos a tentar provar, e definem-se como tentativas de explicação do fenómeno pesquisado, formuladas como proposições. As hipóteses são o centro, a medula ou o eixo do método dedutivo quantitativo.

De acordo com o problema em estudo, enunciamos as seguintes hipóteses:

- A perceção que os colaboradores inquiridos têm no processo da identificação dos sintomas de perda de sustentabilidade, será tanto maior ou menor consoante as funções que desempenham.
- As parcerias e protocolos estabelecidos nos mais diversos setores, podem contribuir para aumentar a eficácia e estratégia destas IPSS.
- As expetativas nas questões ordem ética, vão de acordo com a qualidade que os colaboradores defendem, para o desenvolvimento das respostas sociais dos seus utentes, e que impõem nas atividades e funções que exercem.

6.10 - Fase Metodológica - Instrumentos de Recolha de Dados

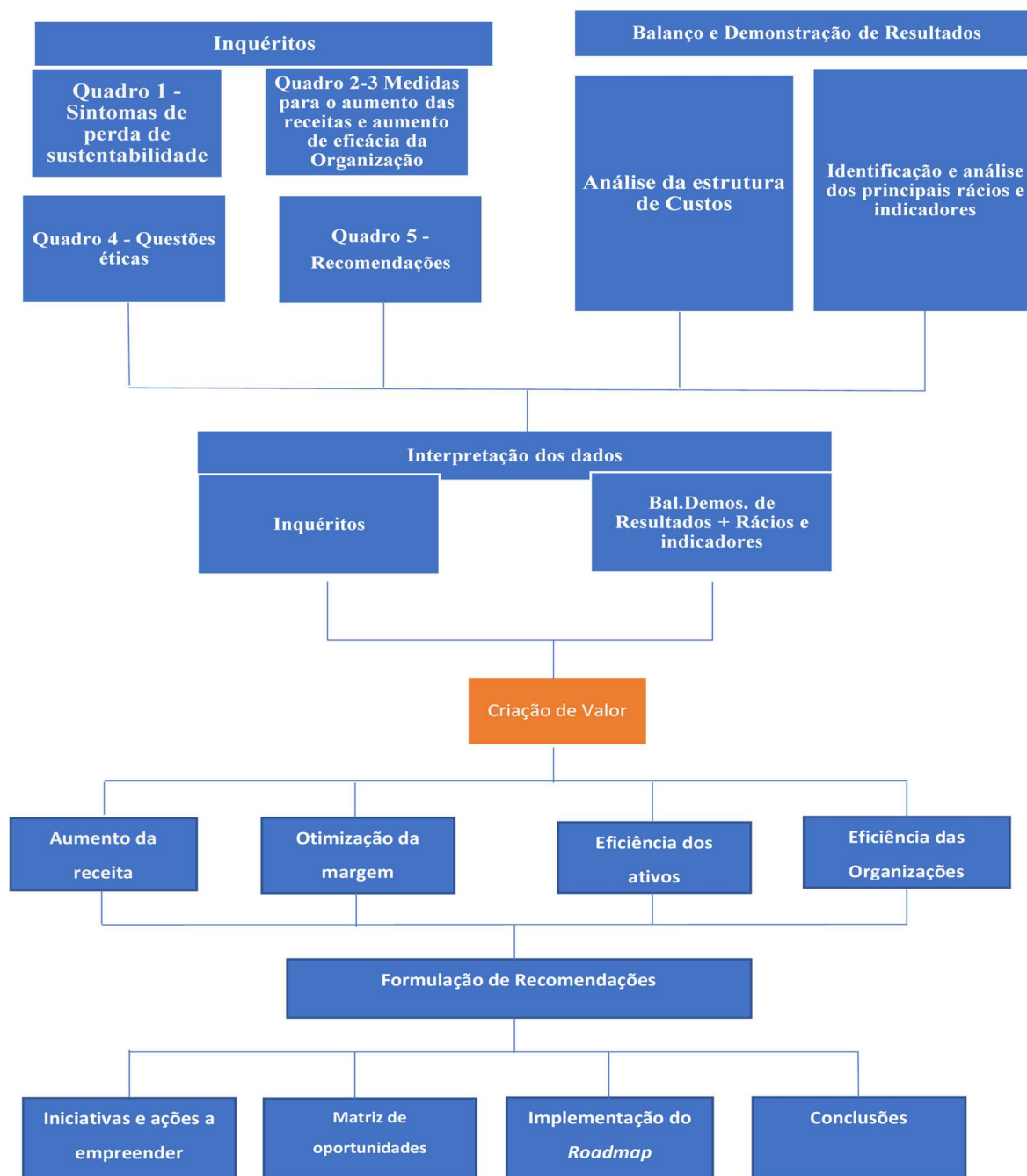


Figura 3 - Instrumentos e recolha de dados Fonte:

Elaboração Própria (2019)

PARTE III- ANÁLISE E CONCLUSÕES

CAPÍTULO VII - Análise e Apresentação dos dados do Inquérito, Balanço e Demonstração de Resultados - Recomendações

7.1 - Apresentação dos dados do Inquérito

Como foi referido atrás, utilizou-se um questionário por Inquérito, que foi lançado a todas as IPSS de área da Paralisia Cerebral no Continente e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, inscritas na FAPPC- Federação das Associações de Paralisia Cerebral.

No entanto, das dezoito IPSS em causa, apenas foram consideradas quinze, ou seja, aquelas cujo Código de Atividades Económica – CAE - inclui atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com e sem alojamento, respetivamente CAE 87302 e CAE 88101. Ficaram, portanto, excluídas três Associações que não cumpriram os requisitos acima. Das restantes foi possível obter os Balanços e Demonstrações de Resultados do triénio 2016-2018 de catorze Associações, e doze responderam em tempo útil ao inquérito que lhes foi proposto.

Em resumo, foram validadas as respostas às Demonstrações Financeiras de 93% das Associações inquiridas e validados os inquéritos de 80% das Associações.

Antes do lançamento do inquérito às Associações foi o mesmo sujeito a diversas revisões, tendo sido solicitado o preenchimento de um pré-inquérito a três pessoas independentes, as quais, embora relacionadas com a problemática da paralisia cerebral desde há muitos anos, sendo técnicos e familiares de utentes, já não exercem funções executivas em nenhum das 15 instituições do universo selecionado.

Apresenta-se de seguida o resultado da análise dos Inquéritos:

Inquérito (Quadro 1) 1- Identificação dos sintomas de perda de sustentabilidade

A identificação dos sintomas de perda de sustentabilidade foi avaliada nas seguintes vertentes: económica- financeira, recursos humanos, satisfação dos clientes/ utentes, instalações, gestão/ organização e outras causas diversas.

Quadro 1 - Sintomas de perda de sustentabilidades

1.1 -Sintomas Económico - financeiros

	Sim	Não	N.R.
	%	%	%
1.1.1 Alargamento do prazo de pagamento a fornecedores	69,4	27,8	2,8
1.1.2 Aumento continuado do montante de financiamentos	61,1	38,9	0,0
1.1.3 Atraso nos pagamentos à Seg. Social / Sindicatos	77,8	19,4	2,8

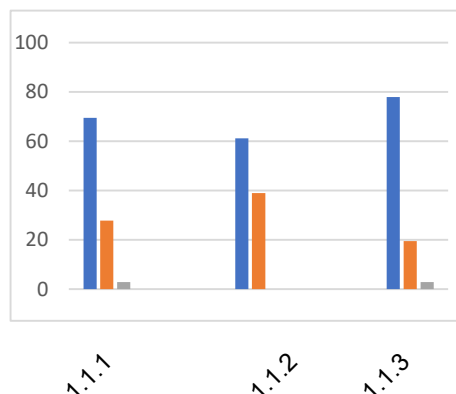


Gráfico 1 - Sintomas económico-financeiros

Fonte: Elaboração própria (2019)

O sintoma que mais se destaca nesta questão, é o atraso de pagamento á Segurança Social Sindicatos, seguidos do alargamento do prazo de pagamento a fornecedores. O aumento continuado do montante de financiamentos também é considerado como relevante.

Quadro 1 - Sintomas de perda de sustentabilidades

1.2 -Sintomas na área dos Recursos Humanos

	Sim	Não	N.R.
	%	%	%
1.2.1 Atraso no pagamento de salários	80,6	19,4	0,0
1.2.2 Dificuldades no recrutamento de pessoal	52,8	47,1	0,1
1.2.3 Ausência ou espaçamento das ações de formação	50,0	44,4	5,6

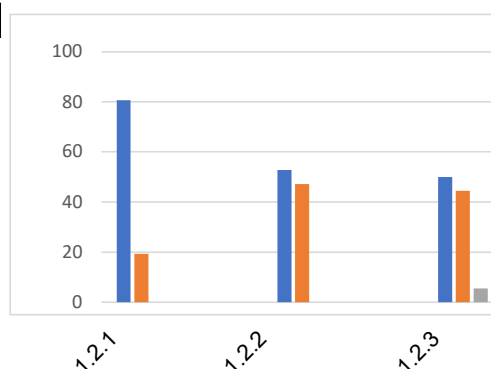


Gráfico 2. Sintomas na área dos Recursos humanos

Fonte: Elaboração própria (2019)

Pode-se compreender através do gráfico que o sintoma mais significativo destacado é o atraso no pagamento dos salários.

Quadro 1 - Sintomas de perda de sustentabilidades

1.3 -Sintomas relativos à satisfação dos utentes/familiares

	Sim	Não	N.R.
	%	%	%
1.3.1 Vagas por preencher e saída de utentes/clientes	47,2	47,2	5,6
1.3.2 Aumento do número de reclamações	55,6	41,7	2,7
1.3.3 Diminuição da qualidade dos serviços	80,6	19,4	0,0

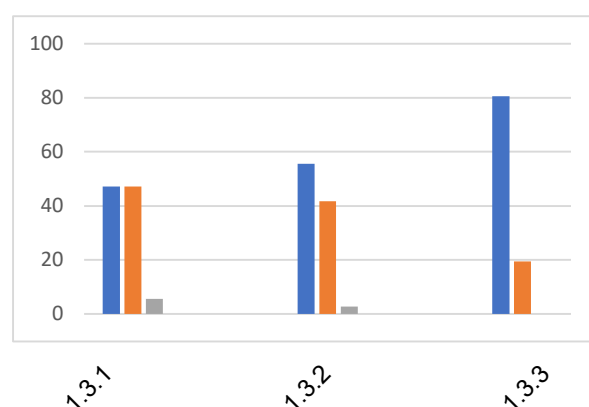


Gráfico 3 - Sintomas relativos à satisfação dos utentes/familiares

Fonte: Elaboração própria (2019)

A diminuição da qualidade dos serviços prestados é apontada na esmagadora maioria das respostas, como um sintoma importante da perda de sustentabilidade.

Quadro 1 - Sintomas de perda de sustentabilidades

1.4 -Sintomas relativos às Instalações

	Sim	Não	N.R.
	%	%	%
1.4.1 Degradação das instalações	88,9	8,3	2,8
1.4.2 Falhas na manutenção dos equipamentos	91,4	8,3	0,3

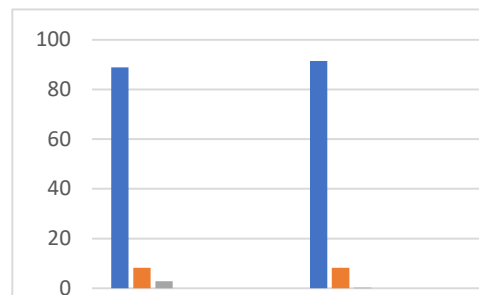


Gráfico 4 - Sintomas relativos às Instalações
Fonte: Elaboração própria (2019)

Depreende-se deste gráfico, que as falhas de manutenção de equipamentos se destacam tal como a degradação de instalações.

Quadro 1 - Sintomas de perda de sustentabilidades

1.5 -Sintomas relativos à Gestão/Organização

	Sim	Não	N.R.
	%	%	%
1.5.1 Falhas de comunicação interna	52,8	44,4	2,8
1.5.2 Inexistência de certificação de qualidade	47,2	52,8	0,0
1.5.3 Normas de qualidade com muitas não conformidades	58,3	36,1	5,6

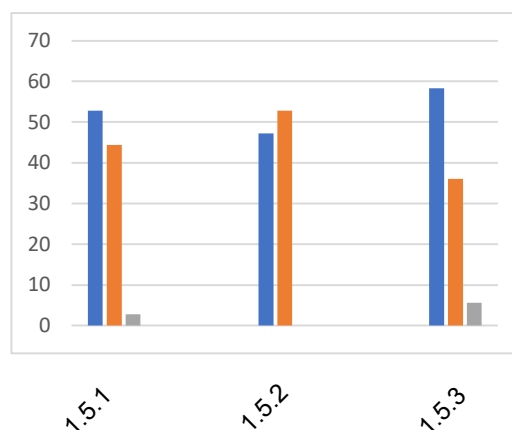


Gráfico 5 - Sintomas relativos à Gestão/Organização
Fonte: Elaboração própria(2019)

Curiosamente, à Gestão/Organização não são apontados valores significativos como causas de perda de sustentabilidade, oscilando entre o Sim e o Não à volta de 50%. (falhas de comunicação interna, inexistência de certificação de qualidade e elevado número de “não conformidades” no cumprimento das normas de qualidade).

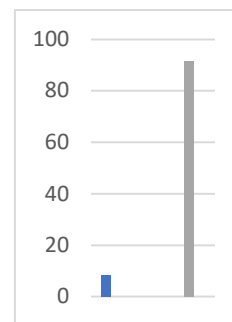
Este resultado causa uma certa perplexidade, na medida em que a Gestão/Organização é responsável, em grande parte, pelo desempenho da Instituição. No entanto, nas questões abertas, são assinalados dois aspetos que se consideram relevantes: o modelo de funcionamento da Instituições e a carência de inovação como sintomas da perda progressiva de sustentabilidade.

De notar que nas respostas aos pré-inquéritos dadas por pessoas que já não estão ligadas à gestão diária das Instituições, as respostas foram unânimes no que toca a esta questão, alegando que a parte da gestão nas IPSS é uma peça fulcral para a Eficácia Organizacional, bem como para a sua estratégia.

Quadro 1 - Sintomas de perda de sustentabilidades

1.6 -Outros sintomas

	Sim	Não	N.R.
	%	%	%
1.6.1 Diversos	8,3	0,0	91,7



1.6.1

Gráfico 6 : Outras causa

Fonte: Elaboração própria (2019)

Quadro 2 - Medidas para o aumento da receita e/ou otimização das margens

Aumento da receita

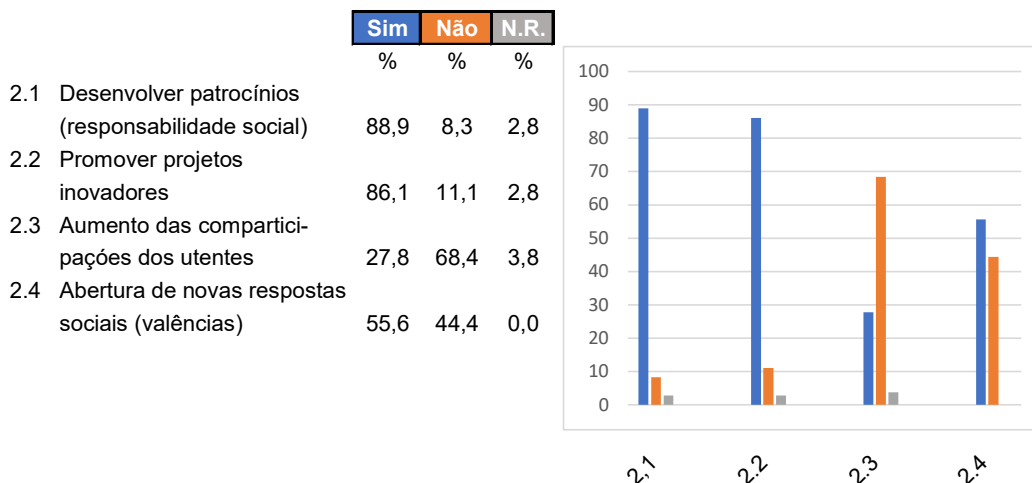


Gráfico 7 - Aumento das receitas

Fonte: Elaboração própria (2019)

Quadro 2 - Medidas para o aumento da receita e/ou otimização das margens

Otimização das margens

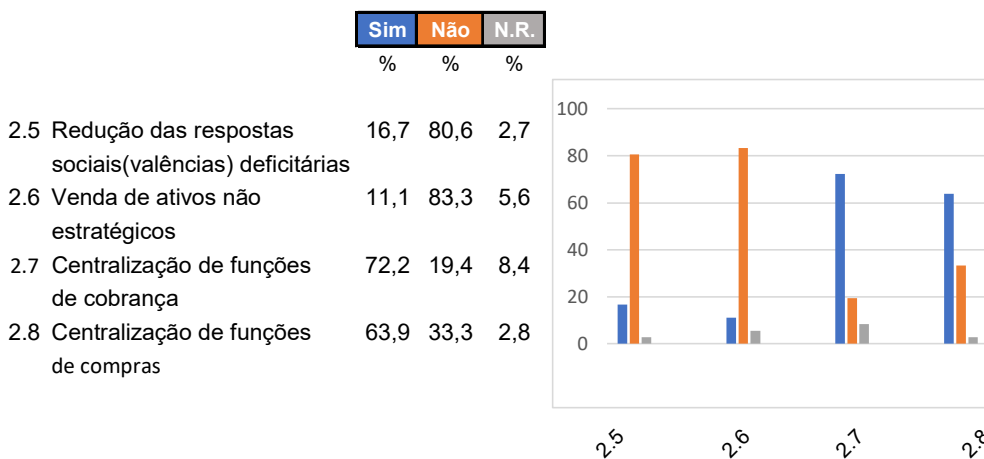


Gráfico 8 - Otimização das margens (1.ª parte)

Fonte: Elaboração própria(2019)

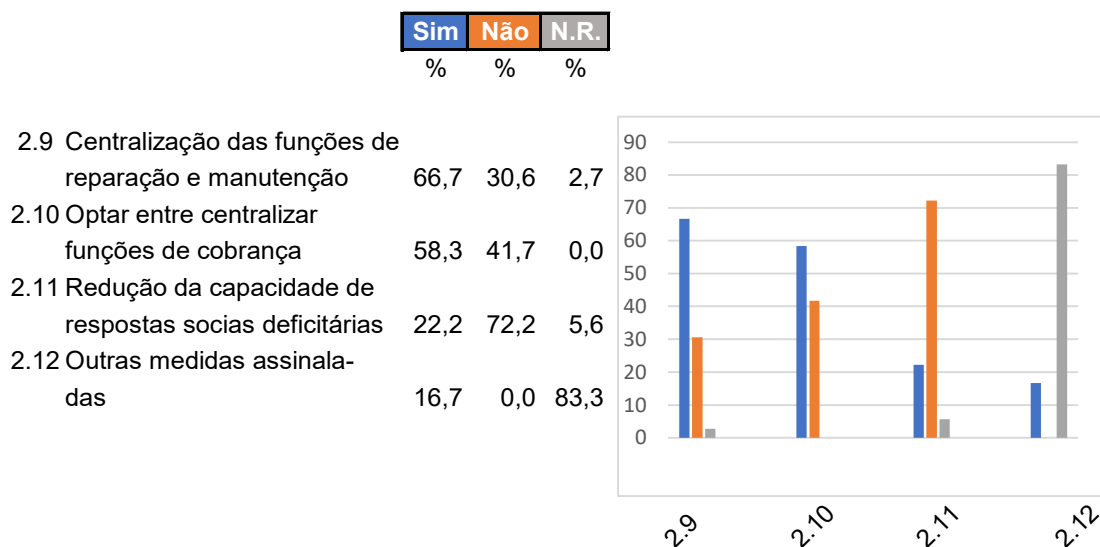


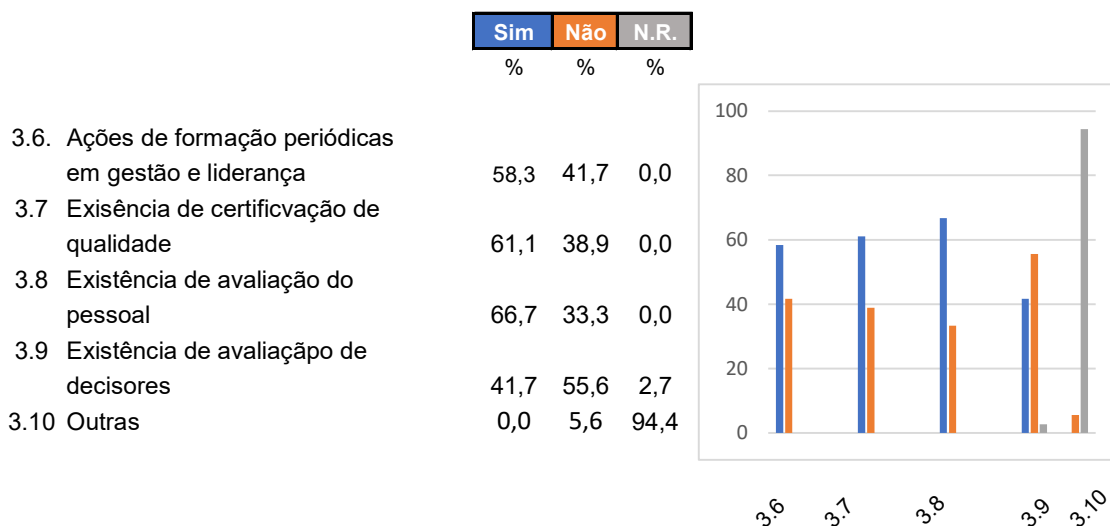
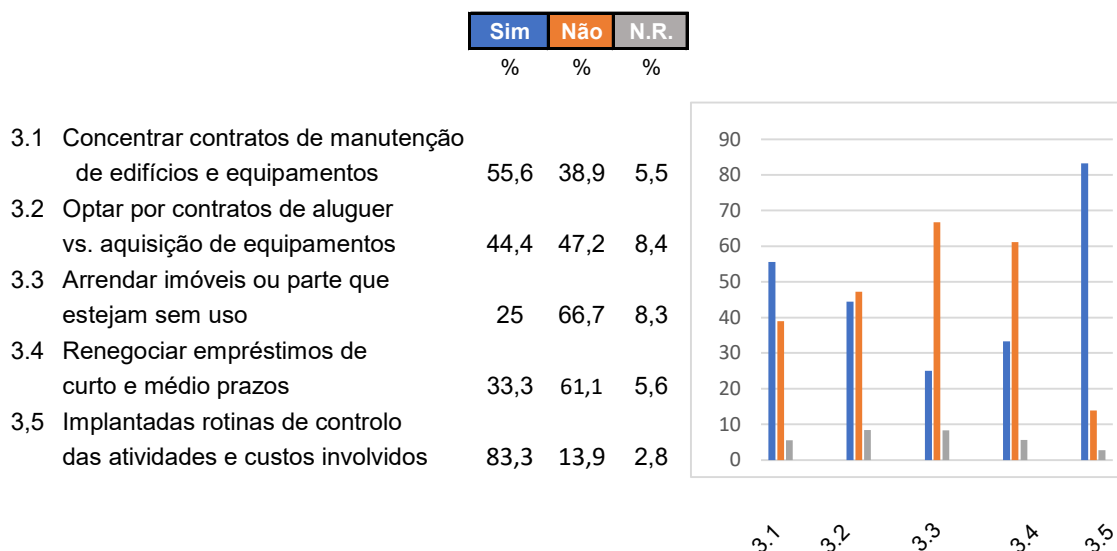
Gráfico 9 - Otimização das margens (2.ª parte)
Fonte: Elaboração própria(2019)

Esta questão está relacionada com a criação de valor e as diversas formas de otimização das margens com impacto significativo no resultado de cada exercício e no balanço da instituição.

Nas questões em aberto, foram apresentadas como medidas para o aumento de valor o desenvolvimento de parcerias com instituições (partilha de recursos) , a revisão dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social em função dos acréscimos salariais obrigatórios (salário mínimo). Assinalada ainda a utilização de *Crowdfunding* como forma de financiamento de baixo custo.

Nos pré- inquéritos foi assinalada a hipótese de efetuar uma campanha agressiva para obter receita adicional através da consignação de 0,5% do IRS.

Quadro 3 - Medidas para o aumentar a eficiência dos ativos (bens da instituição)e/ou da organização
Eficiência dos ativos



Quadro 4 - Questões de ordem ética

		Sim	Não	N.R.
		%	%	%
Área de pessoal				
Redução do quadro de pessoal				
4.1.1	Técnico	5,7	91,4	2,9
4.1.2	Auxiliar	8,6	88,6	2,8
4.1.3	Serviço noturno	0,0	85,7	14,3

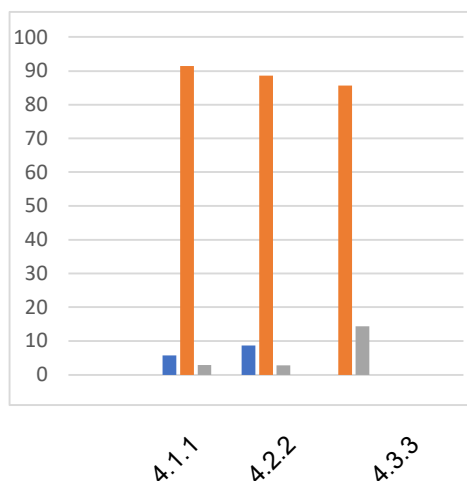


Gráfico 12 -Área do pessoal

Fonte : Elaboração própria (2019)

		Sim	Não	N.R.
		%	%	%
Refeitórios				
4.2.1	Restrições em termos de menus	14,3	80,0	5,7

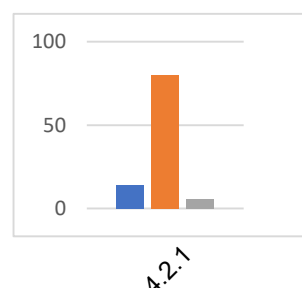


Gráfico 13- Refeitórios

Fonte: Elaboração própria (2019)

		Sim	Não	N.R.
		%	%	%
Atividades de lazer, cultura e desporto				
4.3.1	- Redução de atividades	20,0	77,1	2,9

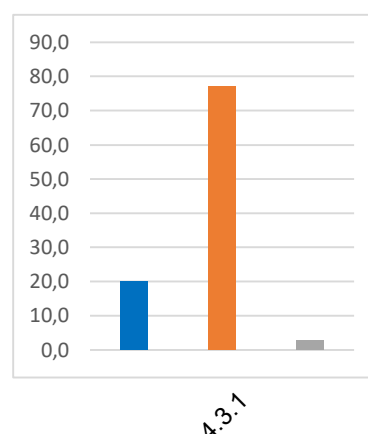


Gráfico 14- Atividades de lazer, cultura desporto

Fonte: Elaboração própria (2019)

**Quadro 4 . Conservação e manutenção
de equipamentos**

4.4.1 Cortes na manutenção 11,4 77,1 11,5

Sim	Não	N.R.
%	%	%

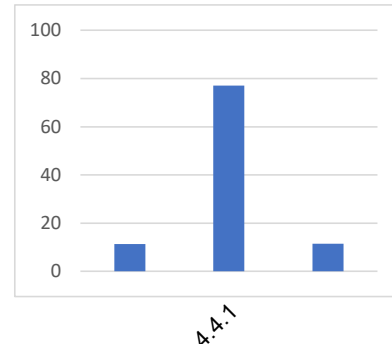


Gráfico 15- Conservação e manutenção
de equipamentos

Fonte: Elaboração própria (2019)

Outras medidas

4.5 Outras medidas

Sim	Não	N.R.
%	%	%

0,0 17,1 82,9

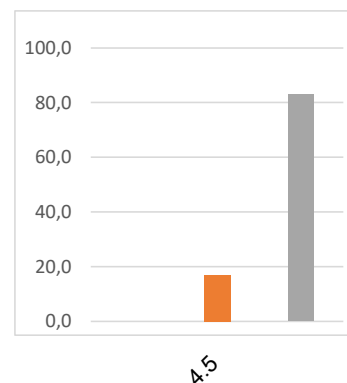


Gráfico 16- Outras medidas

Fonte: Elaboração própria (2019)

Em períodos de maiores dificuldades económicas importa verificar, em que medida, determinados procedimentos possam vir a ser abrandados na sua exigência. E dentro destes as questões as de ordem ética assumem especial relevância na medida em que implicam com direitos das pessoas e em deveres imperativos das Instituições.

A questão colocada foi a seguinte: ‘Deixaram de ser aplicadas medidas de reestruturação destinadas a aumentar a sustentabilidade por imperativos de ordem ética ou estatutária?’

Desta forma, o Quadro 4 questionou os inquiridos sobre questões éticas, nomeadamente as que se referem à área de pessoal, dos refeitórios, das atividades de lazer e cultura, conservação e manutenção de equipamentos, de segurança.

Como resposta aberta deixou-se a liberdade aos inquiridos de apresentarem outras situações que fossem consideradas pertinentes,

Em relação às questões fechadas e relativamente à área de pessoal a esmagadora maioria das respostas foi negativa, ou seja, o critério ético prevaleceu sobre o critério económico, prevalecendo sempre os recursos humanos, como fator primordial para a continuação, das necessidades dos utentes, não havendo cortes.

Em conclusão, verifica-se, na generalidade, que os princípios éticos são tidos em elevada conta pelas Instituições sempre que dizem às pessoas, embora haja algum abrandamento,

Embora reduzido, quando são consideradas áreas importantes, menos sensíveis e de efeito menos imediato, tais como as atividades culturais, de lazer e manutenção de equipamentos.

Quadro 5 - Recomendações

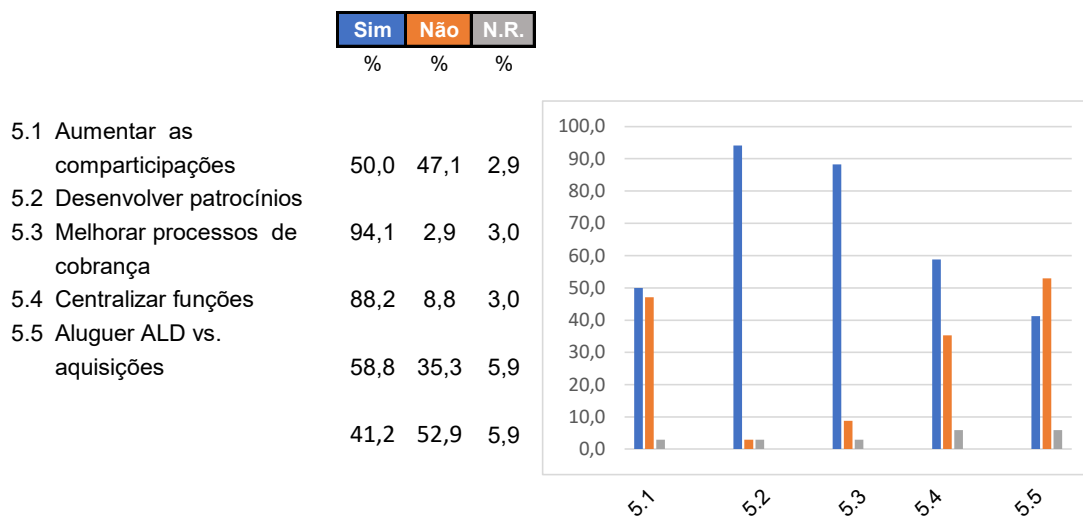


Gráfico 17 - Recomendações (1.ª parte)

Fonte: Elaboração própria (2019)

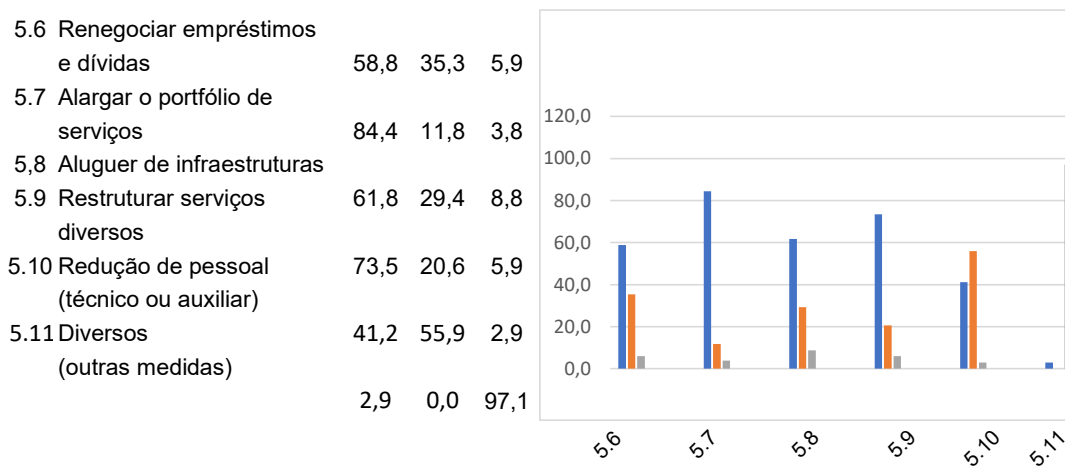


Gráfico 18 - Recomendações (2.ª parte)

Fonte: Elaboração própria (2019)

À questão **‘que recomendações faria para aumentar a sustentabilidade das instituições em geral?’**, as respostas mais significativas foram as seguintes:

- Desenvolver patrocínios com entidades públicas	94,1 %
- Melhorar os processos de cobrança	88,2 %
- Alargar o portfólio de Serviços	82,4 %
- Aluguer de Infra- Estruturas	61,8 %

Em relação à questão em aberto foram apresentadas as seguintes recomendações:

Nos Pré-inquéritos: Envolver o pessoal em campanha de recolha de ideias com prémio de incentivo para as três melhores ideias exequíveis e financeiramente suportáveis.

Como nota final sobre o apuramento dos Inquéritos, pode concluir-se que foram de elevada valia na medida em que refletem o parecer dum vasto conjunto de pessoas diretamente envolvidas com as Instituições de apoio a pessoas com Paralisia Cerebral e suas famílias cujas suas opiniões devem ser tidas em conta nas medidas que vierem a ser implementadas para aumentar o valor e a sustentabilidade económico financeira das Instituições.

Esta abordagem metodológica permite identificar as áreas de atuação e a formulação de recomendações, com a indicação das ações a empreender e qual o impacto esperado em cada uma das quatro áreas atrás referidas: (1) aumento de receita, (2) otimização da margem, (3) eficácia dos ativos e (4) eficácia organizacional.

7.1.1 - APRESENTAÇÃO DOS BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS, RÁCIOS E INDICADORES

É de salientar que neste tipo de Instituições, e até por imposições legais, as demonstrações financeiras são preparadas por técnicos qualificados (Técnico Oficial de Contas - TOC) e em seguida aprovadas pelas Direções das Instituições, e validadas pelos Conselhos Fiscais respetivos. No caso de Instituições com maiores dimensões, quer em termos de recursos humanos quer pelo movimento financeiro, as contas são abrangidas por normativas legais e

obrigatoriamente revistas por entidades independentes (Revisor Oficial de Contas – ROC). Desta forma podemos admitir que as Demonstrações Financeiras são fidedignas e, representam fielmente a situação de cada uma das Instituições. Em boa norma, no mínimo, devem ser comparados três exercícios, por forma a se obter uma visão mais dinâmica da evolução financeira ao longo do tempo, ou seja, que permita avaliar as taxas de variação quer dos valores absolutos, dos montantes em causa, quer ainda dos próprios rácios e indicadores.

Mas há sempre que ter em conta que os Balanços, Demonstrações de Resultados, Rácios e Indicadores são registos do passado, quando as medidas e opções a tomar numa Instituição, dizem respeito ao futuro.

Além disso, a leitura estática (em termos absolutos) das demonstrações financeiras não permite, isoladamente, obter uma análise completa e crítica sobre a situação de uma entidade quanto à sua estrutura de capitais, liquidez, rendibilidade, atividade e risco.

A análise e a correta interpretação dos indicadores económico-financeiros de uma entidade (normalmente rácios) assume, neste contexto, um papel de extrema importância. Hawkins (2002).

Craveiro (2006), considera que os rácios fornecem informações bastante mais expressiva do que a que se obteria considerando essas rubricas em valor absoluto.

O método dos rácios como técnica utilizada para a análise financeira consiste em estabelecer relações entre contas e agrupamentos de Contas do Balanço e da Demonstração de Resultados, ou ainda entre grandezas económico-financeiro. A diversidade de informação contabilista, permite ao analista financeiro, efetuar uma seleção e realizar os necessários ajustamentos de entre os diferentes elementos disponíveis, com o objetivo de calcular os indicadores financeiros que evidenciam as características económicas e financeiras a estudar. De entre os rácios e indicadores convém salientar **o Z- Score de Altman**.

Neves (2012), a respeito deste indicador, refere que é utilizado para prever a probabilidade de uma entidade ir à falência. O Z-score analisa a liquidez, a rendibilidade, reinvestimento de resultados e alavancagem financeira. Quanto mais elevado for o Z-score melhor a saúde financeira da entidade e menor a probabilidade de falência, ou seja, este método, **para além de analisar o passado, prevê, sobretudo o futuro**.

É pois, neste contexto, que se irão apresentar os dados (valores absolutos, indicadores económicos- financeiros, rácios), os quais ajudam a analisar, a compreender e a interpretar o desempenho das Instituições em causa e do setor, designadamente os relacionados com a estrutura de capitais e endividamento, liquidez, rendabilidade, atividade e risco.

Estes dados são apresentados para cada uma das Instituições e ainda para o conjunto consolidado de todas as 14 Associações da amostragem.

Os rácios analisados são ainda comparados com os Rácios do Setor existentes na Central de Balanços do Banco de Portugal (CBBD) de modo a facilitar a comparação setorial.

De entre a multiplicidade de Rácios e Indicadores económico-financeiros disponíveis foram selecionados para este estudo os apresentados a seguir, pois se consideram suficientes para o fim em vista.

7.1.2 - Estrutura Financeira e Endividamento

Importa definir e interpretar os principais indicadores e rácios relacionados com a **Estrutura de Capitais**, nomeadamente a **Autonomia Financeira**, a **Solvabilidade** e a **Cobertura dos Ativos Não Correntes**.

Estes dados permitem, duma forma geral, identificar a forma como a Instituição se financia, o grau da sua independência financeira e a sua capacidade para fazer face aos seus compromissos a médio e longo prazo.

A **Autonomia Financeira** é um rácio que varia entre 0 e 1 (ou 0% a 100%), embora possa atingir valores negativos quando o capital próprio é negativo). Representa a percentagem dos ativos totais da Instituição financiados por capitais próprios. Este rácio expressa a participação do capital próprio no financiamento da entidade. Traduz a capacidade da empresa de financiar o ativo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos.

Quanto maior o seu valor, menor o peso dos capitais alheios no financiamento dos ativos e menores os respetivos encargos financeiros (juros de empréstimos obtidos). Costa, (2003)

Indicadores sobre a Estrutura Financeira
$\text{Autonomia Financeira (\%)} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo}} \times 100$
$\text{Solvabilidade Geral (\%)} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}} \times 100$
$\text{Cobertura dos Ativos Não Correntes (\%)} = \left(\frac{\text{Capital Próprio} + \text{Passivo Não Corrente}}{\text{Ativo Não Corrente}} \right) \times 100$

Quadro 4 - Fórmulas de cálculo dos Indicadores da Estrutura Financeira

Fonte: Revista de Contabilidade (dezembro, 2014)

Solvabilidade Geral permite também avaliar a estrutura financeira da Instituição

Uma entidade está solvente do ponto de vista económico quando apresenta um capital próprio que garanta a liquidação do seu passivo e tenha expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura. A insolvência económica conduz sempre a insolvência financeira, isto é, à incapacidade da entidade em fazer face às suas responsabilidades. Correia (2014).

A Cobertura dos Ativos não Correntes indica em que medida os investimentos são cofinanciados por capitais estáveis (capitais próprios e passivo não corrente). Este rácio conhecido por regra do equilíbrio financeiro mínimo; deve ser igual ou superior a 1 (ou 100%), isto é, a soma dos capitais próprios e do passivo não corrente deve, no mínimo, ser igual ao montante do ativo não corrente.

7.1.3 - Indicadores de Endividamento

Outro aspeto a ter em conta é o endividamento, o qual permite avaliar a importância relativa dos gastos financeiros.

Indicadores de Endividamento	
$\text{Custo dos Financiamentos Obtidos (\%)} = \frac{\text{Juros Suportados}}{\text{Financiamentos Obtidos (a)}} \times 100 \quad (a)$	
$\text{Efeito dos Juros Suportados (\%)} = \frac{\text{Resultados Antes de Impostos}}{\text{Resultados Operacionais}} \quad (b)$	

(a) inclui os financiamentos antes dos gastos de financiamento e impostos

(b) financiamentos obtidos correntes e os financiamentos obtidos não correntes

Em complemento aos rácios da estrutura de capitais, importa também analisar os rácios de endividamento, para permitir aferir a importância dos encargos financeiros.

Quadro 5- Fórmula de cálculo dos Indicadores de Endividamento

Fonte: Revista de Contabilidade (dezembro, 2014)

O custo dos financiamentos indica a taxa média dos encargos financeiros. Para além do aumento das taxas de juro de mercado, uma evolução positiva crescente deste indicador poderá também ser um indício do maior risco de crédito e consequentemente do aumento das taxas de juro exigidas pelos credores financeiros. Correia (2019).

A pressão financeira de uma entidade pode ser avaliada em termos do **Efeito dos juros Suportados** nos seus resultados operacionais. Quanto maior este indicador, menor a representatividade dos juros de financiamento nos resultados da empresa. Correia (2019).

7.1.4 - Indicadores e Rácio de liquidez

Os rácios de liquidez dão informação sobre a capacidade de cumprimento das responsabilidades exigíveis a curto prazo da entidade, designadamente o pagamento das dívidas a fornecedores, ao Estado, e a outros credores correntes assim como a amortização de financiamentos com maturidade inferior a um ano. Neste contexto há que analisar os rácios de liquidez geral e liquidez.

Indicadores de Liquidez $\text{Liquidez geral (\%)} = \frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}} \times 100$ $\text{Liquidez reduzida (\%)} = \left(\frac{\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários e Ativos Biológicos Consumíveis}}{\text{Passivo Corrente}} \right) \times 100$
--

Quadro 6 - Fórmulas de cálculo dos Indicadores de Liquidez

Fonte: Revista de Contabilidade, (dezembro, 2014)

O Rácio de Liquidez

O conceito de liquidez está relacionado com a capacidade de um determinado ativo ser transformado em meios líquidos. Assim, um ativo será tanto mais líquido quanto mais rápido e com menos custos ocorrer esta transformação, libertando meios para o suprir compromissos. (Fernandes *et al.* 2012).

A Liquidez Geral é muitas vezes apresentada como a “almofada de segurança” da entidade quando os credores reclamam os reembolsos das dívidas de curto prazo. Uma entidade tem liquidez quando o seu fundo de maneo é suficiente para permitir fazer face aos riscos resultantes da lentidão com que os valores ativos se transformam em dinheiro. Se isso não acontecer pode provocar desequilíbrios na tesouraria. (Craveiro 2006).

7.1.5 - Indicadores de Rendibilidade

A rentabilidade consiste na capacidade das empresas gerarem lucro, ou seja, na sua aptidão para obterem rendimentos superiores aos gastos. Assim, não se limita à ideia da maximização dos resultados analisados de forma isolada, mas sim à lógica da maximização dos resultados obtidos num determinado período, com os meios utilizados para os gerar. (Fernandes et, al, 2012)

Na análise dos rácios de rentabilidade destaca-se a **Rentabilidade das Vendas**, o **EBITA**, em percentagem do volume de negócios, a **Rentabilidade dos Ativos** e a **Rentabilidade dos Capitais Próprios**. **Rentabilidade das Vendas** é um indicador do desempenho económico da entidade e traduz rentabilidade após terem sido suportados todos os gastos de exploração, tais como consumo de materiais, fornecimentos e serviços externos, pessoal, depreciações e amortizações, entre outros. Reflete a eficiência na utilização dos meios.

O **EBITA** (Earnings Before Interests, Taxes and Amortisations) em percentagem do volume de negócios é uma medida de rentabilidade da empresa, mas também da capacidade da empresa em gerar fluxos de caixa (cash-flows) a partir da atividade operacional. De assinalar que o **EBITDA** (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciations and Amortisations) difere do EBITA, na medida em que este último não inclui as Depreciações.

A **Rentabilidade do Ativo** é uma medida da eficiência operacional dos ativos da empresa (correntes e não correntes) e permite o desempenho da totalidade dos capitais (próprios e

Indicadores de Rentabilidade
$\text{Rentabilidade das Vendas (\%)} = \left(\frac{\text{Resultado da Exploração (EBIT)}}{\text{Vendas e Serviços Prestados}} \right) \times 100$
$\text{EBITDA em percentagem do volume de negócios (\%)} = \frac{\text{EBITDA}}{\text{Volume de Negócios}} \times 100$
$\text{Rentabilidade do Ativo (\%)} = \left(\frac{\text{EBITDA}}{\text{Ativo}} \right) \times 100$
$\text{Rentabilidade dos Capitais Próprios (\%)} = \left(\frac{\text{Resultado Líquido do Período}}{\text{Capital Próprio}} \right) \times 100$

alheios) investidos na empresa.

Quadro 7 - Fórmulas de cálculo dos Indicadores de rentabilidade

Fonte: Revista de Contabilidade (dezembro, 2014)

7.1.6 - Indicadores de Atividade

Os Rácios de Atividade refletem a eficiência na gestão dos créditos comerciais e do fundo de maneio. Incluem três indicadores principais: **Prazo Médio de Recebimentos (PMR)**, o **Prazo Médio de Pagamento (PMP)** e o **Prazo Médio de Rotação dos Inventários (PMRI)**.

O PMR indica o período médio, em dias que decorre entre o momento das vendas e/ou

Indicadores de Atividade

<i>Prazo Médio de Recebimentos (nº dias)</i> $= \text{Clientes} / (\text{Volume de Negócios} + \text{Estimativa do IVA recebido sobre VN}) \times 365$ <i>Prazo Médio de Pagamentos (nº dias)</i> $= \text{Fornecedores} / (\text{FSE} + \text{Compras} + \text{Estimativa do IVA pago sobre FSE e Compras}) \times 100$

serviços prestados e o dos recebimentos.

Quadro 8 - Fórmulas de cálculo dos Indicadores Atividade

Fonte: Revista de Contabilidade (dezembro, 2014)

7.1.7 - Análise do Ponto Crítico e Margem de Segurança

O **ponto crítico** corresponde ao nível de atividade em que a Instituição não tem lucro nem prejuízo operacional (EBIT= 0).

Para Correia (2014), a margem bruta é a diferença entre os rendimentos operacionais e os gastos variáveis, a empresa situa-se no ponto crítico quando a margem bruta é completamente absorvida pelos gastos fixos. Quanto maior for o ponto crítico, maior será o risco operacional do negócio.

Ponto Crítico e Margem de Segurança

$$\begin{aligned}
 \text{Ponto Crítico} &= \left(\frac{\text{Gastos Fixos}}{1 - \frac{\text{Gastos Variáveis}}{\text{Volume de Negócios}}} \right) \times 100 \\
 \text{Margem de Segurança} &= \frac{\text{Volume de Negócios Atual}}{\text{Ponto Crítico}} - 1
 \end{aligned}$$

Quadro 9 - Fórmula de cálculo do Ponto Crítico e Margem de Segurança

Fonte: Revista de Contabilidade (dezembro, 2014)

A **Margem de Segurança** exprime o distanciamento relativo do nível de atividade atual da Instituição (volume de negócios), face ao ponto crítico, ou seja, traduz o nível de segurança em que a empresa trabalha, acima de um resultado operacional nulo. Quanto maior a margem de segurança, acima de um resultado operacional nulo, menor será o risco económico. Se a Instituição estiver num nível de atividade próximo do ponto crítico, então a margem de segurança é baixa e uma pequena redução do volume de negócios poderá ter como consequência a entrada da Instituição numa zona de prejuízos.

7.1.8 - Indicador do Risco de Falência (Z - Score de Altman)

Trata-se de um indicador baseado em cinco rácios financeiros e calculado através duma fórmula que pondera os cinco rácios (A a E)

A fórmula foi determinada por Altman a partir da análise ao longo de largos períodos de tempo de milhares de empresas, sendo que a fórmula que abaixo se indica é aplicável a empresas ou Instituições de prestações de serviços. Foram igualmente determinados intervalos para classificar o risco de incumprimento e/ou falência.

Os rácios parciais são os seguintes:

$$A = \frac{\text{Capital Circulante}}{\text{Total das aplicações}}$$

$$B = \frac{\text{Resultados Transitados}}{\text{Ativos Totais}}$$

$$C = \frac{\text{Resultados antes de Impostos}}{\text{Ativos Totais}}$$

$$D = \frac{\text{Valor do Mercado}}{\text{Total do Passivo}}$$

$$E = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativos Totais}}$$

O Z-Score de Altman é determinado pela seguinte fórmula polinomial

$\text{Z-Score} = 1,2 A + 1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E$
--

Os intervalos de risco a considerar são os seguintes:

- $Z \geq 2,6$ – Zona de Segurança (Risco Baixo)
- $2,6 > Z > 1,1$ – Zona de Alerta (Risco Médio)
- $1,1 > Z$ – Zona de Risco (Risco Elevado)

Pode contestar-se que, tratando-se de uma previsão, o Z-score de Altman não tem o grau de rigor do Balanço ou da Demonstração de Resultados. Mas pode objetar-se também que um Orçamento de Exploração também é um exercício previsional, mas não deixa, por isso, de ser um instrumento essencial para a gestão de qualquer empresa ou Instituição pública ou privada.

Chegados a este ponto, importa dar um salto qualitativo nas análises que se vão seguir relativas às Demonstrações Financeiras e propor algo que se considera inovador.

Inspirado no conceito do Z-score de Altman, o qual, através dos dados históricos faz uma previsão probabilística sobre o comportamento futuro e quais os graus de risco que a empresa ou instituição apresenta no médio e curto prazo, ocorre questionar se não seria útil também

para as IPSS adotarem este método, em que os indicadores e rácios de gestão dão uma visão, de como se encontra a Instituição, e estabelecer também, à semelhança do Z- score de Altman, três zona de medida do risco, Elevado, Médio e Baixo (nos mapas que se seguem assinalados, respetivamente, com as cores Vermelho, Amarelo e Verde.

Não foi possível encontrar na literatura da especialidade quaisquer informações sobre tal matéria. Por isso, num exercício de puro bom senso e com critérios de razoabilidade, foram delimitadas áreas de risco para cada um dos índices e rácios considerados, delimitação que é inédita e inovadora.

É convicção firme que a delimitação de zonas de risco poderá servir de sinais de alerta na gestão das Instituições, sem prejuízo de análises mais aprofundadas com análises mais finas e setoriais, (centros de custos), que possam ser necessárias caso a caso.

O quadro anexo apresenta os valores para cada uma das zonas de risco, quadro esse que poderá e deverá ser afinado em estudos posteriores, na mesma medida em que o Z-score de Altman foi sofrendo ajustes à medida que iam sendo estudadas ou avaliadas mais em empresas.

Na tabela a seguir, estão assinaladas **as Zonas de Risco para cada um dos Rácios e Indicadores.**

Rácios/Zonas de risco

Indicadores económico-financeiros		ZONAS DE RISCO		
		Elevado	Médio	Baixo
a)	Indicadores sobre a Estrutura Financeira			
a-1	Autonomia financeira (%)	<50	50-75	>75
a-2	Solvabilidade Geral (%)	<100	100-150	>150
a-3	Cobertura dos Ativos Não Correntes (%) (*)	<100	100-150	>150
b)	Indicadores de Endividamento			
b-1	Custo dos Financiamentos Obtidos (%)	>6,0	6,0-3,0	<3,0
b-2	Efeito dos Juros Suportados (%)	<50	50-75	>75
c)	Indicadores de Liquidez			
c-1	Liquidez Geral (%)	<100	100-150	>150
c-2	Liquidez Reduzida (%)	<100	100-150	>150
d)	Indicadores de Rentabilidade			
d-1	Rentabilidade das Vendas	<2,0	2,0-4,0	>4,0
d-2	EBITDA em percentagem do volume de negócios (%)	<4,0	4,0-8,0	>8,0
d-3	Rentabilidade do Ativo (%)	<2,0	2,0-4,0	>4,0
d-4	Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	<0,0	0,0-2,0	>2,0
e)	Ponto crítico e Margem de Segurança			
e-1	Ponto crítico	VAR.	VAR.	VAR.
e-2	Margem de segurança	<0,0	0,0-0,5	>0,5
f)	Rendabilidade da atividade, Ponto crítico e Margem de segurança			
e-1	Prazo médio de recebimentos (n.º de dias)	>90	90-30	<30
e-2	Prazo médio de pagamentos (n.º de dias)	>180	180-90	<90
g)	Indicadores de risco de falência			
f-1	Z - Score de Altman	Z<1,80	1,80-3,00	Z>3,00

(*) Regra do equilíbrio financeiro

Tabela 4- Rácios e Zonas de Risco

Fonte: Elaboração própria (2019)

Ta
bel
a 4
-
Rá
cio
s/Z
ona
s
de
risc

Com base nos critérios da tabela acima apresentada, foram devidamente assinaladas com as cores análogas às do semáforo – vermelho – amarelo – verde, o rácios e indicadores de todas as instituições, para os quais foi possível obter, o Balanço e Demonstração de resultados no

total de 672 rácios e indicadores, ou seja, 224 para cada um dos anos fiscais de 2016,2017 e 2018.

A seguir, apresentam-se em oito quadros as quinze Instituições da amostra, das quais quatorze com respostas validadas, e identificadas com as letras A-B/C-D/E/J-K/L-M/N-P/Q-R/S.

7.1.9 - Rácios e Indicadores dos Balanços e Demonstrações de Resultados

IPSS - PARALISIA CEREBRAL		INSTITUIÇÕES					
INDICADORES E RÁCIOS		A			B		
		2018	2017	2016	2018	2017	2016
Indicadores sobre a estrutura financeira							
Autonomia financeira (%)	(Capital próprio /Ativo) *100	94%	82%	92%	87%	86%	86%
Solvabilidade(%)	(Capital próprio/Passivo)*100	1506%	471%	1163%	680%	628%	590%
Coberturados ativos não correntes (%)	((Capital próprio+Passivo não correntes)/ Ativo não corrente))*100	145%	130%	144%	111%	113%	104%
Indicadores de endividamento							
Custo financiamentos obtidos(%)	(Juros suportados/Financiamentos obtidos)*100	NA	NA	NA	2,5%	2,6%	3,4%
Efeito dos juros suportados (%)	(Result. antes de impostos/Result. operacional)*100	101,3%	105,9%	126,5%	96,2%	97,8%	88,4%
Indicadores de liquidez							
Liquidez geral (%)	(Ativo corrente/Passivo corrente)*100	566,5%	209,8%	455,9%	192,7%	196,0%	132,0%
Liquidez reduzida (%)	((Ativo corrente)-(inventários+Ativos biológicos consumíveis))/Passivo corrente)*100	566,5%	209,8%	455,9%	192,6%	195,9%	132,0%
Indicadores de rentabilidade							
Rendibilidade das vendas	((Resultado de exploração)/(Vendas + Serviços+Sub. Expl.))*100	12,9%	9,5%	5,9%	3,2%	6,4%	1,7%
EBITDA em percentagem do volume de negócios (%)	(EBITDA/Volume de negócios)*100	23,8%	19,6%	17,8%	8,7%	12,1%	7,6%
Rendibilidade do Ativo (%)	(EBITDA/Ativo)*100	9,3%	7,6%	6,8%	5,9%	7,9%	4,8%
Rendibilidade dos capitais próprios(%)	(Resultado líquido do período/Capital próprio)*100	5,4%	4,5%	2,4%	2,5%	4,9%	1,3%
Indicadores de atividade							
Prazo médio de recebimentos (dias)	(Clientes/(Vol. Negócios+Estimativa do IVA recebido))*365	0	1	1	12	10	7
Prazo médio de pagamentos (dias)	(Fornecedores /(Compras+Estimativa IVA a pagar))*365	19	36	23	23	41	49
Ponto crítico e margem de segurança							
Ponto crítico	((Gastos fixos)/(1-(Gastos variáveis/Volume de negócios))	230 733,91	232 992,23	210 472,51	1 626 576,44	1 587 932,18	1 448 300,18
Margem de segurança	(Volume de negócios atual/Ponto crítico)-1	-0,06	-0,10	-0,15	0,01	0,01	0,01
Rácios de risco de falência - Z.Score de Attman							
A- Capital circulante(Ativos correntes - Saldos bancos - Passivo Corrente(Financiamentos correntes)/Total ativos		0,02	-0,11	-0,03	0,08	-0,01	-0,06
B- Resultados transitados(result. líq.do exercício)/Ativos totais		0,05	0,04	0,02	0,02	0,04	0,01
C-Resultados antes de impostos/Ativos totais		0,05	0,04	0,02	0,02	0,04	0,01
D- Valor do mercado(total fundos patrimoniais) /Total do passivo		15,06	4,71	11,63	6,80	6,28	5,90
E- Vendas/Ativos totais		0,39	0,39	0,38	0,68	0,66	0,63
Z.Score de Altman= 1,2 A +1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E		9,67	3,39	4,86	4,62	4,62	4,22

Tabela 5 - Indicadores e Rácios das Instituições A e B

Fonte - Elaboração própria (2019)

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
INDICADORES E RÁCIOS	C			D		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Indicadores sobre a estrutura financeira						
Autonomia financeira (%) (Capital próprio /Ativo) *100	89%	90%	91%	76%	74%	73%
Solvabilidade(%) (Capital próprio/Passivo)*100	852%	922%	968%	321%	291%	277%
Coberturados ativos não correntes (%) (((Capital próprio+Passivo não correntes)/ /Ativo não corrente))*100	113%	115%	117%	94%	96%	92%
Indicadores de endividamento						
Custo financiamentos obtidos(%) (Juros suportados/Financiamentos obtidos)*100	NA	NA	NA	2,2%	3,6%	4,2%
Efeito dos juros suportados (%) (Result. antes de impostos/Result. operacional)*100	100,0%	100,1%	100,0%	60,4%	71,7%	36,3%
Indicadores de liquidez						
Liquidez geral (%) (Ativo corrente/Passivo corrente)*100	199,7%	220,8%	237,7%	51,7%	67,1%	34,2%
Liquidez reduzida (%) (((Ativo corrente)-(inventários+Ativos biológicos consumíveis))/Passivo corrente)*100	199,5%	220,5%	235,1%	51,7%	67,1%	34,2%
Indicadores de rentabilidade						
Rendibilidade das vendas ((Resultado de exploração)/(Vendas + Serviços+Sub. Expl.))*100	-5,0%	-4,9%	2,2%	2,2%	6,7%	1,8%
EBITDA em percentagem do volume de negócios (%) (EBITDA/Volume de negócios)*100	5,6%	6,0%	11,2%	12,7%	19,1%	15,4%
Rendibilidade do Ativo (%) (EBITDA/Ativo)*100	3,9%	3,7%	6,5%	3,0%	4,4%	3,5%
Rendibilidade dos capitais próprios(%) (Resultado líquido do período/Capital próprio)*100	-3,9%	-3,3%	1,4%	0,7%	2,1%	0,6%
Indicadores de atividade						
Prazo médio de recebimentos (dias) (Clientes/(Vol. Negócios+Estimativa do IVA recebido))*365	8	7	6	9	7	1
Prazo médio de pagamentos (dias) (Fornecimentos /(Compras+Estimativa IVA a pagar))*365	36	36	40	146	77	88
Ponto crítico e margem de segurança						
Ponto crítico ((Gastos fixos)/(1-(Gastos variáveis/Volume de negócios))	1 485 485,28	830 887,99	813 016,65	3 513 409,95	3 214 535,20	3 301 101,20
Margem de segurança (Volume de negócios atual/Ponto crítico)-1	-0,46	-0,06	-0,03	0,09	0,18	0,13
Rátiros de risco de falência - Z.Score de Attman						
A-(Capital circulante(Ativos correntes - Saldos bancos - Passivo Corrente(Financiamentos correntes)/Total ativos	0,00	0,01	0,01	0,02	0,04	0,00
B- Resultados transitados(result. liq.do exercício)/Ativos totais	-0,03	-0,03	0,01	0,01	0,02	0,00
C-Resultados antes de impostos/Ativos totais	-0,03	-0,03	0,01	0,01	0,02	0,00
D- Valor do mercado(total fundos patrimoniais) /Total do passivo	8,52	9,22	9,68	3,21	2,91	2,77
E- Vendas/Ativos totais	0,69	0,62	0,58	0,24	0,23	0,23
Z.Score de Altman= 1,2 A +1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E	5,64	6,01	6,44	2,19	2,05	1,91

Tabela 6 - Indicadores e Rátiros das Instituições C e D

Fonte - Elaboração própria (2019)

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
INDICADORES E RÁCIOS	E			F		
	2018	2017	2016	2018		2017
Indicadores sobre a estrutura financeira						
Autonomia financeira (%) (Capital próprio /Ativo) *100	89%	88%	87%			
Solvabilidade(%) (Capital próprio/Passivo)*100	820%	757%	687%			
Coberturados ativos não correntes (%) ((Capital próprio+Passivo não correntes)/ /Ativo não corrente)*100	122%	122%	123%			
Indicadores de endividamento						
Custo financiamentos obtidos(%) (Juros suportados/Financiamentos obtidos)*100	47,9%	6,6%	7,3%			
Efeito dos juros suportados (%) (Result. antes de impostos/Result. operacional)*100	103,1%	75,6%	93,5%			
Indicadores de liquidez						
Liquidez geral (%) (Ativo corrente/Passivo corrente)*100	248,3%	262,9%	276,2%			
Liquidez reduzida (%) (((Ativo corrente)-(inventários+Ativos biológicos consumíveis))/Passivo corrente)*100	247,9%	262,6%	275,8%			
Indicadores de rentabilidade						
Rendibilidade das vendas ((Resultado de exploração)/(Vendas + Serviços+Sub. Expl.))*100	3,0%	0,5%	5,6%			
EBITDA em percentagem do volume de negócios (%) (EBITDA/Volume de negócios)*100	7,1%	5,7%	11,5%			
Rendibilidade do Ativo (%) (EBITDA/Ativo)*100	4,0%	3,1%	6,3%			
Rendibilidade dos capitais próprios(%) (Resultado líquido do período/Capital próprio)*100	1,9%	0,3%	3,5%			
Indicadores de atividade						
Prazo médio de recebimentos (dias) (Clientes/(Vol. Negócios+Estimativa do IVA recebido))*365	3	2	1			
Prazo médio de pagamentos (dias) (Fornecimentos /(Compras+Estimativa IVA a pagar))*365	74	45	46			
Ponto crítico e margem de segurança						
Ponto crítico ((Gastos fixos)/(1-(Gastos variáveis/Volume de negócios))	1 250 899,24	1 227 812,57	1 174 499,02			
Margem de segurança (Volume de negócios atual/Ponto crítico)-1	-0,03	-0,05	0,02			
Rácios de risco de falência - Z.Score de Attman						
A-(Capital circulante(Ativos correntes - Saldos bancos - Passivo Corrente(Financiamentos correntes)/Total ativos	-0,06	-0,06	-0,06			
B- Resultados transitados(result. líq.do exercício)/Ativos totais	0,02	0,00	0,03			
C-Resultados antes de impostos/Ativos totais	0,02	0,00	0,03			
D- Valor do mercado(total fundos patrimoniais) /Total do passiv	8,20	7,57	6,87			
E- Vendas/Ativos totais	0,56	0,54	0,54			
Z.Score de Altman= 1,2 A +1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E	5,56	5,09	4,81			

Tabela 7 - Indicadores e Rácios das Instituições E e F

Fonte - Elaboração própria (2019)

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
INDICADORES E RÁCIOS	J			K		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Indicadores sobre a estrutura financeira						
Autonomia financeira (%) (Capital próprio /Ativo) *100	26%	69%	72%	52%	86%	86%
Solvabilidade(%) (Capital próprio/Passivo)*100	35%	224%	262%	110%	632%	639%
Coberturados ativos não correntes (%) ((Capital próprio+Passivo não correntes)/ /Ativo não corrente))*100	78%	93%	102%	108%	106%	105%
Indicadores de endividamento						
Custo financiamentos obtidos(%) (Juros suportados/Financiamentos obtidos)*100	0,4%	22,4%	1,8%	NA	10,9%	0,0%
Efeito dos juros suportados (%) (Result. antes de impostos/Result. operacional)*100	100,4%	102,3%	100,7%	207,8%	97,1%	101,3%
Indicadores de liquidez						
Liquidez geral (%) (Ativo corrente/Passivo corrente)*100	90,3%	82,0%	104,5%	108,5%	136,9%	131,7%
Liquidez reduzida (%) (((Ativo corrente)-(inventários+Ativos biológicos consumíveis))/Passivo corrente)*100	90,0%	80,3%	102,5%	108,4%	136,9%	130,5%
Indicadores de rentabilidade						
Rendibilidade das vendas ((Resultado de exploração)/(Vendas + Serviços+Sub. Expl.))*100	-6,3%	-4,0%	-6,5%	0,2%	-1,6%	7,9%
EBITDA em percentagem do volume de negócios (%) (EBITDA/Volume de negócios)*100	-0,6%	2,4%	0,4%	5,6%	4,3%	13,3%
Rendibilidade do Ativo (%) (EBITDA/Ativo)*100	-0,5%	3,7%	0,5%	2,8%	3,3%	9,7%
Rendibilidade dos capitais próprios(%) (Resultado líquido do período/Capital próprio)*100	-17,9%	-8,6%	-11,6%	0,2%	-1,4%	6,6%
Indicadores de atividade						
Prazo médio de recebimentos (dias) (Clientes/(Vol. Negócios+Estimativa do IVA recebido))*365	277	11	9	1	1	1
Prazo médio de pagamentos (dias) (Fornecimentos /(Compras+Estimativa IVA a pagar))*365	58	40	36	36	53	45
Ponto crítico e margem de segurança						
Ponto crítico ((Gastos fixos)/(1-(Gastos variáveis/Volume de negócios))	7 773 471,84	7 347 630,34	7 349 976,22	2 660 680,14	2 578 199,13	2 269 643,66
Margem de segurança (Volume de negócios atual/Ponto crítico)-1	-0,11	-0,07	-0,09	0,02	0,01	0,11
Ráios de risco de falência - Z.Score de Attman						
A- (Capital circulante(Ativos correntes - Saldos bancos - Passivo Corrente(Financiamentos correntes)/Total ativos	0,50	-0,06	0,05	0,33	-0,06	-0,03
B- Resultados transitados(result. liq.do exercício)/Ativos totais	-0,05	-0,06	-0,08	0,00	-0,01	-0,01
C-Resultados antes de impostos/Ativos totais	-0,05	-0,06	-0,08	0,00	-0,01	0,06
D- Valor do mercado(total fundos patrimoniais) /Total do passivo	0,35	2,24	2,62	1,10	6,32	6,39
E- Vendas/Ativos totais	0,74	1,50	1,29	0,49	0,77	0,73
Z.Score de Altman= 1,2 A +1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E	0,74	2,56	2,47	1,16	4,51	4,74

Tabela 8 - Indicadores e Ráios das Instituições J e K

Fonte: Elaboração própria (2019)

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
INDICADORES E RÁCIOS	L			M		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Indicadores sobre a estrutura financeira						
Autonomia financeira (%)	77%	83%	82%	29%	23%	22%
(Capital próprio /Ativo) *100						
Solvabilidade(%)	343%	481%	443%	40%	30%	28%
(Capital próprio/Passivo)*100						
Coberturados ativos não correntes (%)	88%	89%	89%	81%	76%	77%
((Capital próprio+Passivo não correntes)/ /Ativo não corrente)*100						
Indicadores de endividamento						
Custo financiamentos obtidos(%)	2,1%	3,0%	5,1%	2,5%	2,5%	2,6%
(Juros suportados/Financiamentos obtidos)*100						
Efeito dos juros suportados (%)	26,9%	85,8%	132,6%	77,7%	34,7%	118,0%
(Result. antes de impostos/Result. operacional)*100						
Indicadores de liquidez						
Liquidez geral (%)	48,6%	40,1%	40,2%	10,6%	20,5%	8,0%
(Ativo corrente/Passivo corrente)*100						
Liquidez reduzida (%)	48,6%	40,1%	40,2%	10,6%	20,5%	8,0%
((Ativo corrente)-(inventários+Ativos biológicos consumíveis))/Passivo corrente)*100						
Indicadores de rentabilidade						
Rendibilidade das vendas	0,1%	0,5%	-0,6%	3,9%	0,8%	-11,1%
((Resultado de exploração)/(Vendas + Serviços+Sub. Expl.))*100						
EBITDA em percentagem do volume de negócios (%)	3,9%	4,0%	3,2%	10,5%	9,0%	-4,8%
(EBITDA/Volume de negócios)*100						
Rendibilidade do Ativo (%)	3,0%	3,2%	2,3%	12,3%	7,7%	-4,2%
(EBITDA/Ativo)*100						
Rendibilidade dos capitais próprios(%)	0,1%	0,5%	-0,5%	16,1%	2,8%	-43,9%
(Resultado líquido do período/Capital próprio)*100						
Indicadores de atividade						
Prazo médio de recebimentos (dias)	5	4	5	2	4	2
(Clientes/(Vol. Negócios+Estimativa do IVA recebido))*365						
Prazo médio de pagamentos (dias)	43	29	37	59	32	70
(Fornecimentos /(Compras+Estimativa IVA a pagar))*365						
Ponto crítico e margem de segurança						
Ponto crítico	4 685 810,51	4 510 603,23	4 360 472,22	375 107,07	381 383,50	386 759,82
((Gastos fixos)/(1-(Gastos variáveis/Volume de negócios))						
Margem de segurança	-0,02	0,00	-0,02	0,00	-0,22	-0,26
(Volume de negócios atual/Ponto crítico)-1						
Rácios de risco de falência - Z.Score de Attman						
A- (Capital circulante(Ativos correntes - Saldos bancos - Passivo Corrente(Financiamentos correntes)/Total ativos	-0,02	-0,04	-0,04	-0,10	-0,09	-0,11
B- Resultados transitados(result. liq. do exercício)/Ativos totais	0,00	0,00	0,00	0,05	0,01	-0,06
C- Resultados antes de impostos/Ativos totais	0,00	0,00	0,00	0,05	0,01	-0,10
D- Valor do mercado(total fundos patrimoniais) /Total do passivo	3,43	4,81	4,43	0,40	0,30	0,28
E- Vendas/Ativos totais	0,78	0,79	0,74	1,17	0,85	0,88
Z.Score de Altman= 1,2 A +1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E	2,84	3,70	3,37	1,63	1,07	0,64

Tabela 9 - Indicadores e Rácios das Instituições L e M

Fonte: Elaboração própria (2019)

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
INDICADORES E RÁCIOS	N			P		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Indicadores sobre a estrutura financeira						
Autonomia financeira (%) (Capital próprio /Ativo) *100	70%	77%	76%	90%	78%	79%
Solvabilidade(%) (Capital próprio/Passivo)*100	231%	327%	309%	886%	360%	381%
Coberturados ativos não correntes (%) ((Capital próprio+Passivo não correntes)/ Ativo não corrente))*100	91%	87%	89%	206%	92%	93%
Indicadores de endividamento						
Custo financiamentos obtidos(%) (Juros suportados/Financiamentos obtidos)*100	2,4%	2,6%	2,8%	NA	NA	NA
Efeito dos juros suportados (%) (Result. antes de impostos/Result. operacional)*100	80,6%	346,3%	483,8%	100,0%	99,4%	100,0%
Indicadores de liquidez						
Liquidez geral (%) (Ativo corrente/Passivo corrente)*100	62,3%	8,7%	16,8%	555,5%	69,2%	69,3%
Liquidez reduzida (%) (((Ativo corrente)-(inventários+Ativos biológicos consumíveis))/Passivo corrente)*100	62,3%	8,7%	16,8%	555,5%	69,2%	69,3%
Indicadores de rentabilidade						
Rendibilidade das vendas (((Resultado de exploração)/(Vendas + Serviços+Sub. Expl.))*100	1,7%	-0,4%	-0,7%	1,0%	0,1%	-3,4%
EBITDA em percentagem do volume de negócios (%) (EBITDA/Volume de negócios)*100	5,4%	3,6%	3,1%	4,8%	3,6%	-0,1%
Rendibilidade do Ativo (%) (EBITDA/Ativo)*100	4,0%	2,7%	2,2%	3,1%	4,4%	-0,1%
Rendibilidade dos capitais próprios(%) (Resultado líquido do período/Capital próprio)*100	1,8%	-0,4%	-0,7%	0,7%	0,1%	-4,9%
Indicadores de atividade						
Prazo médio de recebimentos (dias) (Clientes/(Vol. Negócios+Estimativa do IVA recebido))*365	11	4	2	3	3	6
Prazo médio de pagamentos (dias) (Fornecimentos /(Compras+Estimativa IVA a pagar))*365	39	55	41	0	48	46
Ponto crítico e margem de segurança						
Ponto crítico (((Gastos fixos)/(1-(Gastos variáveis/Volume de negócios)))	1 628 712,42	1 539 135,91	1 488 922,61	707 061,84	705 854,79	673 925,74
Margem de segurança (Volume de negócios atual/Ponto crítico)-1	0,04	0,02	0,03	0,01	0,00	-0,02
Rátiros de risco de falência - Z.Score de Altman						
A- Capital circulante(Ativos correntes - Saldo bancos - Passivo Corrente(Financiamentos correntes)/Total ativos	-0,10	-0,05	-0,05	-0,05	-0,11	-0,11
B- Resultados transitados(result. líq. do exercício)/Ativos totais	0,01	0,00	-0,01	0,01	0,00	-0,04
C-Resultados antes de impostos/Ativos totais	0,01	0,00	-0,01	0,01	0,00	-0,04
D- Valor do mercado(total fundos patrimoniais) /Total do passivo	2,31	3,27	3,09	8,86	3,60	3,81
E- Vendas/Ativos totais	0,75	0,74	0,69	0,63	1,20	1,15
Z.Score de Altman= 1,2 A +1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E	2,19	2,69	2,52	5,98	3,37	3,26

Tabela 10- Indicadores e Rátiros das Instituições N e P

Fonte: Elaboração própria (2019)

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
INDICADORES E RÁCIOS	Q			R		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Indicadores sobre a estrutura financeira						
Autonomia financeira (%) (Capital próprio /Ativo) *100	94%	94%	94%	93%	94%	94%
Solvabilidade(%) (Capital próprio/Passivo)*100	968%	321%	291%	277%	NA	NA
Coberturados ativos não correntes (%) ((Capital próprio+Passivo não correntes)/ /Ativo não corrente))*100	796%	1179%	1115%	105%	105%	105%
Indicadores de endividamento						
Custo financiamentos obtidos(%) (Juros suportados/Financiamentos obtidos)*100	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Efeito dos juros suportados (%) (Result. antes de impostos/Result. operacional)*100	105,6%	105,6%	108,4%	100,0%	100,0%	100,0%
Indicadores de liquidez						
Liquidez geral (%) (Ativo corrente/Passivo corrente)*100	1534,5%	1556,8%	1511,0%	167,0%	164,1%	173,5%
Liquidez reduzida (%) (((Ativo corrente)-(inventários+Ativos biológicos consumíveis))/Passivo corrente)*100	1533,8%	1555,9%	1509,8%	167,0%	164,1%	173,5%
Indicadores de rentabilidade						
Rendibilidade das vendas ((Resultado de exploração)/(Vendas + Serviços+Sub. Expl.))*100	17,1%	17,9%	17,4%	-0,4%	-3,2%	-13,1%
EBITDA em percentagem do volume de negócios (%) (EBITDA/Volume de negócios)*100	16,4%	17,2%	16,7%	7,8%	5,7%	-2,6%
Rendibilidade do Ativo (%) (EBITDA/Ativo)*100	7,6%	8,6%	9,0%	2,2%	1,5%	-0,6%
Rendibilidade dos capitais próprios(%) (Resultado líquido do período/Capital próprio)*100	8,4%	9,5%	10,0%	-0,1%	-0,9%	-3,2%
Indicadores de atividade						
Prazo médio de recebimentos (dias) (Clientes/(Vol. Negócios+Estimativa do IVA recebido))*365	0	0	2	48	2	2
Prazo médio de pagamentos (dias) (Fornecimentos /(Compras+Estimativa IVA a pagar))*365	18	12	13	33	25	45
Ponto crítico e margem de segurança						
Ponto crítico ((Gastos fixos)/(1-(Gastos variáveis/Volume de negócios))	871 880,85	829 827,86	830 846,55	1 408 517,53	1 346 511,54	1 316 640,07
Margem de segurança (Volume de negócios atual/Ponto crítico)-1	0,13	0,18	0,16	-0,02	-0,04	-0,13
Rácios de risco de falência - Z.Score de Attman						
A-(Capital circulante(Ativos correntes - Saldos bancos - Passivo Corrente(Financiamentos correntes)/Total ativos	-0,02	-0,01	0,00	-0,01	-0,04	-0,04
B- Resultados transitados(result. liq.do exercício)/Ativos totais	0,08	0,09	0,09	0,00	-0,01	-0,03
C-Resultados antes de impostos/Ativos totais	0,08	0,09	0,09	0,00	-0,01	-0,03
D- Valor do mercado(total fundos patrimoniais) /Total do passivo	16,41	15,92	15,50	13,26	14,75	16,20
E- Vendas/Ativos totais	0,47	0,50	0,54	0,28	0,26	0,23
Z.Score de Altman= 1,2 A +1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E	10,68	10,47	10,28	8,23	9,07	9,81

Tabela 11 - Indicadores e Rácios das Instituições Q e R

Fonte: Elaboração própria (2019)

I+C81:G129PSS - PARALISIA CEREBRAL		INSTITUIÇÕES		
INDICADORES E RÁCIOS		S		
		2018	2017	2016
Indicadores sobre a estrutura financeira				
Autonomia financeira (%) (Capital próprio /Ativo) *100		87%	83%	83%
Solvabilidade(%) (Capital próprio/Passivo)*100		693%	504%	502%
Coberturados ativos não correntes (%) ((Capital próprio+Passivo não correntes)/ /Ativo não corrente))*100		367%	425%	692%
Indicadores de endividamento				
Custo financiamentos obtidos(%) (Juros suportados/Financiamentos obtidos)*100		NA	NA	NA
Efeito dos juros suportados (%) (Result. antes de impostos/Result. operacional)*100		102,6%	104,0%	99,9%
Indicadores de liquidez				
Liquidez geral (%) (Ativo corrente/Passivo corrente)*100		604,3%	485,2%	529,9%
Liquidez reduzida (%) (((Ativo corrente)-(inventários+Ativos biológicos consumíveis))/Passivo corrente)*100		604,3%	485,2%	529,9%
Indicadores de rentabilidade				
Rendibilidade das vendas ((Resultado de exploração)/(Vendas + Serviços+Sub. Expl.))*100		3,8%	8,3%	9,6%
EBITDA em percentagem do volume de negócios (%) (EBITDA/Volume de negócios)*100		4,8%	8,1%	9,8%
Rendibilidade do Ativo (%) (EBITDA/Ativo)*100		4,6%	7,7%	9,9%
Rendibilidade dos capitais próprios(%) (Resultado líquido do período/Capital próprio)*100		4,2%	9,5%	11,7%
Indicadores de atividade				
Prazo médio de recebimentos (dias) (Clientes/(Vol. Negócios+Estimativa do IVA recebido))*365		0	0	0
Prazo médio de pagamentos (dias) (Fornecimentos /(Compras+Estimativa IVA a pagar))*365		2	18	7
Ponto crítico e margem de segurança				
Ponto crítico ((Gastos fixos)/(1-(Gastos variáveis/Volume de negócios))		468 155,55	452 560,06	424 844,89
Margem de segurança (Volume de negócios atual/Ponto crítico)-1		-0,01	0,00	0,03
Rácios de risco de falência - Z.Score de Attman				
A- (Capital circulante(Ativos correntes - Saldos bancos - Passivo Corrente(Financiamentos correntes)/Total ativos		0,01	-0,02	-0,01
B- Resultados transitados(result. liq.do exercício)/Ativos totais		0,04	0,08	0,10
C-Resultados antes de impostos/Ativos totais		0,04	0,08	0,10
D- Valor do mercado(total fundos patrimoniais) /Total do passivo		6,93	5,04	5,02
E- Vendas/Ativos totais		0,96	0,95	1,02
Z.Score de Altman= 1,2 A +1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E		5,29	4,34	4,49

Tabela 12 - Indicadores e Rácios da Instituição S

Fonte: Elaboração própria (2019)

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES		
INDICADORES E RÁCIOS	2018	2017	2016
Indicadores sobre a estrutura financeira			
Autonomia financeira (%) (Capital próprio /Ativo) *100	87%	83%	83%
Solvabilidade(%) (Capital próprio/Passivo)*100	693%	504%	502%
Coberturados ativos não correntes (%) ((Capital próprio+Passivo não correntes)/ /Ativo não corrente))*100	367%	425%	692%
Indicadores de endividamento			
Custo financiamentos obtidos(%) (Juros suportados/Financiamentos obtidos)*100	NA	NA	NA
Efeito dos juros suportados (%) (Result. antes de impostos/Result. operacional)*100	102,6%	104,0%	99,9%
Indicadores de liquidez			
Liquidez geral (%) (Ativo corrente/Passivo corrente)*100	604,3%	485,2%	529,9%
Liquidez reduzida (%) (((Ativo corrente)-(inventários+Ativos biológicos consumíveis))/Passivo corrente)*100	604,3%	485,2%	529,9%
Indicadores de rentabilidade			
Rendibilidade das vendas ((Resultado de exploração)/(Vendas + Serviços+Sub. Expl.))*100	3,8%	8,3%	9,6%
EBITDA em percentagem do volume de negócios (%) (EBITDA/Volume de negócios)*100	4,8%	8,1%	9,8%
Rendibilidade do Ativo (%) (EBITDA/Ativo)*100	4,6%	7,7%	9,9%
Rendibilidade dos capitais próprios(%) (Resultado líquido do período/Capital próprio)*100	4,2%	9,5%	11,7%
Indicadores de atividade			
Prazo médio de recebimentos (dias) (Clientes/(Vol. Negócios+Estimativa do IVA recebido))*365	0	0	0
Prazo médio de pagamentos (dias) (Fornecimentos /(Compras+Estimativa IVA a pagar))*365	2	18	7
Ponto crítico e margem de segurança			
Ponto crítico ((Gastos fixos)/(1-(Gastos variáveis/Volume de negócios))	468 155,55	452 560,06	424 844,89
Margem de segurança (Volume de negócios atual/Ponto crítico)-1	-0,01	0,00	0,03
Rátios de risco de falência - Z.Score de Attman			
A- (Capital circulante(Ativos correntes - Saldos bancos - Passivo Corrente(Financiamentos correntes)/Total ativos	0,01	-0,02	-0,01
B- Resultados transitados(result. líq.do exercício)/Ativos totais	0,04	0,08	0,10
C-Resultados antes de impostos/Ativos totais	0,04	0,08	0,10
D- Valor do mercado(total fundos patrimoniais) /Total do passivo	6,93	5,04	5,02
E- Vendas/Ativos totais	0,96	0,95	1,02
Z.Score de Altman= 1,2 A +1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E	5,29	4,34	4,49

Tabela13- Rátios e Indicadores do conjunto das Instituições

Fonte: Elaboração própria (2019)

CENTRAL DE BALANÇOS DO BANCO DE PORTUGAL		MÉDIA ANUAL DE 09+34 INSTITUIÇÕES DO SETOR		
BALANÇO		9 x CAE 87302	34 x CAE 88102	Média Ponderada
		2014	2016	(09+34 Instit.)
CAE 87302 (2014) E CAE 88102 (2017)		CENTRAL DE BALANÇOS DO BANCO DE PORTUGAL		
INDICADORES E RÁCIOS		CAE 87302	CAE 88102	Média Ponderada
		2014	2016	09+34 Instit.
Indicadores sobre a estrutura financeira				
Autonomia financeira (%) (Capital próprio /Ativo) *100		85%	71%	74%
Solvabilidade(%) (Capital próprio/Passivo)*100		579%	241%	282%
Coberturados ativos não correntes (%) ((Capital próprio+Passivo não correntes)/ /Ativo não corrente))*100		207%	123%	137%
Indicadores de endividamento				
Custo financiamentos obtidos(%) (Juros suportados/Financiamentos obtidos)*100		3,4%	1,0%	1,5%
Efeito dos juros suportados (%) (Result. antes de impostos/Result. operacional)*100		98,1%	96,3%	97,7%
Indicadores de liquidez				
Liquidez geral (%) (Ativo corrente/Passivo corrente)*100		536,8%	154,6%	192,4%
Liquidez reduzida (%) (((Ativo corrente)-(inventários+Ativos biológicos consumíveis))/Passivo corrente)*100		529,0%	151,6%	188,9%
Indicadores de rentabilidade				
Rendibilidade das vendas ((Resultado de exploração)/(Vendas + Serviços+Sub. Expl.))*100		11,0%	0,6%	2,7%
EBITDA em percentagem do volume de negócios (%) (EBITDA/Volume de negócios)*100		17,8%	5,4%	7,9%
Rendibilidade do Ativo (%) (EBITDA/Ativo)*100		11,9%	3,9%	5,6%
Rendibilidade dos capitais próprios(%) (Resultado líquido do período/Capital próprio)*100		8,6%	0,6%	2,6%
Indicadores de atividade				
Prazo médio de recebimentos (dias) (Clientes/(Vol. Negócios+Estimativa do IVA recebido))*365		0	53	42
Prazo médio de pagamentos (dias) (Fornecimentos /(Compras+Estimativa IVA a pagar))*365		11	72	64
Ponto crítico e margem de segurança				
Ponto crítico ((Gastos fixos)/(1-(Gastos variáveis/Volume de negócios))		490 974,19	596 371,25	575 752,78
Margem de segurança (Volume de negócios atual/Ponto crítico)-1		0,08	-0,07	-0,04
Rátiros de risco de falência - Z.Score de Altman				
A-(Capital circulante(Ativos correntes - Saldos bancos - Passivo Corrente(Financiamentos correntes))/Total ativos		0,01	0,10	0,08
B- Resultados transitados(result. líq.do exercício)/Ativos totais		0,07	0,00	0,02
C-Resultados antes de impostos/Ativos totais		0,08	0,01	0,02
D- Valor do mercado(total fundos patrimoniais) /Total do passivo		5,79	2,41	2,82
E- Vendas/Ativos totais		0,67	0,72	0,71
Z.Score de Altman = 1,2 A +1,4 B + 3,3 C + 0,6 D + 1,0 E		4,49	2,19	2,50

Tabela 14- Rátiros e Indicadores segundo o Banco de Portugal

Fonte: Elaboração própria: (2019)

7.1.10 - Médias ponderadas segundo o Banco de Portugal para o setor das Instituições estudadas

A partir das demonstrações financeiras fornecidas pela Central de Balanços, do Banco de Portugal, foram analisados os resultados de nove instituições com o CAE 87802 (ano 2014) e quatorze Instituições com o CAE 88102 (2016) e calculado o valor médio ponderado. Dado que não se trata dos mesmos anos fiscais a média ponderada apresentada na tabela quinze deve ser vista com as necessárias reservas, quando se compara com as médias das Instituições de Paralisia Cerebral, as quais se referem ao triénio 2016-2018 e a quatorze Instituições.

É apresentado de seguida o mapa com a estrutura financeira das médias ponderadas das Instituições do setor segundo dados do Banco de Portugal, e a médias das Instituições da Paralisia Cerebral sendo de realçar, nas receitas, os valores de:

- Vendas e Serviços
- Subsídios á exploração e nas despesas os valores de fornecimento e serviços externos
- Gastos com pessoal onde as diferenças são assinaláveis quando se compara o setor referido com a Paralisia Cerebral

Com efeito, nestes as receitas são muito mais avultadas nos subsídios á exploração em contrapartida com as despesas com o pessoal.

ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E DOS GASTOS	Média ponderada dos setores (B. de P.) 2016		Média das APPC's 2018-2017-2016	
RENDIMENTOS				
Vendas e serviços prestados	158 153,09	25,7%	213 340,07	10,1%
Subsídios à exploração	392 954,95	63,8%	1 750 476,21	83,3%
Trabalhos para a própria empresa	1 666,79	0,3%	2 366,95	0,1%
Provisões	-	0,0%	76,25	0,0%
Outros rendimentos	63 203,02	10,3%	134 712,73	6,4%
Juros e rendimentos similares obtidos	187,40	0,0%	1 219,43	0,1%
TOTAL	616 165,25	100,0%	2 102 191,64	100,0%
GASTOS				
Custo de mercadorias vendidas e mat. consumidos	32 381,98	5,4%	42 771,64	2,0%
Fornecimentos e serviços externos	132 165,91	22,0%	418 552,43	19,9%
Gastos com o pessoal	366 663,30	61,0%	1 411 345,60	67,0%
Imparidades de dívidas a receber/Reversões	165,77	0,0%	4 300,56	0,2%
Provisões (Aumentos/Reduções)	599,65	0,1%	-	0,0%
Aumentos/Reduções de justo valor	-	0,0%	45,74	0,0%
Outros gastos e perdas	40 483,51	6,7%	98 393,66	4,7%
Imputações de subsídios para investimentos e doações	-	0,0%	-	0,0%
Gastos/Reversões de depreciações e amortizações	27 495,33	4,6%	122 448,63	5,8%
Juros e gastos similares suportados	554,91	0,1%	8 985,33	0,4%
Imposto sobre o rendimento	876,05	0,1%	95,51	0,0%
TOTAL	601 386,41	100,0%	2 106 939,10	100,0%
SALDO	14 778,84		- 4 747,46	

Tabela 15 - Média ponderada do Banco de Portugal e Média das APPC

Fonte: Elaboração própria (2019)

7.1.11 - Identificação das Áreas de Atuação dos Balanços e da Demonstração de Resultados - Recomendações

Pelo Balanço e Demonstração de Resultados, foi possível determinar os principais rácios e indicadores, as zonas de risco das áreas económico-financeiras.

Assim sendo, a partir dos rácios e indicadores devidamente classificados através da grelha das Zonas de Risco, poderão ser propostas algumas recomendações.

No mapa apresentado posteriormente, estão assinaladas com as três cores significativas do tipo de risco (Vermelho, Amarelo e Verde) todos os rácios e indicadores das Instituições (14), por cada Ano Fiscal, por triénio, para cada um dos rácios e indicadores (14), perfazendo um total de 672 situações

Os resultados para as 672 situações foram os seguintes:

- N.º de Zonas Verdes	362	54%
- N.º de Zonas Amarelas	142	21%
- N.º de Zonas Vermelhas	168	25%

No mesmo mapa, assinala-se o sentido da evolução (Positiva, Estacionária ou Negativa), determinadas a partir das variações das situações de risco de ano para ano.

Foi determinado ainda o ‘ranking’ das 14 instituições, ponderando as zonas de risco com o coeficiente “1” para as zonas assinaladas a Vermelho, “2” para as Zonas a Amarelo e “5” para as zonas a Verde (progressão 1-2-5, tal como é utilizado na emissão de moedas).

Instituição		Número de zonas de risco									Total das Z.R.			Sentido da evolução		
		2018			2017			2016			Triénio 2016/18			Positiva	Estacionária	Negativa
1	A	13	1	2	13	1	2	13	1	2	39	3	6		↔	
2	B	13	3	0	14	2	0	8	7	1	35	12	1	↑		
3	C	8	4	4	8	4	4	10	4	2	26	12	10			↓
4	D	5	7	4	7	6	3	3	8	5	15	21	12		↔	
5	E	8	5	3	8	4	4	12	3	1	28	12	8			↓
6	F															
7	J	2	1	13	4	3	9	5	5	6	11	9	28			↓
8	K	3	11	2	5	6	5	10	6	0	18	23	7			↓
9	L	5	3	8	6	6	4	6	2	8	17	11	20		↔	
10	M	7	3	6	6	0	10	4	0	12	17	3	28	↑		
11	N	5	7	4	6	4	6	6	4	6	17	15	16		↔	
12	P	10	5	1	7	4	5	7	0	9	24	9	15	↑		
13	Q	16	0	0	16	0	0	16	0	0	48	0	0		↔	
14	R	9	3	4	9	2	5	9	1	6	27	6	15	↑		
15	S	12	2	2	14	2	0	14	2	0	40	6	2			↓
TOTAL		116	55	53	123	44	57	123	43	58	362	142	168	4	5	5
TOTAL		672									672					
MÉDIA		8	4	4	9	3	4	9	3	4	54%	21%	25%			

Tabela 16 - Análise das zonas de risco por Instituição e por triénio e sentido da evolução
Fonte: Elaboração própria (2019)

Instituição		Zonas de risco (Z.R.) e coefic. de ponderação			
		Pontuação por Z.R. e por Instituição			Total de pontos
		Baixo	Médio	Elevado	
		5	2	1	
1	A	195	6	6	207
2	B	175	24	1	200
3	C	130	24	10	164
4	D	75	42	12	129
5	E	140	24	18	182
6	F				
7	J	55	18	28	101
8	K	90	46	7	143
9	L	85	22	20	127
10	M	85	6	28	119
11	N	85	30	16	131
12	P	120	18	15	153
13	Q	240	0	0	240
14	R	135	12	15	162
15	S	200	12	2	214

Totais				
1810		284		178
		2272		
		2272		

Ranking		
Grupo		
A	B	C
3.º		
4.º		
	6.º	
		11.º
	5.º	
		14.º
	9.º	
		12.º
		13.º
		10.º
	8.º	
1.º		
	7.º	
2.º		
> 200		
	200≥Pts.≥141	
		< 140

Tabela 17 - Ranking das 14 Instituições
Elaboração própria (2019)

Mas, para se determinar quais as **medidas concretas** a levar a cabo para um programa de mudança estrutural foi elaborado um novo mapa de zonas de risco, mas subdividido pelos tipos de indicadores e rácios, a saber:

- **Estrutura financeira**
- **Endividamento**
- **Liquidez**
- **Rendibilidade**
- **Atividade**
- **Ponto Crítico e Margem**
- **Risco de Falência**

Neste mapa, que se apresenta a seguir, através do número de zonas de risco por tipo de índices e de rácio, calculam-se as respetivas percentagens, diagnosticando-se as situações e **quais as medidas necessárias** (aumento de receita e otimização da margem, melhoria da eficácia dos ativos e organizacionais), tal como aconteceu com a análise dos Inquérito.

Tipo de Índices e Rácios	Anos 2016 a 2018			Anos 2016 a 2018			Comentários	
	N.º de zonas de risco			% de zonas de risco			Situação observada	Medidas necessárias
Estrutura financeira	24	26	76	19%	21%	60%	Estrutura financeira boa e bons índices de endividamento. Elevada falta de liquidez em 50% dos casos.	Debilidades financeiras Necessidade de CRIAÇÃO DE VALOR (Aumento de receitas e otimização dos custos)
Endividamento	8	6	70	10%	7%	83%		
Liquidez	32	10	42	38%	12%	50%		
Rendibilidade	56	54	58	33%	32%	35%	A rendibilidade é baixa, mas justifica-se por serem IPSS. Boa atividade (capacidade preenchida), mas risco no ponto crítico.	Frac rendibilidade apesar da boa atividade (capacidade preenchida) Aumentar o portfólio dos serviços prestados
Atividade	2	11	71	2%	13%	85%		
Ponto crítico e margem	44	31	9	52%	37%	11%		
Risco de falência	5	7	30	12%	17%	71%	Cerca de 1/3 com risco elevado ou médio de falência	Foco na Eficiência dos Ativos e Organizacional
TOTAL	171	145	356	25%	22%	53%		
	672			100%				

	Risco elevado
	Risco médio
	Risco baixo

Tabela 18 - Rácios e Indicadores por ano e zonas de risc

Fonte: Elaboração própria (2019)

7.2 - Identificação das Áreas de Atuação baseada nos Inquéritos/Recomendações

Através do apuramento de resultados dos inquéritos, Relatório de Contas, do Balanço e Demonstração de Resultados, foi possível obter um conjunto de informações que nos permitiram identificar as áreas de atuação onde as dificuldades são mais acentuadas.

A partir dos Inquéritos, foi possível identificar as principais áreas de atuação, para a **criação de valor** na medida em que as respostas dos inquiridos direcionavam imediatamente para as necessidades da Instituição, a saber:

- **Aumento da Receita** – ou seja, aumentar o fluxo de ingresso para se despor de fundos em tempo útil
- **Otimização da Margem** – mediante a redução de custos e uma gestão mais aprimorada
- **Eficiência dos Ativos** – por forma a aumentar a rentabilidade interna
- **Eficácia Organizacional** – com vista a promover as competências internas

São apresentados a seguir as medidas necessárias para a criação de valor mediante os critérios acima referidas

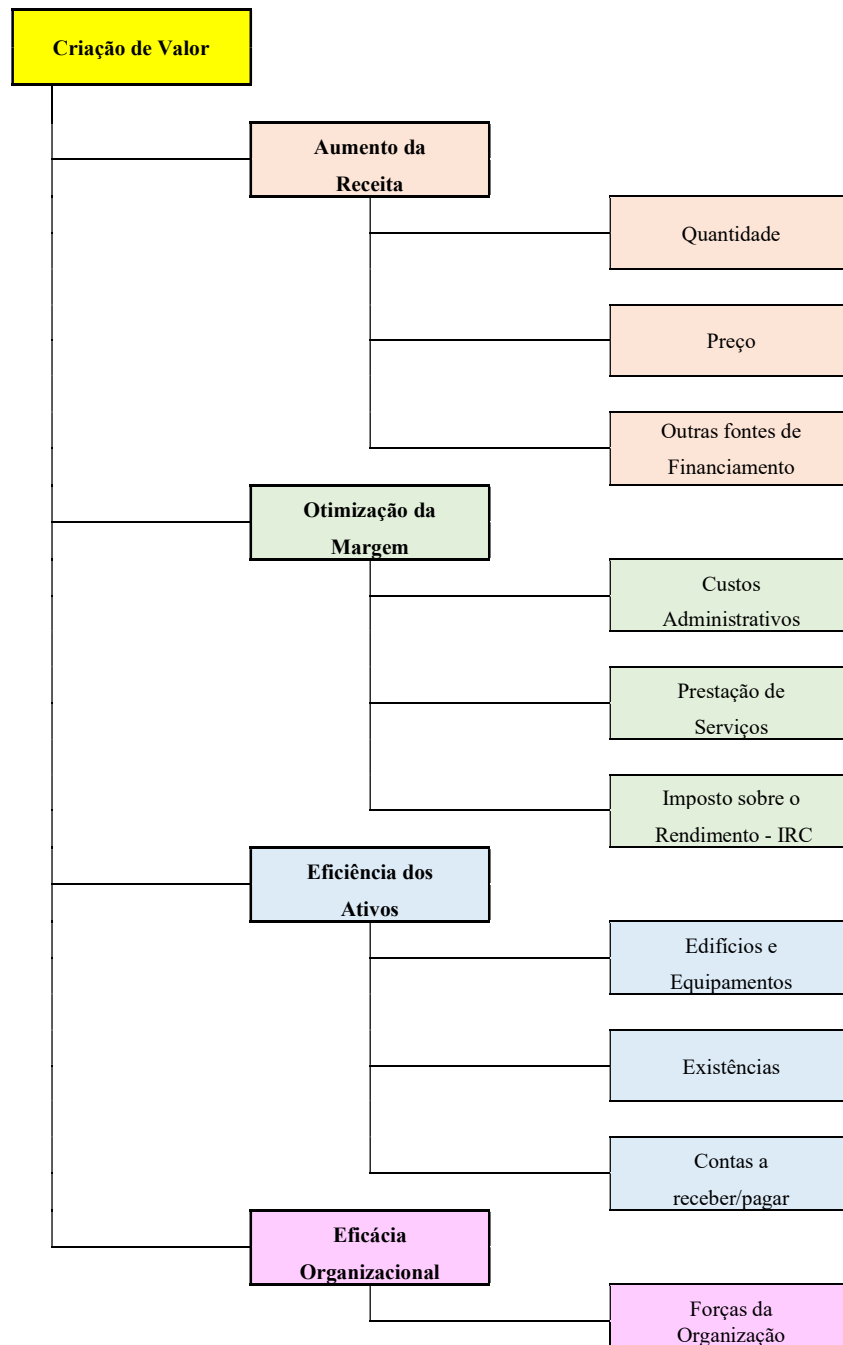


Figura 4 Esquema de Recomendações para as áreas de atuação baseado no apuramento dos inquéritos / Fonte: Baseado nos procedimentos da Consultora Deloitte (Group Delloite Touch Tohmatsu Lta (2010)

Aumento da Receita

Iniciativa	Fonte	Ações	Impacto Esperado
1-Desenvolver patrocínios 88,9%	Inq. Q2 - 2.1	Colaborar com entidades privadas ao abrigo da responsabilidade Social	Contribui para o equilíbrio das contas de exploração e das respostas deficitárias
2-Promover projetos Inovadores 86,1%	Inq. Q2 - 2.2	No âmbito da inovação identificar as necessidades da comunidade envolvente, mas será necessária prévia avaliação dos custos	Necessita de novas avaliações de custos
3-Novas Respostas sociais	Inq. Q2 - 2.4	Promover novas respostas sociais de acordo com as necessidades dos utentes, melhorando a qualidade de vida dos utentes	Será necessária avaliação cuidada de custos e benefícios das novas atividades a lançar com avaliação dos riscos envolvidos, e análise da rentabilidade do investimento.

Quadro 10 - Recomendações para o aumento da receita

Fonte: Elaboração própria (2019)

Para o aumento da receita foram assinaladas três áreas (1 a 3), onde foram identificadas para cada uma delas, as fontes que lhes deram origem.

Também para cada uma das áreas, foram identificadas as ações a realizar necessárias para as atingir, e qual o impacto esperado.

A alienação de ativos estratégicos, a qual, em teoria, pode ser uma forma de aumentar a receita, não foi apontado como medida prioritária.

De assinalar que a medida de “aumento da quantidade de prestação de serviços” não foi considerada, o que se justifica pelo fato da capacidade estar normalmente preenchida, e nalguns casos com listas de espera. Neste caso o aumento da capacidade não é viável, a menos que sejam realizados fortes investimentos em equipamentos sociais. Esta solução, sem medidas especiais de cofinanciamento (PIDDAC, PARES; MASES; etc.) não é muito viável devido aos encargos futuros que acarretam.

Otimização das Margens

A otimização da margem pode ser obtida por via da redução de custos administrativos, na prestação de novos serviços ou ainda na redução de impostos (IRC). Esta última via não tem impacto significativo uma vez que as IPSS já usufruem de benefícios fiscais para as atividades sociais, e o IRS só incide sobre as atividades secundárias, as quais estão limitadas a uma pequena proporção do volume de negócios.

São seis as medidas possíveis (4 a 9) que foram assinaladas pelos inquiridos e que também se reconhecem através das Demonstrações de Resultados.

Fundamentalmente são apontadas medidas de centralização de funções por forma a reduzir os custos por efeito de escala. É importante notar que a medida de “alargar o portfólio dos serviços” (9) é apontada com 55,6 %.

Otimização das Margens

Iniciativas	Fonte	Ações	Impacto Esperado
4-Melhorar processos de cobrança - 72, 2%	Inq.Q2 - 2.7	Promover processos de cobrança através de transferências bancárias	Apesar dos custos das cobranças o fluxo de caixa é melhorado
5- Melhorar processos de reparação e manutenção - 66,7%	Inq.Q2 - 2.9	Melhor controlo dos encargos através de documentação própria e promover concursos mais alargados	É normal uma redução de custos das atividades de 15 a 20% ano
6- Centralizar funções de compras - 63,8%	Inq.Q2 - 2.8	Definir responsável pelas compras, concursos para fornecimentos	O fluxo de caixa é melhorado
7- Centralizar funções vs. Contratação externa - 58,3%	Inq.Q2 - 2.10	A centralização reduz encargos fixos. avaliar caso a caso.	Não há regras estabelecidas, terá que haver a avaliação caso a caso
8- Desenvolver acordos de utilização das infraestruturas - 25,0%	Inq.Q3 - 3.3	Promover espaços de exploração para atividades, criando postos de trabalho para as pessoas com deficiência	Contribui para o equilíbrio financeiro
9-Alargar o portfólio dos serviços - 55,6%	Inq.Q2 - 2.4	Levantamento das ações das necessidades da comunidade envolvente	Contribui para aumentar a liquidez e melhorar o ponto crítico

Quadro 11 - Recomendações para o aumento da Otimização da margem

Fonte: Elaboração própria (2019)

Eficiência dos Ativos

Iniciativa	Fonte	Ações	Impacto Esperado
10-Concentrar contratos de manutenção 55,6%	Inq.Q3 - 3.1	Renegociar novos contratos no que respeita a eletricidade, fornecimentos de alimentos, viaturas etc.	Contribui para o equilíbrio as contas de exploração
11- Optar por contratos de aluguer vs. Aquisições 44,4%	Inq.Q3 - 3.2	Optar sempre que necessário e por curto prazo por aluguer de equipamentos	Contribui para o equilíbrio financeiro de curto prazo
12- Avaliação dos decisores 41,7%	Inq.Q3 - 3.9	A avaliação dos decisores será importante, para uma boa gestão, que deve ser feita por todos os <i>stakeholders</i>	Colocar a gestão passível de ser avalizada
13-Renegociar maturidade e condições de empréstimos - 33,3%	Inq. Q3 - 3.4	Renegociar prazos de reembolso de dívidas a curto e médio prazo, com bancos e fornecedores	Contribui para o equilíbrio financeiro de curto prazo
14 - Arrendar imóveis não estratégicos - 25%	Inq.Q3 - 3.3	Sempre que possível arrendar ativos imóveis a longo ou curto prazo ou pontualmente. ex. festas	Aumento da Liquidez

Quadro 12- Recomendações para a Eficiência dos ativos

Fonte: Elaboração própria (2019)

Eficácia Organizacional

Iniciativa	Fonte	Ações	Impacto Esperado
15 - Implementar/ certificação de qualidade 61,1%	Inq.Q3 - 3.7	Promover processos de certificações de qualidade e melhoria continua	Define a organização interna e os princípios que regem a Instituição
16 - Implementar processos de planeamento e controlo - 83,3%	Inq.Q3 - 3.5	Delinear processos de planeamento, orçamentação, processos de controlo e calendarização de atividades	Melhora o planeamento e permite tomar medidas a tempo
17 - Avaliação dos colaboradores - 66,7%	Inq.Q3 - 3.8	Definir e implementar processos de avaliação dos colaboradores	Melhoria da produtividade e empenho do pessoal
18 - Ações de formação periódicas 58,3%	Inq.Q3 - 3.6	Implementar ações de formação anuais, para todos os quadros	Melhoria das competências profissionais e humanas
19 - Promover competências de gestão ao nível da direção	Formação	Formação na área de gestão ou contratação de pessoal nesta área	Melhoria da gestão global
20 - Promover competências de liderança e gestão	Formação	Definir funções de acordo com os objetivos a alcançar	Melhoria da qualidade dos serviços e das relações de trabalho

Quadro 13- Recomendações para a Eficácia Organizacional

Fonte: Elaboração própria (2019)

A Eficácia Organizacional depende do empenho das Instituições relacionadas com o Planeamento, controlo rigoroso, promoção de competências e implementação de medidas inovadoras, bem como a previsão de planos de contingência.

Foram identificadas seis áreas dentro da eficácia organizacional cuja a importância e as respetivas recomendações estão assinaladas no quadro acima.

A “Eficácia Organizacional” é das áreas onde as melhorias podem ser mais significativas, na medida em que as melhorias de planeamento, controlo e gestão profissionalizada são determinantes numa Instituição, tendo sempre presente a **inovação** e a **ética**.

7.3 – Priorização das Iniciativas

A simples enumeração das medidas pode não conduzir à necessária transformação das estruturas. Daí a necessidade de priorizar as iniciativas através duma matriz de oportunidades.

Por isso, identificadas as iniciativas a tomar, melhor as recomendações, importa priorizá-las na medida em que nem todas apresentam a mesma valia e/ou facilidade de aplicação para se obterem os resultados esperados.

Assim sendo, para se priorizarem as iniciativas, importa inscrevê-las numa “Matriz de Oportunidades” na qual, no eixo vertical se avaliam os benefícios esperados em duas áreas, menores e maiores benefícios, e no eixo horizontal a complexidade de implementação - baixa e alta complexidade.

Através do cruzamento das variáveis - benefícios esperados e complexidade - identificam-se quatro áreas na Matriz, conforme se esquematiza no quadro abaixo,
Nesse quadro estão inscritas na Matriz os códigos de referência de cada uma das recomendações (1 a 20), verificando-se as zonas de concentração nas áreas dos *quick wins* e ‘oportunidades de médio/longo prazo’

Priorização das Iniciativas

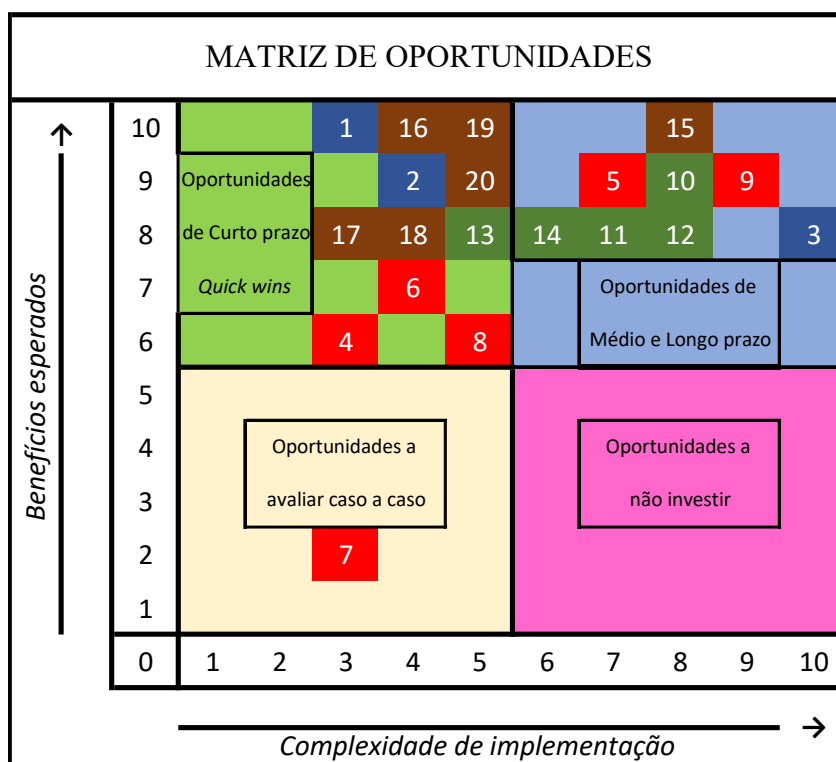
Criação de Valor		Recomendações	
Aumento de Receita	1	Desenvolver patrocínios	
	2	Promover projetos inovadores	
	3	Novas respostas sociais	
Otimização da Margem	4	Melhorar processos de cobrança	
	5	Centralizar funções de reparação e manutenção	
	6	Centralizar funções de compras	
	7	Centralizar funções vs. Contratação externa	
	8	Desenvolver acordos de utilização de infra estruturas	
	9	Alargar portfólio dos serviços	
Eficiência dos Ativos	10	Concentração de contratos de manutenção	
	11	Contratos de aluguer vs. Aquisições	
	12	Sistema de avaliação de decisores	
	13	Renegociar dívidas	
	14	Arrendar imóveis não estratégicos	
Eficácia Organizacional	15	Implementar certificação de qualidade	
	16	Implementar processos de planeamento	
	17	Sistema de avaliação de pessoal	
	18	Ações de formação periódicas	
	19	Promover competências de gestão	
	20	Promover competências de liderança	

Quadro 14 - Priorização de iniciativas

Fonte: Elaboração própria (2019)

Matriz

de Oportunidades



Quadro 15 - Matriz de Oportunidades

Fonte: Elaboração própria (2019)

Através do cruzamento das variáveis referentes ao benefício esperado e o custo da implementação, é possível identificar quatro grupos de oportunidades:

- **Quick wins** – com elevado benefício esperado e reduzido custo de implementação
- **Oportunidades de Médio/ Longo Prazo**- com elevado benefício esperado, mas elevado custo de implementação.
- **Oportunidades a avaliar**-menor benefício esperado, mas com baixo custo de implementação
- **Oportunidades a não investir** – com menor benefício esperado e elevado custo de implementação

7.4 - Roadmap

Para implementar as medidas conducentes a um ‘Plano de Transformação e Inovação’, para além de enunciar as medidas adequadas, é necessário lançar todo um Programa para a gestão da mudança.

Par tal é necessário:

- Estabelecer um programa calendarizado
- Nomear uma Equipa de Projeto e o seu Gestor
- Alocar os meios materiais, humanos e financeiros apropriados.

No cronograma que a seguir se apresenta esquematiza-se um programa tipo, o qual é muito **exigente**, mas **exequível**, onde se situam as medidas e oportunidades de curto e médio/longo prazo.

7.4.1 - Proposta do Cronograma de Implementação das Ações

Gestão do Programa		M-1	M-2	M-3	M-4	M-5-6	M-7-8	M-9-10	M-11-12
de Transformação		<-----Gestor do Programa e Gestão da Mudança----->							
Aumento de receitas	1								
	2								
	3								
Otimização da Margem	4								
	5								
	6								
	7								
	8								
Eficiência dos Ativos	9								
	10								
	11								
	12								
	13								
Eficácia Organizacional	14								
	15								
	16								
	17								
	18								
	19								
	20								
		Quick Wins e Oportunidades de Curto Prazo				Oportunidades de Médio e Longo Prazo			
N.º de ações por período		2	4	7	7	7	5	2	1

Figura 5 - Cronograma de ação

Fonte: Elaboração própria (2019)

7.5 - CONCLUSÕES

O mundo em que vivemos hoje está em profunda e rápida transformação, quer do ponto de vista social, cultural e político, quer do ponto de vista económico, tecnológico e ambiental.

Por isso todas as organizações sem exceção necessitam de se adaptarem mediante transformações mais ou menos profundas, as quais terão que se basear em planos estratégicos fundamentados, análises de risco, planos de contingência e, acima de tudo, em investigação e inovação. Sem conhecimento e sem saber não há progresso sustentável, **não basta o *know how* é necessário o *know why*.**

De acordo com as hipóteses propostas para esta pesquisa, verificou-se que as respostas dadas pelos inquiridos através do inquérito lançado, estão em concordância, indo ao encontro do que pretendíamos estudar, nomeadamente as perceção que os colaboradores tinham, por um lado, quanto a identificação dos sintomas de perda de sustentabilidade, e por outro lado as parcerias e protocolos estabelecidos que poderiam aumentar a eficácia e estratégias das IPSS e assim aumentar o valor. E por fim as expetativas de ordem ética, e as implicações que poderiam ter na qualidade de respostas dadas aos seus utentes e no desenvolvimento do trabalho dos técnicos.

Com este estudo também se procurou inovar, criando um quadro orientador e limitador das zonas de risco de perda de sustentabilidade, mapa esse que poderá servir aos gestores e técnicos das IPSS, muitos dos quais voluntários oriundos de áreas humanísticas, detetarem o aparecimento de sintomas de perda de sustentabilidade que possam levar as Instituições a situações de incumprimento, as quais são sempre danosas e podem conduzir à falência, com os danos causados aos utentes, familiares e pessoal envolvidos.

Tendo em conta o estudo efetuado, uma das situações que logo se depreende é a questão relacionada com o estado de subsidi dependência, a que estas Instituições estão sujeitas em relação ao Estado. Se não adotarem políticas e estratégias de inovação, correm o risco de não conseguirem prosseguir a sua missão a que se propuseram realizar. Presentemente, os Acordos de Cooperação, uma das hipóteses apresentadas neste estudo, são, contudo, a melhor estratégia para garantir a sustentabilidade das IPSS, uma vez que, a Segurança Social

comparticipa mensalmente com estas Instituições, sendo uma fonte de financiamento estável, bem como os acordos que estabelecem com entidades públicas de responsabilidade social.

O Estado para além de constituir o maior financiador também constitui o maior credor das Instituições que com este colaboram. Perante este cenário as IPSS contraem responsabilidades para com o Estado devendo cumprir as condições de funcionamento, com as suas necessidades de intervenção. No entanto nem sempre estão alinhadas as condições do Estado com as necessidades institucionais, devendo, pois, envolver outras partes interessadas com responsabilidades sociais, com o intuito de obtenção de recursos e apoios que proporcionem um aumento da eficiência das Instituições.

Assim dos fatores que de uma maneira geral contribuíram para a vulnerabilidade financeira destas IPSS, segundo os participantes inquiridos, a grande maioria estão relacionados com sintomas relativos com as áreas económico-financeira e de gestão.

Foram apontadas como grandes sintomas de perda de sustentabilidade, o atraso no cumprimento de contratos estabelecidos com os fornecedores, no aumento continuado do montante dos financiamentos, nos gastos com os pagamentos de salários, no incumprimento ou ausência de certificações de qualidade ou com muitas inconformidades, com a diminuição das receitas dos utentes com as suas saídas ou com vagas por preencher, na ausência de ações de formação, e com instalações degradadas.

Para as medidas de aumento de receitas, e assim criar valor, os inquiridos apontaram como medidas, a melhoria de patrocínios com entidades públicas e privadas, na melhoria dos processos de cobrança, na renegociação dos financiamentos obtidos equilibrando a margem financeira, no aluguer de infraestruturas de equipamentos, no alargamento de portfólios de serviços prestados, na otimização de custos, centralizando funções das compras e de manutenção, na implementação de certificações de qualidade, e de sistemas planeamento e controlo, na nomeação de competências de liderança e de gestão, bem como ações de formação continuas, na avaliação dos seus decisores e de todo o pessoal envolvendo todos os *stakeholders*.

Verificou-se ainda, através do apuramento dos inquéritos, do Relatório de Contas, do Balanço e da Demonstração de Resultados que todas as instituições que participaram neste estudo, tinham todas elas implícito a necessidade de **Criação de Valor**, através das medidas anteriormente referidas, bem como continuam a ser muito **subsídio-dependentes do Estado**.

Em resumo, dos resultados obtidos, foi possível determinar quais os fatores da perda da sustentabilidade destas IPSS, quais as zonas de risco que enfrentam, nomeadamente o endividamento, identificar as áreas passíveis para a Criação de Valor, formular as possíveis recomendações e priorizar as iniciativas para a implementação de um Programa de Transformação.

Convém não esquecer que as IPSS cumprem uma função social que compete ao Estado, e cujas funções lhes são delegadas, na medida em que estão mais próximas dos utentes e seus familiares, têm menor custos de funcionamento e aproveitam competências de inúmeros voluntários, muitos dos quais reformados, conseguindo desta forma proporcionar um envelhecimento ativo a este estrato social, e por isso mesmo o envolvimento de todos nestas questão da sustentabilidade é fundamental.

Estas IPSS têm pois que continuar a serem agentes importantes na intervenção social, com impacto junto das populações mais desfavorecidas, mas ao mesmo tempo adotar e implementar medidas inovadoras e auto sustentáveis, quer em termos de técnicos, quer em termos humanos que lhes permitam cumprir com a sua missão, fazendo-se acompanhar com uma sensibilidade apurada dos responsáveis para esta nova necessidade e realidade, a qual é, de ter conhecimentos a nível de gestão financeira e dos recursos humanos. Mas para além destes aspetos técnicos, **os princípios éticos** devem estar sempre subjacentes na política e nas tomadas de decisões.

Como afirmou Cícero,

“quem infringe a lei comete um crime, mas
quem infringe os princípios éticos comete
um sacrilégio”.

7.6 - Limitações da Investigação

Uma das limitações consistiu na não obtenção das contas do triénio de uma das instituições da amostra. Da mesma forma, não responderam aos inquéritos três IPSS das quinze existentes, e isto apesar das várias tentativas feitas, para a colaboração no preenchimento dos inquéritos.

Outra das limitações foi a de manter as Instituições em estudo no regime de anonimato, segundo o compromisso assumido.

7.7 - Sugestões para Investigações Futuras

Tratando-se de uma dissertação que se supõe inovadora para as questões da Sustentabilidade económico-financeira, e para a determinação das zonas de risco das IPSS através dos rácios indicadores económico-financeiros, necessário se torna:

- Validar os intervalos estabelecidos para as Zonas de Risco através da aplicação do método a um conjunto mais alargado de Instituições e a um número de exercício sucessivos superior a três.
- Efetuar estudos pormenorizados a 2 ou 3 Instituições do Setor para alargar o âmbito da análise financeira para além dos Balanços e Demonstração de Resultados.
- Avaliar quais os Rácios e Indicadores mais convenientes e representativos para efeito de eventual redução do seu número e/ou substituição por outros que se revelem mais adequados.
- Elaborar um Manual de Procedimentos para utilização dos gestores e decisores das IPSS para deteção, em tempo útil das fragilidades que possam surgir.

“Somos como anões aos ombros de gigantes, pois podemos ver mais coisas do que eles e mais distantes, não devido à acuidade da nossa vista, ou à altura do nosso corpo, mas porque somos mantidos e elevados pela estatura dos gigantes”

Bernardo de Chartres (séc XII)

BIBLIOGRAFIA

AAKER *et al.* (2001) - “MARKETING RESEARCH” (7th ed.), New York: Jonh Wiley & Sons, Inc.

ANHEIR, H-K - (2005) - NonProfit Organizations Theory, Managment and Policy. Londres Routledge.

ABRAHAM, Anne (2003) - Financial Sustainability and Accountability: a model for NonProfit Organizations - AFAANZ 2003Conference Proceeding, 6-8 July 2003.

ALMEIDA, V. (2010) - O lugar do terceiro Setor na Governação das Sociedades Contemporâneas Interações.

ALMEIDA, V. (2011) - As Instituições Particulares de Solidariedade Social. Governação das Sociedades Contemporâneas. Interações, P.52-62.

AMARAL, L. (2018) - Gestão para Engenheiros. Lisboa. Horácio Periquito- Porto.

AMÉRICO, M. *et al.* (2018) - A importância económico-social das IPSS em Portugal. Universidade Católica Portuguesa, Dez 2018.

ANDRADE M, FRANCO (2007) - Economia do Conhecimento e Organizações sem Fins Lucrativos - Sociedade Portuguesa de Inovação.

Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - Disponível em:

<http://www.apcl.org.pt/downfiles/Relat%C3%B3rio%20Atividades%20VF%2014-07-2016.pdf>

APEE (2006) -Associação Portuguesa para a Ética Empresarial. Projeto de Norma Portuguesa. Ética nas Organizações. NP 4460-1: 2007: Ética nas organizações: Parte 1: Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações.

AZEVEDO & COUTO (2012) - Desempenho, Sustentabilidade e Eficiência Económica em Organizações sem fins lucrativos, in Azevedo, R. C. Franco & J.W. Menezes (coord.). Gestão de Organizações sem fins lucrativos. O desafio da inovação social - Porto - Impulso Positivo

BANCO DE PORTUGAL - Quadros de Setor e Quadros da Empresa e do Setor.
Estudos da Central de Balanços

BRANDÃO, E. (2003) - Finanças (3.^a edição). Porto: Porto Editora

CARAÇA, B. J. (1951) - Conceitos Fundamentais da Matemática - 3.^a ed. (2000). Gradiva Publicações, Lda

CARAMELO (2013) - M. D. Impacto da Crise Económica nas IPSS do Distrito de Coimbra texto - Coimbra Texto

CAMPOS E CUNHA - R. Pina e Cunha, M. Rego (2004). Criando Organizações Eticamente Intensivas. CEGE. Universidade Nova de Lisboa

CÍCERO, M. T. - Textos filosóficos. Trad. Campos, J. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Dez. 2012

CIRIBELLI (2003) MARILDA CORRÊA - Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica. Marilda Ciribelli Corrêa, Rio de Janeiro: 7 letras 2003

Constituição da República Portuguesa (2005) - Art.º 82

Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

CORREIA, S. (2014) - Qual o desempenho económico-financeiro da minha empresa -
Revista de Contabilidade 01-12-2014

COSTA, C.A. (2003) - Métodos quantitativos na análise de risco de crédito. Confiança e
credibilidade na relação entre Bancos e Empresas. Universidade do Minho – Escola de
Economia e Gestão

Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário - Protocolo para o Biénio 2019-
2020

Disponível em:

[http://www.seg-
social.pt/documents/10152/16410376/Protocolo_cooperacao_2019_2020.pdf/555fdcce-c89f-
4820-aaab-9d2fb8b48b7f](http://www.seg-social.pt/documents/10152/16410376/Protocolo_cooperacao_2019_2020.pdf/555fdcce-c89f-4820-aaab-9d2fb8b48b7f)

CRAVEIRO (2006) - Crise Económica nas IPSS do Distrito de Coimbra - Coimbra texto

CUNHA REGO (2003) - A Essência da Liderança. Mudança. Resultados Integridade. Lisboa:
Editora RH

CUNHA REGO, CUNHA&CARDOSO (2007) - Cunha M. P. Rego, A Cunha, R C & Cabral
- Cardoso, C (2007). Manual de Comportamento Organizacional e Gestão. 15ª ed. Lisboa: RH
Editora. p.332

DAS NEVES (2012) - Análise e Relato Financeiro – Uma visão integrada de gestão.
Portugal. Textos Editora, Lda.

DECRETO-LEI n.º 119/83 de 25/11 Diário da República 1ª série nº 25-2 1983.

Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/311401/details/normal?l=1>

DECRETO-LEI 172-A/2014 de 14/ Diário da República 1ª série nº 221 14/ 11/ 2014.

Disponível em:

https://dre.pt/pesquisa/-/search/58900566/details/normal?p_p_auth=ANqk7g7y

DI MAGGIO & Powell (1983). The Iron Cage Revisited. International Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Field. American Sociological Review, 48.2 (April 1983)

DRUCKER, PETER (1990), As Organizações sem Fins Lucrativos, Lisboa, Difusão Cultural

EVERS & Laville (2004). Defining the Third Sector in Europe, in A. Evens & J. Laville (Eds): The Third Sector in Europe (p.11-42). Reino Unido. Edward Elkgar.

FEAPS (2004). Código de Ética. Confederacion Española de Organizaciones en favor de las personas com discapacidad intelectual. Madrid.

FERREIRA, M.A. (2010). Enquadramento das Instituições de Solidariedade Social (ou será 2009) Edição

FERNANDES, CARLA; *et al.* (2012) – Análise Financeira – Teoria e Prática. Edições Silabo, Lda. Lisboa

FLICK , UWE (2005) “Triangulation in Qualitative Research “em Flick U; E; V. Kardarff, e I Steinke (eds), A companion to Quantitative Research Sage, p.178-183

FOWLER *et al.* (1995). Participatory self-assessement of NGO capacity. INTRAC n. °10. http://sheltercentre.org/sites/default/files/intrac_1995_participatory_self_assesse%20ment_on_ngo_capacity-pdhttp://sf

FRANCO, R. *et al.* (2005). The Portuguese Nonprofit Sector in Comparative Perspetive. The John Hopkins Nonprofit Sector Project. Universidade Católica Portuguesa e John Hopkins.

FREIXO, M.J.V. (2012). Metodologia científica, Fundamentos, métodos e técnicas- 4.^a ed. Lisboa. Instituto Piaget p.28

GAVINO, H.A.N. (2014). O papel das IPSS na Economia Social. O caso do concelho de Peniche. Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão das Organizações de Economia Social.

GONÇALVES *et al.* (2013). Relato Financeiro. Interpretação e Análise (2.^a edição). Porto. Vida Económica

GREENLEE, J.S. & Tussel, M. (2000). Predicting the Financial Vulnerability of Charitable Organizations. *Nonprofit Managment & Leadership*. Vol. 11 – n.º 2

GUBA G. & Lincoln (1981) – *Effective Evaluation*. S. Francisco. Jossey Bass

HAWKINS, D.F. (2002). Basic Ratio Analysis and Equity Valuation. Harvar Business Scholl Background. Note 149-185. June 1985 (revised December 2002)

HESPANHA, P. (2000). Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das Instituições de Proteção Social em Portugal. Coimbra. Quarteto.

JUSTO L. O Envelhecimento e os paradigmas atuais no serviço de apoio domiciliário: In: *Revista Diferença*. Nº 10: 13- 14.2007

LANGE, D.E., Busch, T. Delgado-Ceballos (2012). Sustainability in Organizations. *Journal of Business Ethics* p.68 -70.

LUDKE, M., André & Oliveira (1986) – *A pesquisa em educação - abordagens qualitativas*. S. Paulo. EPU

MARTIN& BICUDO. M (2005). *A Pesquisa Quantitativa em Psicologia*. São Paulo Ed. Centauro

MATTAR, F, N, *Pesquisa de Marketing: Metodologia, Planeamento* 5 ed., São Paulo: Atlas, 1991 I.

- MELO, M. F. (2013). Panorama da Profissionalização do Terceiro Sector em Portugal. *International Journal of Working Conditions*. N.º 5 – RICOT (Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.
- MENDES (2012), AMÉRICO, M.S. CARVLHO- Organizações de Economia Social: O que as distingue e como podem ser sustentáveis. Porto: ATES - Área Transversal de Economia Social, Universidade Católica Portuguesa
- MENEZES, J. W. (2012). Liderança e Gestão nas Organizações sem fins lucrativos. D.C. Azevedo, R.C., Franco & S.W. Menezes (coord). *Gestão das Organizações sem fins lucrativos. O desafio da inovação social*. Porto. Impulso Positivo.
- NIDUMOLU, R. *et al.* (2009). Why sustainability is now the key driver of innovation? *Harvard Business Review*, v 87, n. º9, p. 56-64.
- NORMA PORTUGUESA NP-4460-1: 2007 – Ética nas Organizações – Parte I – Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de ética nas organizações.
- NABAIS, C *et al.* (2013). *Prática Económica & Financeira*. 8.ª edição. Lisboa. Lidel.
- OLIVEIRA *et al.* (2012) Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas Organizações. *Revista Produção*, v n. 1
- POISE.03- 4639 – FSE - 000007 de 2 de Agosto de 2016. P.52
- POLIT, D.F.*et al* (2004). *Pesquisa em enfermagem*. Porto Alegre. Artemed. ISBN: 857307-984-3
- PROTOCOLO de Cooperação para o setor social e solidário para o biénio 2019-2020 (CNIS, UMP, UM, CCRL, MSSS)

QUIVY, R. & Campenhautdt I. V. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 5.^a ed. Lisboa. Gradiva p.89.

QUINTÃO, C, (2011). O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar. IS Working Papers. 2.^a série - n.º 2. Porto. Impulso Positivo

REGO, A. (2005). Um Código de Ética para os Códigos das Empresas.

REIS, F.L. (2018). A investigação científica e trabalhos académicos- Guia Prático- Edições Silabo, Lda. Setembro 2018. p.66

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 120/2006

Disponível em:

https://dre.pt/pesquisa/-/search/541782/details/maximized?print_preview=print-preview&dreId=125044

Revista de Contabilidade (01.12.2014)

Disponível em:

<http://rpc.informador.pt/artigos/E199.0106/qual-0-desempenho-economico-financeiro-da-minha-empresa>

SALAMON, L. & Anheier, H. (1999). In search of Nonprofit Sector. The problem of classification. Working Papers of the John Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project n.º 3. Baltimore. The John Hopins Institute for Policy Studies.

SALAMON, Sokolowski, Haddock, Tice & (2012). Portugal. Non Profit Sector in Comparative Context. John Hopkings Center for Civil Studies with Portugal. Instituto Nacional de Estatística.

SAMPIERI, R.H *et al.* (2006). Metodologia de Pesquisa – 3.^a ed. S. Paulo. Mc Graw Hill. ISBN: 85-8680493-2

SANTOS *et al.* (2014). Contabilidade de gestão no Terceiro sector. Estudo empírico em IPSS. Tourism and Management Studies. N.º 10. p.79-87

SILVIA, S *et al.* (2018). Sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal, ISBN 978-989- 20- 5404-9 Edição em Portugal, a 22 de dezembro de 2014- Autores.

SISTEMA NACIONAL DE CONTABILIDADE – SNC – D.L. 158/2009 de 13/07

SOARES *et al.* (2012). A Economia Social e a Sustentabilidade como fator de Inclusão Social.

<http://www.serga.pt/userfiles/files/Relatorio%20Final.pdf>

SOUSA, S. *et al.* (2012). As Instituições Particulares de Solidariedade SocSocial emntexto de crise económica. Lisboa IPI Consulting Network. Portugal.CNIS e Fundação Millennium BCP

PINSONNEAULT ALAIN & KRAEMER KENNETH. Survey Research Methodology in Management Information Systems: Assessment. Journal of Management Information Systems, Autumn 1993

TAVARES, ANA RITA DA SILVA (2012). Análise de residências para pessoas com deficiência que envelhecem. Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado

TEIXEIRA, ELIZABETH. As três metodologias académicas da ciência e da pesquisa 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

TIERREY, T. J (2006). The Non Profit Sectoris Leadership Deficit. The Bridges pan Group Trivinus, A.N. S (1987). Introdução a pesquisa em ciências Sociais. São Paulo: Atlas Teixeira, Elizabeth. As três metodologias: académica da ciência

TORRINHA, F. Dicionário Português-Latino. Ed. Domingos Barreira (1939) TUCKMAN, H.& CHANG, C. (1991). A Methodology for Measuring the Financial
[url.http://www.akdn.org/publications/2008-Portugal-nonprofitsector.pdf](http://www.akdn.org/publications/2008-Portugal-nonprofitsector.pdf)

Vulnerability of Charitable Nonprofit Organizations. Nonprofit and Voluntary Sector
Quarterly. Vol 65 – n.º 4 PP 445-460

WALLS, A.E.J, Schwarzin (2009) L. Fostering Organization. Sustainability is now the key
driver of innovation? Harvard Business Review, v 87, n.º 9 p.56-64, 2009

YIN, R (2009). Case study research. Design and Methods. NY. 4th Saga Publications.p.25

APÊNDICES

Apêndice I - Pedido de autorização para colaboração na InvestigaçãoINSTITUTO
DE SERVIÇO
SOCIAL

UNIVERSIDADE



LUSÓFONA

Exmº Senhor Presidente da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa

Assunto: Pedido de colaboração para investigação

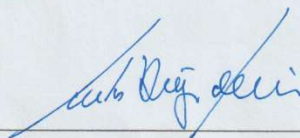
Lisboa, 02 de Fevereiro de 2019

A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias promoveu para os anos letivos de 2017/18 e 2019/19 um Mestrado em Serviço Social : Gestão de Unidades Sociais e Bem-estar, e vem, por este meio, solicitar à Associação que V.Ex.ª superiormente dirige apoio para a aluna Virgínia Maria Lima Veiga desenvolver ações de investigação para a sua dissertação de Mestrado com o título “Sustentabilidade económico-financeira das IPSS da área da deficiência – Paralisia Cerebral”.

A dissertação é orientada pela Senhora Prof.ª Doutora Felipa Reis que poderá ser contactada para qualquer esclarecimento adicional pelo e-mail felipareis2011@hotmail.com ou para a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Instituto de Serviço Social através do e-mail servico.social@ulusofona.pt.

Segue em anexo carta da Mestranda explicitando os objetivos e a natureza investigação.

Com os meus melhores agradecimentos e cumprimentos



Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira

Diretor do Instituto de Serviço Social

Apêndice II - Carta informativa da Mestranda às Instituições

Exm^a Senhor Presidente da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa

Lisboa,³⁰ de Janeiro de 2019

ASSUNTO: Pedido para investigação em instituição no âmbito do Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-estar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Venho, pelo presente meio, solicitar a V. Ex.^a colaboração para poder realizar um estudo de natureza científica que englobe a vossa Instituição.

O meu nome é Virgínia Maria Lima Veiga, sou aluna de Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-estar, do Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Estou a desenvolver o meu estudo de investigação com o título “Sustentabilidade económico-financeira das IPSS da área de deficiência – Paralisia Cerebral”.

O projeto de investigação visa detetar os sintomas de perda de sustentabilidade, identificar áreas críticas de atuação, formular recomendações para eventuais reestruturações e ter em conta as implicações éticas das medidas preconizadas.

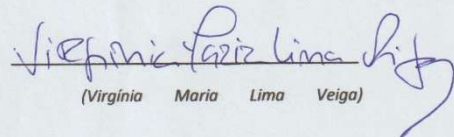
Assim, venho solicitar a vossa colaboração no sentido de viabilizar a consulta e compilação de dados dos Balanço e Demonstração de Resultados e documentos afins relativos aos anos fiscais de 2016 e 2017, aplicar questionários e eventualmente proceder às entrevistas que possam vir a ser necessárias para completar o estudo.

Dados os prazos a cumprir, agradecia uma resposta com a maior brevidade possível.

Todas as informações recolhidas destinam-se exclusivamente ao estudo em curso e têm unicamente fins de investigação, respeitando as regras de confidencialidade e os princípios éticos aplicáveis. A cada uma das instituições que vierem a colaborar na investigação será atribuído um número de código por forma a garantir a confidencialidade dos dados fornecidos.

Antecipadamente grata pela vossa colaboração, sem a qual o meu Mestrado ficaria inviabilizado, e agradecendo o tempo disponibilizado, fico ao dispor de V. EX.^a para quaisquer esclarecimentos complementares que eventualmente possam ser necessários.

Com os melhores cumprimentos, se subscreve


(Virgínia Maria Lima Veiga)

Contactos:

TM – 963 846 318

e-mail: virveiga@gmail.com

Apêndice III - Modelo dos Inquéritos

UNIVERSIDADE LUSÓFONA MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL Gestão de Unidades Sociais e Bem Estar	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO - FINANCEIRA DAS IPSS NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA INQUÉRITO	Código da Instituição ☐ Data 2019/___/___
NOTA PRÉVIA <u>O presente inquérito é confidencial.</u> <i>Todos os dados fornecidos serão tratados sem identificação da entidade que os comunicou, de forma a não ser possível relacionar os dados com a instituição que respondeu ao inquérito. Os resultados serão apresentados sob forma estatística.</i>		
INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO		
1- O inquérito é constituído por 5 Quadros, cada um com o seu tema, e as respostas devem ser dadas assinalando nas casas respetivas. 2- No final de cada quadro há lugar para respostas abertas, podendo ser assinaladas outras situações não contempladas nas questões apresentadas. 3- Solicita-se que, em cada Instituição, três pessoas distintas respondam ao inquérito nas três cópias dos formulários anexos. Pede-se que as respostas sejam dadas pelos seguintes Membros da Direção e/ou Colaboradores da Instituição: - Presidente ou Vice Presidente da Direção ou por quem estes designarem (DIR) - Tesoureiro da Direção ou Responsável pela Contabilidade e/ou Tesouraria (TES) - Diretor Geral ou Diretor Técnico (DGT) 4.- Agradece-se que este inquérito seja devolvido em curto espaço de tempo por forma a não inviabilizar o tratamento dos dados e a entrega da dissertação de mestrado na Universidade dentro do prazo que foi estipulado.		
OBRIGADO PELA VOSSA COLABORAÇÃO E POR UMA RESPOSTA URGENTE		
Mestranda: Virgínia M. L. Veiga N.º _____ REV. E	OBS.	Respondido por: (Indicar apenas a função) Função: DIR, TES ou DGT _____

UNIVERSIDADE LUSÓFONA MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL Gestão de Unidades Sociais e Bem Estar	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO - FINANCEIRA DAS IPSS NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA INQUÉRITO - QUADRO 1 SINTOMAS DE PERDA DE SUSTENTABILIDADE		Código da Instituição Data 2019/___/___	
NOTA IMPORTANTE Do conhecimento que tem das IPSS da área da deficiência, <u>independentemente de ser ou não da sua instituição</u> , que sintomas identificaria para antever a perda de sustentabilidade das instituições (Assinalar com X - S - Sim / N - Não)				
Área	Sintomas de perda de sustentabilidade	S	N	
1.1- Económico-financeira	1.1.1 Alargamento do prazo de pagamento aos fornecedores	☐	☐	
	1.1.2 Aumento continuado do montante dos financiamentos	☐	☐	
	1.1.3 Atrasos nos pagamentos das contribuições obrigatórias (Seg. Social /Fisco/Sindicatos)	☐	☐	
1.2-Recursos humanos	1.2.1 Atraso no pagamento de salários ou de subsídios	☐	☐	
	1.2.2 Dificuldades em recrutar pessoal e/ou alta rotatividade do pessoal	☐	☐	
	1.2.3 Ausência ou espaçamento das ações de formação	☐	☐	
1.3- Satisfação dos Utentes/Familiares	1.3.1 Vagas por preencher e/ou saída de utentes	☐	☐	
	1.3.2 Aumento do número de reclamações	☐	☐	
	1.3.3 Diminuição da qualidade dos serviços	☐	☐	
1.4- Instalações	1.4.1 Degradação das instalações	☐	☐	
	1.4.2 Falhas na manutenção dos equipamentos	☐	☐	
1.5- Gestão/ Organização	1.5.1 Falhas na comunicação interna	☐	☐	
	1.5.2 Inexistência de certificação de qualidade	☐	☐	
	1.5.3 Normas de qualidade com muitas "não conformidades"	☐	☐	
1.6 - Outras causas (descrever)	1.6.1	☐	☐	
Mestranda: <i>Vigínia M. L. Veiga</i> REV. E	OBS.		Respondido por: (Indicar apenas a função) Função: DIR, TES ou DGT _____	

UNIVERSIDADE LUSÓFONA MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL Gestão de Unidades Sociais e Bem Estar	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO - FINANCEIRA DAS IPSS NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA INQUÉRITO - QUADRO 2 MEDIDAS PARA O AUMENTO DAS RECEITAS E/OU OTIMIZAÇÃO DAS MARGENS (RESULTADOS)	Código da Instituição Data 2019/___/___
Na sua instituição, no passado recente ou no presente, foram ou vão ser tomadas medidas para aumento da receita e/ou para reduzir as despesas (aumentar as margens) e desta forma aumentar o valor ?		
MEDIDAS PARA AUMENTAR RECEITAS E/OU REDUZIR DESPESAS (Responder Sim ou Não)		
2.1	Desenvolvidos patrocínios	☐ ☐
2.2	Promovidos projetos inovadores	☐ ☐
2.3	Aumento na comparticipação dos utentes	☐ ☐
2.4	Abertura de novas respostas sociais (valências)	☐ ☐
2.5	Redução das respostas sociais (valências) deficitárias	☐ ☐
2.6	Venda de ativos (bens patrimoniais) não estratégicos	☐ ☐
2.7	Melhoria dos processos de cobrança	☐ ☐
2.8	Centralização de funções de compras	☐ ☐
2.9	Centralização de funções de reparação e manutenção	☐ ☐
2.10	Optar entre centralização de funções e a contratação externa de serviços	☐ ☐
2.11	Redução da capacidade das respostas sociais (valências) com resultados negativos em anos sucessivos	☐ ☐
2.12	Outras medidas (descrever)	☐ ☐
Mestranda: <i>Virgínia M. L. Veiga</i> N.º _____ REV. E	OBS.	Respondido por: (Indicar apenas a função) Função: DIR, TES ou DGT _____

UNIVERSIDADE LUSÓFONA MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL Gestão de Unidades Sociais e Bem Estar	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO - FINANCEIRA DAS IPSS NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA INQUÉRITO - QUADRO 5 RECOMENDAÇÕES	Código da Instituição Data 2019/___/___
Face às respostas dos Quadros anteriores, que recomendações faria para aumentar a sustentabilidade das Instituições em geral ?		
Responder SIM (S) ou NÃO (N)		S N
5.1 5.2 5.3 5.4 5.5 5.6 5.7 5.8 5.9 5.10 5.11	Aumentar a comparticipação dos utentes Desenvolver patrocínios Melhorar processos de cobrança Centralizar funções Aluguer ou ALD versus aquisição Renegociar prazos e condições dos empréstimos Alargar o portfólio de serviços Aluguer de infraestruturas a terceiros Restruturar serviços Redução de pessoal Outros	
Mestranda: <i>Virgínia M. L. Veiga</i> N.º _____ REV. E	OBS.	Respondido por: (Indicar apenas a função) Função: DIR, TES ou DGT _____

Apêndice IV - Apuramento dos Inquéritos

QUADRO 1	INSTITUIÇÕES																														TOTAIS	Distribuição percentual	Pré - teste	Distribuição percentual	
	N.º ordem	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	TESTE	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S					N
	CÓDIGO	I-01	I-02	I-03	I-04	I-05	I-06	I-07	I-08	I-09	I-10	I-11	I-12	I-13	I-14	I-15																			
	Respostas	3	3	3	3	3	N.R.	N.R.	3	3	N.R.	3	3	3	3	3																			
	Validadas	3	3	3	3	3	0	0	3	3	0	3	3	3	3	3																			
	Sim/Não	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S																			
1.1- Económico-Financeiro	1.1.1	3	0	1	2	1	2	3	0			2	2	1	1	3	0	2	1	3	0	2	1	25	10	69,4%	27,8%	3	0	100,0%	0,0%				
	1.1.2	3	0	1	2	1	0	3	0			2	3	0	2	1	3	0	2	1	3	0	2	1	22	14	61,1%	38,9%	2	1	66,7%	33,3%			
	1.1.3	3	0	1	2	1	3	0			2	3	0	2	1	3	0	0	2	1	3	0	2	1	28	7	77,8%	19,4%	3	0	100,0%	0,0%			
	1.1.3	3	0	2	1	2	3	0			2	1	0	3	0	0	0	3	0	2	1	3	0	2	1	29	7	80,6%	19,4%	3	0	100,0%	0,0%		
1.2-Recursos humanos	1.2.1	3	0	2	1	2	2	3	0			2	2	1	1	3	0	3	0	2	1	2	1	2	1	19	15	52,8%	41,7%	1	2	33,3%	66,7%		
	1.2.2	3	0	3	1	1	1	2	1			2	0	1	3	1	2	1	1	3	0	1	3	0	18	16	50,0%	44,4%	3	0	100,0%	0,0%			
	1.2.3	3	0	1	2	1	2	1	2			3	0	3	0	3	1	2	1	1	2	1	1	2	17	17	47,2%	47,2%	2	1	66,7%	33,3%			
	1.2.3	3	0	2	1	2	1	2	1			3	0	3	1	1	1	1	1	3	0	0	2	1	20	15	55,6%	41,7%	3	0	100,0%	0,0%			
1.3- Satisfação dos utentes/clientes	1.3.1	0	0	1	1	1	2	2	1			3	1	2	2	0	3	0	3	0	2	1	3	0	29	7	80,6%	19,4%	3	0	100,0%	0,0%			
	1.3.1	3	0	3	2	1	2	1			3	0	2	1	1	2	3	0	3	0	1	2	3	0	32	3	88,9%	8,3%	3	0	100,0%	0,0%			
	1.3.2	0	1	1	3	2	0	1			3	0	3	1	2	1	3	0	3	0	1	2	3	0	19	16	52,8%	44,4%	2	1	66,7%	33,3%			
	1.3.3	3	0	2	1	3	0	1			2	3	0	3	0	3	0	3	0	3	0	1	2	3	0	33	3	91,7%	8,3%	1	2	33,3%	66,7%		
1.4- Instalações	1.4.1	3	3	3	3	3	3	0			3	2	1	2	3	3	1								32	3	88,9%	8,3%	3	0	100,0%	0,0%			
	1.4.1	3	0	0	0	0	0			3	0	1		0	3	0	0	0	0	0	2			33	3	91,7%	8,3%	1	2	33,3%	66,7%				
	1.4.2	3	3	3	3	3	2	1			3	2	1	3	0	3	3	3	3	2	1			19	16	52,8%	44,4%	2	1	66,7%	33,3%				
	1.4.2	0	3	0	1	2	3	2			2	1	2	2	0	2	1	2	1	1	2			17	19	47,2%	52,8%	3	0	100,0%	0,0%				
1.5- Gestão/ Organização	1.5.1	3	1	1	1	1	3			3	3	3	1	1	1	1	2	1	2	1	2			21	13	58,3%	36,1%	3	0	100,0%	0,0%				
	1.5.1	0	0	0	0	0	0			0	0	0		1	1	0	0	0	1	0			3	0	8,3%	0,0%	2	0	66,7%	0,0%					
	1.5.2	0	3	2	0	3	2			0	3			1	2	1	0	0	1	3			3	0	8,3%	0,0%	2	0	66,7%	0,0%					
	1.5.3	3	1	1	1	1	3			3	3	3	1	1	1	1	2	1	1	2			3	0	8,3%	0,0%	2	0	66,7%	0,0%					
1.6- Outras causas	1.6.1	0	0	0	0	0	0			0	0	0		1	1	0	0	0	1	0			3	0	8,3%	0,0%	2	0	66,7%	0,0%					
1.6.1	0	0	0	0	0	0			0	0	0		0	1	0	0	0	0	1	0			3	0	8,3%	0,0%	2	0	66,7%	0,0%					
TOTAL		33	9	23	19	22	20	32	10			35	7	22	20	25	9	28	15	31	7	38	4	21	22	332	162	67,2%	32,8%						

Inquéritos
1.6.1 Não cumprimento das tabelas salariais
Não evolução nas carreiras dos colaboradores
Modelo de funcionamento das instituições
Equipamento obsoleto ou pouco

Pré-inquéritos
1.6.1 Carência de inovação

QUADRO 2	INSTITUIÇÕES																														TOTAIS		Distribuição		Pré - teste											
	N.º ordem	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15																														
	CÓDIGO	I-01	I-02	I-03	I-04	I-05	I-06	I-07	I-08	I-09	I-10	I-11	I-12	I-13	I-14	I-15																														
	Respostas	3	3	3	3	3	N.R.	N.R.	3	3	N.R.	3	3	3	3	3																														
Sintomas de perda de sustentabilidade	Validadas	3	3	3	3	3	0	0	3	3	0	3	3	3	3	3	36	36	percentual		P.T.																									
	Sim/Não	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N																									
Medidas para o aumento das receitas e/ou otimização das margens (resultados)	2.1	3	3	3	3	3			3	2		3	1	3	3	2	32	3	88,9%	3	0																									
	2.1	0	0	0	0	0			0	1		0	1	0	0	1	31	4	86,1%	3	0																									
	2.2	3	3	3	3	3			3	2		2	2	3	2		31	4	86,1%	3	0																									
	2.2	0	0	0	0	0			0	1		1	0	1	0	1	10	25	27,8%	1	2																									
	2.3	0	0	1	0	0			3	0		2	0	2	0	2	20	16	55,6%	2	1																									
	2.3	3	3	2	3	3			0	3		0	3	1	3	1	6	29	16,7%	1	2																									
	2.4	0	3	0	1	2			3	2		2	2	2	0	3	20	16	55,6%	2	1																									
	2.4	3	3	0	3	2	1		0	1		1	1	1	3	0	6	29	80,6%	1	2																									
	2.5	0	0	1	0	1			0	0		2	0	1	0	1	4	30	11,1%	3	0																									
	2.5	3	3	2	3	2			3	3		0	3	2	3	2	26	7	72,2%	3	0																									
	2.6	0	0	0	2	0			1	0		0	0	1	0	0	23	12	63,9%	3	0																									
	2.6	3	3	3	3	1	3		2	3		1	3	2	3	3	24	11	66,7%	3	0																									
(Aumentar o valor)	2.7	3	3	1	3	2			2	3		2	3	2	2	1	23	12	63,9%	3	0																									
	2.7	0	0	2	0	1			1	0		0	0	0	1	2	21	15	58,3%	2	0																									
	2.8	3	0	0	3	1			3	1		2	1	3	3	3	8	26	22,2%	1	2																									
	2.8	0	3	3	0	2			0	2		0	2	0	0	0	6	2	16,7%	1	1																									
Outras causas	2.9	3	2	0	2	1			3	3		1	1	3	3	2	24	11	66,7%	3	0																									
	2.9	0	1	3	1	2			0	0		1	2	0	0	1	21	15	58,3%	2	0																									
	2.10	3	2	1	2	2			3	3		1	2	1	1	1	8	26	22,2%	1	2																									
	2.10	0	1	2	1	1			0	0		2	2	2	2	2	6	2	16,7%	1	1																									
	2.11	2	0	1	0	1			2	0		0	0	1	0	1	8	26	22,2%	1	2																									
	2.11	1	3	2	3	2			1	3		2	2	2	3	2	6	2	16,7%	1	1																									
	2.12	0	0	0	0	1			0	0		0	2	1	2	0	6	2	5,6%																											
	2.12	0	0	0	0	0				0		1	0	0	0	1	2																													
TOTAL																	20	13	16	17	11	22	19	14	17	17		26	7	16	17		17	9	12	19	22	11	17	18	16	16	211	180	54,0%	46,0%

Inquéritos
2.12 Desenvolver parcerias com congéneres ou outras IPSS's
Revisão dos acordos de cooperação em função dos acréscimos salariais obrigatórios

QUADRO 3	INSTITUIÇÕES															TOTAIS	Distribuição percentual		Pré - teste				
	N.º ordem	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14						15		
	CÓDIGO	I-01	I-02	I-03	I-04	I-05	I-06	I-07	I-08	I-09	I-10	I-11	I-12	I-13	I-14						I-15		
	Respostas	3	3	3	3	3	N.R.	N.R.	3	3	N.R.	3	3	3	3						3		
Criação de valor	Validadas	3	3	3	3	3	0	0	3	3	0	3	3	3	3	3	36		3				
	Sim/Não	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	36					
Medidas para aumentar a eficácia dos ativos (bens da instituição) e/ou a eficácia da organização	3.1	0	1	1	2	2			3	2		1	1	2	3	2	20	14	55,6%	38,9%	2	1	
	3.1	3	2	2	1	1			0	1		1	2	0	0	1	16	17	44,4%	47,2%	2	1	
	3.2	0	3	0	1	2			1	2		1	2	1	2	2	9	24	25,0%	66,7%	1	2	
	3.3	3	3	2	2	3			2	3		1	1	0	3	1	12	22	33,3%	61,1%	3	0	
	3.4	0	3	2	0	2			2	3		0	3	2	3	2	30	5	83,3%	13,9%	2	1	
	3.5	3	1	3	3	1			3	3		2	3	2	3	3	21	15	58,3%	41,7%	2	1	
	3.6	0	3	2	0	1			2	3		3	2	2	2	1	22	14	61,1%	38,9%	2	1	
	3.6	3	0	1	3	2			1	0		0	1	1	1	2	24	12	66,7%	33,3%	2	1	
	3.7	0	0	2	0	3			3	3		3	3	2	0	3	15	20	41,7%	55,6%	2	1	
	3.7	3	3	1	3	0			0	0		0	0	1	3	0	0	2		0,0%	5,6%	1	0
Aumentar o valor	3.8	0	2	3	1	3			3	3		3	3	1	0	2	15	20	41,7%	55,6%	2	1	
	3.8	3	1	0	2	0			0	0		0	0	2	3	1	0	2					
Outras causas	3.9	0	2	1	1	2			3	3		1	1	1	0	0	0	2					
	3.9	3	1	2	2	1			0	0		1	2	2	3	3	0	2					
	3.10	0	0	0	0	0			0	0		0	0	0	0	0	0	2					
	3.10	0	0	0	0	0			0	0		1	0	0	0	1	0	2					
TOTAL		6	21	12	15	16	11	13	14	14	13			18	6	18	9	169	145	53,8%	46,2%		

3.10- Outras causas

- 1- Ações de motivação do pessoal envolvendo-o no planejamento dessas ações
- 2- Plano estratégico e Planejamento de implantação das ações

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

QUADRO 4	INSTITUIÇÕES															TOTAIS	Distribuição	Pré - teste				
	N.º ordem	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14				15			
	CÓDIGO	I-01	I-02	I-03	I-04	I-05	I-06	I-07	I-08	I-09	I-10	I-11	I-12	I-13	I-14			I-15	P.T			
	Respostas	3	3	3	3	3	N.R.	N.R.	3	3	N.R.	3	3	3	3			3	3			
	Validadas	3	3	3	3	3	0	0	2	3	0	3	3	3	3			3	3			
Questões éticas	Sim/Não	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N			
		S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N			
4.1-Área do pessoal	4.1.1	0	0	0	0	0			2	0		0	0	0	0	0	2	32	5,7%	2	1	
	4.1.1	3	3	3	3	3			0	3		2	3	3	3	3			91,4%			
	4.1.2	1	0	0	0	0			2	0		0	0	0	0	0	3	31	8,6%	2	1	
	4.1.2	2	3	3	3	3			0	3		2	3	3	3	3			88,6%			
	4.1.3	0	0	0	0	0			0	0		0	0	0	0	0	0	30	0,0%	1	2	
	4.1.3	0	3	3	3	3			2	3		2	3	2	3	3			85,7%			
4.2-Refeitórios	4.2.1	3	0	0	1	1			0	0		0	0	0	0	0	5	28	14,3%	2	1	
	4.2.1	0	3	3	2	2			1	3		2	3	3	3	3			80,0%			
4.3- Atividades de lazer, cultura	4.3.1	0	0	0	1	1			1	0		1	0	0	2	1	7	27	20,0%	2	1	
	4.3.1	3	3	3	2	2			1	3		2	3	2	1	2			77,1%			
	4.4.1	1	0	0	2	0			0	0		0	0	0	0	1	4	27	11,4%	3	0	
	4.4.1	2	3	3	1	3			2	3		2	3	0	3	2			77,1%			
	4.5	0	0	0	0	0			0	0		0	0	0	0	0	0	6	0,0%	0	0	
	4.5	0	0	0	0	0			0	0		0	0	3	3	0			17,1%			
TOTAL		5	10	0	18	4	14	2	16			5	6	18	1	12	18	16	2	19	2	16
																		21	181	10,4%	89,6%	

QUADRO 5	INSTITUIÇÕES																														TOTAIS	Distribuição percentual	Pré - teste P.T.
	N.º ordem	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15																	
	CÓDIGO	I-01	I-02	I-03	I-04	I-05	I-06	I-07	I-08	I-09	I-10	I-11	I-12	I-13	I-14	I-15																	
	Respostas	3	3	3	3	3	N.R.	N.R.	3	3	N.R.	3	3	3	3	3																	
	Validadas	3	2	3	3	3	0	0	3	2	0	3	3	3	3	3																	
Sim/Não	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N							
Recomendações	5.1	3	0	1	0	2			3	1		2	0	3	1	3	1		17	16	50,0%		2										
	5.1	0	2	2	3	1			0	1		0	3	2	0	2		32	1	94,1%	2,9%	3	0		1								
	5.2	3	2	0	3	0			2	1		2	0	3	0	3	0	30	3	88,2%		3	0										
	5.3	0	0	1	0	1			3	0		0	0	0	0	0	1	20	3	58,8%	8,8%	3	0										
	5.4	0	2	2	2	2			1	1		2	2	3	2	1		14	12	58,8%	35,3%	3	0										
	5.5	3	1	0	3	1			1	2		0	2	1	1	1	2	20	18	41,2%	52,9%	2	1										
	5.6	0	1	3	1	2			2	1		1	2	2	2	2	2	28	12	58,8%	35,3%	3	0										
	5.7	3	2	1	3	1			0	1		2	2	2	1	1	2	21	4	82,4%	11,8%	3	0										
	5.8	0	0	2	0	2			2	0		0	3	2	0	3	0	25	10	61,8%	29,4%	2	1										
	5.9	3	2	2	3	1			3	1		1	2	2	2	3		7	19	73,5%	20,6%	3	0										
Outros	5.10	2	0	0	0	1			3	0		1	1	3	2	1		14	1	41,2%		1	2										
	5.10	1	2	3	3	2			0	2		1	2	0	1	2		1	0	55,9%		1	2										
	5.11	0	0	0	0	0			0	0		0	1	0	0	0		0	0	2,9%	0,0%	1	0										
5.11	0	0	0	0	0			0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0,0%													
TOTAL		26	4	14	5	15	15	21	9	16	14			19	9	12	8		222	102	68,5%		31,5%										

Inquéritos

5.11 Acerto anual dos acordos em função dos vencimentos

Pré inquéritos

5.11 Envolver o pessoal em campanha de recolha de ideias, com prémio de incentivo para as três melhores ideias que sejam exequíveis e financeiramente suportáveis

APÊNDICE V -CRONOGRAMA

CRONOGRAMA PREVISÃO													Edição D	
Fases		2018		2019										Horas/ fase
		Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
E-1	Escolha do tema	███ 22												22
E-2	Objetivos do estudo	███ 22												22
E-3	Revisão da literatura e enquadramento teórico	███ 22	███ 22	███ 22	███ 16									81
E-4	Preparação dos instrumentos para a recolha de dados		███ 22	███ 22	███ 16									60
E-5	Pré-teste e aplicação do instrumento de recolha de dados				███ 16	███ 22								38
E-6	Levantamento de dados e respetivo tratamento					███ 22	███ 33	███ 33	███ 22					108
E-7	Interpretação dos dados e elaboração das conclusões								███ 22	███ 33	███ 33	███ 33	███ 33	152
E-8	Redação da dissertação de mestrado e preparação para apresentação		███ 22	███ 22	███ 16	███ 22	███ 33	███ 33	███ 22	███ 33	███ 33	███ 33	███ 33	298
Horas por mês e total		65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	780
Horas totais acumuladas		65	130	195	260	325	390	455	520	585	650	715	780	

CRONOGRAMA REALIZAÇÃO													EDIÇÃO C				
Fases		2018		2019										Horas/fase		Dif.ª	
		Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Realiz.	Previsão	R-P
E-1	Escolha do tema	███ 10													10	22	-12
E-2	Objetivos do estudo	███ 13	███ 21												34	22	12
E-3	Revisão da literatura e enquadramento teórico	███ 12	███ 34	███ 21	███ 17	███ 20	███ 27	███ 26							157	81	76
E-4	Preparação dos instrumentos para a recolha de dados		███ 12	███ 13	███ 16	███ 15	███ 12	███ 19							87	60	27
E-5	Pré-teste e aplicação do instrumento de recolha de dados				███ 20	███ 19	███ 18								57	38	19
E-6	Levantamento de dados e respetivo tratamento					███ 21	███ 24	███ 36	███ 60	███ 85	███ 92	███ 34			352	108	244
E-7	Interpretação dos dados e elaboração das conclusões								███ 24	███ 33	███ 36	███ 0	███ 36		129	152	-23
E-8	Redação da dissertação de mestrado e preparação para apresentação					███ 14	███ 20	███ 22	███ 26	███ 30	███ 28	███ 88	███ 210	███ 325	763	298	465
Horas por mês e total		35	46	34	53	89	101	103	110	148	156	122	246	325	1568	780	788
Horas totais acumuladas		35	81	115	168	257	358	461	571	719	875	997	1243	1568			
Realização - Previsão		-30	-19	-31	-12	24	36	38	45	83	91	57	181	325			

ANEXOS

Anexo I - Balanços E demonstrações de Resultados Das 14 Instituições De Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL		INSTITUIÇÕES					
BALANÇO		A			B		
		2018	2017	2016	2018	2017	2016
Ativo não corrente							
Ativos fixos tangíveis		354 089,27	338 402,67	301 586,00	1 958 537,88	1 940 957,29	1 997 460,61
Ativos intangíveis		1 501,81	98,66	183,00	779,04	4 039,26	471,26
Outros créditos e ativos não correntes		860,45	599,15	281,00	4 946,23	-	-
Total Ativo não corrente		356 451,53	339 100,48	302 050,00	1 964 263,15	1 944 996,55	1 997 931,87
Ativo corrente							
Inventários		-	-	-	166,00	361,00	-
Créditos a receber /Clientes		244,43	350,80	275,00	56 240,53	43 707,76	28 426,68
Outras contas a receber		-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos		801,13	5 200,85	1 853,00	2 192,73	2 793,12	-
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados		-	-	12,00	10 016,78	7 878,64	-
Diferimentos		1 249,90	820,50	784,00	1 981,04	14 650,67	937,00
Outros ativos correntes		34 888,52	18 617,66	15 342,00	116 669,75	80 529,98	8 497,27
Caixa e depósitos bancários		157 058,76	172 076,07	152 250,00	268 931,24	349 354,21	277 934,21
Total Ativo corrente		194 242,74	197 065,88	170 516,00	456 198,07	499 275,38	315 795,16
Total do ativo		550 694,27	536 166,36	472 566,00	2 420 461,22	2 444 271,93	2 313 727,03
Fundos patrimoniais							
Fundos		-	-	-	58 283,34	58 283,34	58 283,34
Reservas		-	-	-	392,30	392,30	392,30
Resultados transitados		174 703,18	167 413,07	155 677,00	415 728,23	317 972,27	199 784,94
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-
Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais		313 705,69	254 942,48	268 858,00	1 583 884,90	1 629 380,64	1 694 977,81
Resultado líquido do período		27 997,48	19 875,26	10 628,00	51 909,97	102 366,26	24 983,56
Total dos fundos patrimoniais		516 406,35	442 230,81	435 163,00	2 110 198,74	2 108 394,81	1 978 421,95
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos		-	-	-	73 496,57	81 186,41	96 026,25
Provisões		-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a pagar		-	-	-	-	-	-
Passivo corrente							
Fornecedores		1 815,10	3 585,92	1 773,00	20 201,93	36 718,32	35 091,97
Adiantamentos de clientes e utentes		-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos		4 913,62	3 727,17	3 201,00	29 608,69	34 038,23	27 351,44
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados		-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos		-	-	-	7 691,14	7 510,52	-
Diferimentos		-	2 000,00	1 250,00	179 264,15	-	-
Outros passivos correntes		27 559,20	84 622,46	31 179,00	-	176 423,64	176 835,42
Total do passivo		34 287,92	93 935,55	37 403,00	236 765,91	254 690,71	239 278,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		550 694,27	536 166,36	472 566,00	2 420 461,22	2 444 271,93	2 313 727,03

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		A			B		
		2018	2017	2016	2018	2017	2016
Vendas e Serviços prestados		10 539,09	8 175,57	7 341,00	211 009,25	226 182,05	190 285,57
Subsídios à exploração		205 877,59	200 827,83	172 136,00	1 436 514,36	1 383 081,43	1 265 728,59
Trabalhos para a própria entidade		-	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 1 968,98	- 1 325,84	- 7 405,00	- 8 728,39	- 8 687,11	- 6 222,90
Fornecimentos e serviços externos		- 35 252,78	- 36 703,47	- 28 542,00	- 316 717,80	- 326 761,85	- 262 052,63
Gastos com o pessoal		- 191 671,57	- 193 570,26	- 169 616,00	- 1 194 955,12	- 1 161 842,73	- 1 168 780,10
Imparidades de dívidas a receber/Reversões		-	-	-	-	-	-
Provisões (Aumentos/Reduções)		-	-	-	-	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor		-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos		65 541,05	64 609,87	61 181,00	123 351,72	173 997,63	102 956,62
Outros gastos e perdas		- 1 604,19	- 1 112,76	- 3 096,00	- 107 654,87	- 91 974,80	- 11 337,59
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		51 460,21	40 900,94	31 999,00	142 819,15	193 994,62	110 577,56
Imputações de subsídios para investimentos e compensação de doações		-	-	-	-	-	-
Gastos/reversões de depreciações e amortizações		- 23 809,16	- 22 140,43	- 23 599,00	- 88 841,89	- 89 358,61	- 82 325,06
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27 651,05	18 760,51	8 400,00	53 977,26	104 636,01	28 252,50
Juros e rendimentos similares obtidos		346,43	1 114,75	2 228,00	-	-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-	-	- 2 067,29	- 2 269,75	- 3 268,94
Resultados antes de impostos		27 997,48	19 875,26	10 628,00	51 909,97	102 366,26	24 983,56
Imposto sobre rendimento		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período		27 997,48	19 875,26	10 628,00	51 909,97	102 366,26	24 983,56
Respostas validadas		3			3		

[illegible]

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
	E			F		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
BALANÇO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	1 567 512,64	1 594 192,41	1 630 362,19			
Ativos intangíveis	-	-	-			
Outros créditos e ativos não correntes	-	-	-			
Total Ativo não corrente	1 567 512,64	1 594 192,41	1 630 362,19			
Ativo corrente						
Inventários	795,21	729,36	762,73			
Créditos a receber /Clientes	9 385,98	7 261,99	2 475,25			
Outras contas a receber	-	-	-			
Estado e outros entes públicos	3 770,24	6 098,34	6 098,34			
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	-	-	-			
Diferimentos	-	-	-			
Outros ativos correntes	5 668,67	7 611,66	6 238,19			
Caixa e depósitos bancários	560 002,58	540 610,58	560 979,70			
Total Ativo corrente	579 622,68	562 311,93	576 554,21			
Total do ativo	2 147 135,32	2 156 504,34	2 206 916,40			
Fundos patrimoniais						
Fundos	5 839,68	5 839,68	5 839,68			
Reservas	-	-	-			
Resultados transitados	1 093 355,02	1 087 516,17	1 020 175,14			
Excedentes de revalorização	-	-	-			
Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais	778 258,25	805 712,90	833 167,55			
Resultado líquido do período	36 208,45	5 838,85	67 341,03			
Total dos fundos patrimoniais	1 913 661,40	1 904 907,60	1 926 523,40			
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	-	37 723,80	71 646,79			
Provisões	-	-	-			
Outras dívidas a pagar	-	-	-			
Passivo corrente						
Fornecedores	49 092,99	29 647,44	35 745,45			
Adiantamentos de clientes e utentes	-	-	-			
Estado e outros entes públicos	39 566,65	41 326,04	35 591,75			
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	-	-	-			
Financiamentos obtidos	2 937,87	-	-			
Diferimentos	-	-	-			
Outros passivos correntes	141 876,41	142 899,46	137 409,01			
Passivo corrente	233 473,92	213 872,94	208 746,21			
Total do passivo	233 473,92	251 596,74	280 393,00			
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	2 147 135,32	2 156 504,34	2 206 916,40			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	E			F		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Vendas e Serviços prestados	107 708,28	110 895,46	92 244,83			
Subsídios à exploração	1 102 177,90	1 049 559,39	1 108 382,60			
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 39 965,39	- 37 077,14	- 39 018,79			
Fornecimentos e serviços externos	- 243 045,14	- 241 741,55	- 283 934,37			
Gastos com o pessoal	- 924 356,39	- 908 925,97	- 806 420,32			
Imparidades de dívidas a receber/Reversões	-	-	-			
Provisões /Aumentos/Reduções)	-	-	-			
Aumentos/Reduções de justo valor	-	-	-			
Outros rendimentos	124 754,28	129 397,62	114 415,37			
Outros gastos e perdas	- 40 794,69	- 35 835,74	- 46 997,45			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	86 478,85	66 272,07	138 671,87			
Imputações de subsídios para investimentos e compensação de doações	-	-	-			
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	- 51 346,99	- 58 551,20	- 66 686,84			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	35 131,86	7 720,87	71 985,03			
Juros e rendimentos similares obtidos	2 483,00	607,92	609,88			
Juros e gastos similares suportados	- 1 406,41	- 2 489,94	- 5 253,88			
Resultados antes de impostos	36 208,45	5 838,85	67 341,03			
Imposto sobre rendimento	-	-	-			
Resultado líquido do período	36 208,45	5 838,85	67 341,03			
Respostas validadas	3	0				

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
	J			K		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
BALANÇO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	2 856 156,64	3 159 627,50	3 494 277,00	2 304 528,07	2 360 040,81	2 365 190,06
Ativos intangíveis	213 513,15	217 063,05	220 358,25	1 238,10	8 220,31	28 404,35
Outros créditos e ativos não correntes	26 592,48	22 594,58	18 855,60	404 019,83	402 829,04	471 591,80
Total Ativo não corrente	3 096 262,27	3 399 285,13	3 733 490,85	2 709 786,00	2 771 090,16	2 865 186,21
Ativo corrente						
Inventários	20 724,00	23 720,36	27 476,14	653,45	368,34	5 458,66
Créditos a receber /Clientes	5 257 146,49	197 840,55	169 544,27	5 227,20	4 053,21	4 361,38
Outras contas a receber		-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	7 861,80	26 779,16	30 129,41	5 180,10	8 832,99	11 440,42
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	7 717,70	15 430,52	28 442,50	12 334,50	13 265,00	10 877,00
Diferimentos	17 636,35	17 297,52	6 496,23	10 644,94	10 348,93	11 457,55
Outros ativos correntes	311 146,18	272 594,49	709 265,95	2 172 630,38	94 044,01	151 278,95
Caixa e depósitos bancários	595 281,70	595 594,41	498 000,97	581 975,69	488 186,00	389 598,18
Total Ativo corrente	6 217 514,22	1 149 257,01	1 469 355,47	2 788 646,26	619 098,48	584 472,14
Total do ativo	9 313 776,49	4 548 542,14	5 202 846,32	5 498 432,26	3 390 188,64	3 449 658,35
Fundos patrimoniais						
Fundos	246 000,11	246 000,11	246 000,11	61 785,03	61 785,03	61 785,03
Reservas	50 000,00	50 000,00	50 000,00	130 000,00	130 000,00	130 000,00
Resultados transitados	353 633,87	756 445,61	1 316 030,64	1 530 169,81	1 601 791,35	1 634 101,16
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-
Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais	2 210 050,94	2 363 967,34	2 592 703,44	1 156 534,63	1 174 457,09	1 189 317,45
Resultado líquido do período	- 433 492,56	- 270 711,47	- 438 027,42	6 155,78	- 40 766,31	- 32 309,81
Total dos fundos patrimoniais	2 426 192,36	3 145 701,59	3 766 706,77	2 884 645,25	2 927 267,16	2 982 893,83
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	-	748,93	29 940,09	-	10 836,50	22 974,55
Provisões	-	-	-	29 196,61	-	-
Outras dívidas a pagar	-	-	-	13 629,08	-	-
Passivo corrente						
Fornecedores	256 118,06	179 035,64	191 968,95	55 693,47	67 605,95	48 401,49
Adiantamentos de clientes e utentes		-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	218 568,01	222 094,52	194 731,14	44 793,48	44 630,87	42 484,65
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	5 517,70	11 500,52	23 050,00	-	-	-
Financiamentos obtidos	427 749,21	35 740,54	261 586,22	-	-	-
Diferimentos	5 053 373,89	107 904,79	4 771,59	2 079 961,56	13 582,36	57 524,66
Outros passivos correntes	926 257,26	845 815,61	730 091,56	390 512,81	326 265,80	295 379,17
Passivo corrente	6 887 584,13	1 402 091,62	1 406 199,46	2 570 961,32	452 084,98	443 789,97
Total do passivo	6 887 584,13	1 402 840,55	1 436 139,55	2 613 787,01	462 921,48	466 764,52
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	9 313 776,49	4 548 542,14	5 202 846,32	5 498 432,26	3 390 188,64	3 449 658,35

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	J			K		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Vendas e Serviços prestados	338 064,08	351 348,97	350 978,75	282 948,50	253 003,01	233 958,11
Subsídios à exploração	6 592 318,79	6 463 454,75	6 351 975,43	2 434 840,12	2 356 708,83	2 281 840,63
Trabalhos para a própria entidade	29 035,67	35 980,47	28 695,42	-	344,81	621,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 325 122,47	- 335 974,23	- 304 278,82	- 2 083,03	- 42 914,33	- 67 003,96
Fornecimentos e serviços externos	- 1 607 448,45	- 1 638 557,50	- 1 925 980,64	- 571 740,19	- 464 626,63	- 391 753,68
Gastos com o pessoal	- 4 892 475,08	- 4 580 531,31	- 4 163 292,49	- 1 798 573,94	- 1 856 720,30	- 1 817 441,94
Imparidades de dívidas a receber/Reversões		-	-	-	-	-
Provisões /Aumentos/Reduções)		-	-	29 196,61	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor		-	-	228,62	-	-
Outros rendimentos	632 624,45	581 079,67	534 136,35	101 381,69	84 431,90	95 541,31
Outros gastos e perdas	- 810 300,36	- 710 729,08	- 845 443,95	- 265 547,37	- 217 077,31	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	- 43 303,37	166 071,74	26 790,05	152 257,79	113 149,98	335 762,04
Imputações de subsídios para investimentos e compensação de doações						
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	- 388 332,40	- 430 650,53	- 461 850,69	- 148 327,60	- 154 528,30	- 140 053,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	- 431 635,77	- 264 578,79	- 435 060,64	3 930,19	- 41 378,32	195 708,37
Juros e rendimentos similares obtidos	0	2 033,33	2 387,13	4 236,10	0,02	2 561,31
Juros e gastos similares suportados	- 1 856,79	- 8 166,01	- 5 353,91	-	1 185,76	- 1,86
Resultados antes de impostos	- 433 492,56	- 270 711,47	- 438 027,42	8 166,29	- 40 192,58	198 267,82
Imposto sobre rendimento	-	-	-	2 010,51	573,73	636,83
Resultado líquido do período	- 433 492,56	- 270 711,47	- 438 027,42	6 155,78	- 40 766,31	197 630,99
Respostas validadas	3	3	3	3	3	3

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
	L			M		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
BALANÇO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	5 293 483,50	5 271 024,70	5 370 700,51	310 501,38	327 563,68	318 328,53
Ativos intangíveis	-	-	-	1 186,94	769,22	465,86
Outros créditos e ativos não correntes	22 337,01	17 503,34	13 527,85	-	-	-
Total Ativo não corrente	5 315 820,51	5 288 528,04	5 384 228,36	311 688,32	328 332,90	318 794,39
Ativo corrente						
Inventários	103,27	169,17	135,51	-	-	-
Créditos a receber /Clientes	62 488,97	53 115,23	60 944,95	2 189,20	3 304,56	1 384,38
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	37 557,21	15 109,97	33 763,86	-	-	-
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	-	-	-	4 215,45	736,53	782,86
Diferimentos	16 531,81	13 473,36	13 852,79	-	-	-
Outros ativos correntes	419 737,75	286 593,89	220 751,66	295,00	5 011,52	3 008,00
Caixa e depósitos bancários	61 386,70	9 664,62	79 943,52	421,49	11 352,65	1 153,27
Total Ativo corrente	597 805,71	378 126,24	409 392,29	7 121,14	20 405,26	6 328,51
Total do ativo	5 913 626,22	5 666 654,28	5 793 620,65	318 809,46	348 738,16	325 122,90
Fundos patrimoniais						
Fundos	98 693,17	98 693,17	98 693,17	5 473,23	5 473,23	5 473,23
Reservas	50 000,00	50 000,00	50 000,00	-	-	-
Resultados transitados	369 569,04	381 686,00	411 064,00	55 863,22	53 579,09	85 243,63
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais	4 057 065,28	4 140 048,24	4 191 874,02	14 995,10	19 993,47	-
Resultado líquido do período	2 478,54	21 649,76	25 891,37	14 676,59	2 284,13	18 663,29
Total dos fundos patrimoniais	4 577 806,03	4 692 077,17	4 725 739,82	91 008,14	81 329,92	72 053,57
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	105 101,93	31 336,65	49 219,47	160 796,30	167 676,59	174 395,38
Provisões	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a pagar	-	-	-	-	-	-
Passivo corrente						
Fornecedores	121 199,25	85 338,55	102 634,73	11 916,87	7 940,20	14 314,10
Adiantamentos de clientes e utentes	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	166 883,95	86 688,14	82 136,22	7 841,85	7 385,72	8 794,08
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	213 428,72	87 792,06	74 369,60	8 657,93	6 712,31	13 214,52
Diferimentos	82 247,76	93 848,60	183 330,79	-	37 000,00	-
Outros passivos correntes	646 958,58	589 573,11	576 190,02	38 588,37	40 693,42	42 351,25
Passivo corrente	1 230 718,26	943 240,46	1 018 661,36	67 005,02	99 731,65	78 673,95
Total do passivo	1 335 820,19	974 577,11	1 067 880,83	227 801,32	267 408,24	253 069,33
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	5 913 626,22	5 666 654,28	5 793 620,65	318 809,46	348 738,16	325 122,90

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	L			M		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Vendas e Serviços prestados	406 638,76	390 976,29	400 987,68	46 127,08	41 529,56	45 806,31
Subsídios à exploração	4 196 026,29	4 108 431,60	3 865 984,69	328 044,67	255 664,81	238 802,87
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 17 713,46	- 14 441,86	- 18 370,28	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	- 1 028 493,53	- 1 082 161,60	- 1 001 707,79	- 73 747,28	- 90 369,07	- 74 689,55
Gastos com o pessoal	- 3 628 022,41	- 3 407 597,26	- 3 338 676,55	- 300 253,59	- 287 548,11	- 307 901,31
Imparidades de dívidas a receber/Reversões	1 378,71	- 23 025,71	- 6 047,70	-	-	-
Provisões /Aumentos/Reduções	-	-	-	-	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	-	-	- 450,78	-	-	-
Outros rendimentos	259 505,47	237 304,96	240 879,96	40 041,54	110 120,68	87 354,60
Outros gastos e perdas	- 9 682,59	- 29 376,48	- 6 883,78	- 1 103,44	- 2 701,14	- 3 067,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	179 637,24	180 109,94	135 715,45	39 108,98	26 696,73	- 13 694,94
Imputações de subsídios para investimentos e compensação de doações	-	-	-	-	-	-
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	- 170 424,77	- 154 887,22	- 155 247,83	- 20 226,55	- 20 118,12	- 13 143,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	9 212,47	25 222,72	- 19 532,38	18 882,43	6 578,61	- 26 838,28
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	- 6 733,93	- 3 572,69	- 6 358,99	- 4 205,84	- 4 294,48	- 4 826,26
Resultados antes de impostos	2 478,54	21 650,03	- 25 891,37	14 676,59	2 284,13	- 31 664,54
Imposto sobre rendimento	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	2 478,54	21 650,03	- 25 891,37	14 676,59	2 284,13	- 31 664,54
Respostas validadas	3	3	3	3	3	3

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
	N			P		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
BALANÇO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	1 861 094,15	1 947 487,02	2 039 138,86	490 814,00	497 563,87	487 798,05
Ativos intangíveis	123 456,30	126 705,15	129 954,00	619,63	0,01	98,96
Outros créditos e ativos não correntes	5 685,52	4 675,04	4 518,50	2 072,24	1 717,86	1 332,35
Total Ativo não corrente	1 990 235,97	2 078 867,21	2 173 611,36	493 505,87	499 281,74	489 229,36
Ativo corrente						
Inventários	103,24	61,19	-	-	-	-
Créditos a receber /Clientes	248,75	376,25	320,00	5 016,58	4 920,43	10 838,71
Outras contas a receber	49 337,32	15 050,07	7 963,75	-	-	-
Estado e outros entes públicos	6 307,36	5 974,00	6 726,32	-	-	-
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	150,00	72,00	72,00	-	-	-
Diferimentos	2 779,46	1 810,38	3 095,05	923,11	1 685,40	759,88
Outros ativos correntes	-	-	-	14 141,00	15 873,54	8 190,11
Caixa e depósitos bancários	223 464,78	2 372,45	30 463,87	615 969,87	65 785,36	62 569,87
Total Ativo corrente	282 390,91	25 716,34	48 640,99	636 050,56	88 264,73	82 358,57
Total do ativo	2 272 626,88	2 104 583,55	2 222 252,35	1 129 556,43	587 546,47	571 587,93
Fundos patrimoniais						
Fundos	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	- 1 103,32	4 644,51	15 864,32	88 463,85	81 230,33	109 983,35
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais	1 558 566,84	1 612 288,22	1 674 911,65	919 498,34	378 180,32	364 910,76
Resultado líquido do período	28 951,50	- 5 747,83	- 11 219,81	7 084,59	519,66	- 22 203,49
Total dos fundos patrimoniais	1 586 415,02	1 611 184,90	1 679 556,16	1 015 046,78	459 930,31	452 690,62
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	233 010,91	196 826,82	253 384,63	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a pagar	-	-	-	-	-	-
Passivo corrente						
Fornecedores	41 480,17	55 175,77	47 080,17	-	17 387,40	13 272,11
Adiantamentos de clientes e utentes	-	-	-	16 189,48	-	-
Estado e outros entes públicos	46 391,56	43 907,07	44 732,16	23 628,41	24 646,95	22 770,15
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	58 644,98	64 355,62	60 256,10	-	-	-
Diferimentos	27 997,40	-	-	-	-	-
Outros passivos correntes	278 686,84	133 133,37	137 243,13	74 691,76	85 581,81	82 855,05
Passivo corrente	453 200,95	296 571,83	289 311,56	114 509,65	127 616,16	118 897,31
Total do passivo	686 211,86	493 398,65	542 696,19	114 509,65	127 616,16	118 897,31
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	2 272 626,88	2 104 583,55	2 222 252,35	1 129 556,43	587 546,47	571 587,93

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	N			P		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Vendas e Serviços prestados	170 417,70	166 087,61	169 261,50	69 524,08	66 840,20	68 740,07
Subsídios à exploração	1 523 612,77	1 400 811,63	1 363 452,84	646 587,03	637 942,06	590 899,12
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 5 218,80	- 3 960,10	- 5 333,08	- 18 439,19	- 19 220,22	- 21 452,37
Fornecimentos e serviços externos	- 385 142,69	- 364 078,83	- 418 148,83	- 120 692,48	- 132 494,31	- 106 389,87
Gastos com o pessoal	- 1 137 592,46	- 1 080 882,03	- 994 726,38	- 564 597,99	- 552 752,33	- 539 986,60
Imparidades de dívidas a receber/Reversões	-	-	-	-	-	-
Provisões /Aumentos/Reduções)	-	-	-	-	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	8,27	12,91	1,31	-	-	-
Outros rendimentos	30 296,94	29 949,44	6 334,89	25 816,51	26 756,07	13 035,22
Outros gastos e perdas	- 105 016,86	- 91 926,61	- 72 952,31	- 3 610,82	- 1 356,62	- 5 512,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	91 364,87	56 014,02	47 889,94	34 587,14	25 714,85	- 667,31
Imputações de subsídios para investimentos e compensação de doações	84 126,37	81 498,92	78 101,88	-	-	-
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	- 139 425,21	- 135 996,15	- 128 310,74	- 27 502,30	- 25 192,06	- 21 535,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	36 066,03	1 516,79	- 2 318,92	7 084,84	522,79	- 22 202,98
Juros e rendimentos similares obtidos	1,95	-	0,47	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	- 7 012,69	- 6 768,90	- 8 901,36	- 0,25	- 3,13	- 0,51
Resultados antes de impostos	29 055,29	5 252,11	- 11 219,81	7 084,59	519,66	- 22 203,49
Imposto sobre rendimento	- 103,79	- 495,72	-	-	-	-
Resultado líquido do período	28 951,50	- 5 747,83	- 11 219,81	7 084,59	519,66	- 22 203,49
Respostas validadas	3			3		

Virgínia Maria Lima Veiga / Sustentabilidade Económico-Financeira
das IPSS de Paralisia Cerebral

IPSS - PARALISIA CEREBRAL	INSTITUIÇÕES					
	Q			R		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
BALANÇO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	248 630,34	153 725,38	148 813,98	4 330 446,68	4 444 088,95	4 556 805,46
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros créditos e ativos não correntes	2 899,03	2 136,43	1 316,30	2 539,24	2 309,42	2 138,55
Total Ativo não corrente	251 529,37	155 861,81	150 130,28	4 332 985,92	4 446 398,37	4 558 944,01
Ativo corrente						
Inventários	827,06	1 027,06	1 281,96	-	-	-
Créditos a receber /Clientes	100,35	260,00	5 391,36	730,00	1 663,17	2 808,16
Outras contas a receber	-	-	-	181 897,84	4 444,19	4 813,12
Estado e outros entes públicos	-	-	137,77	-	0,29	686,10
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	1 230,50	1 194,50	-	-	-	-
Diferimentos	49 697,20	59 120,30	66 795,54	14 342,49	4 755,76	5 715,79
Outros ativos correntes	324,86	20 498,88	20 178,88	25 587,24	25 603,33	25 603,33
Caixa e depósitos bancários	1 819 539,20	1 714 784,25	1 537 988,10	352 455,32	480 689,37	471 709,05
Total Ativo corrente	1 871 719,17	1 796 884,99	1 631 773,61	575 012,89	517 156,11	511 335,55
Total do ativo	2 123 248,54	1 952 746,80	1 781 903,89	4 907 998,81	4 963 554,48	5 070 279,56
Fundos patrimoniais						
Fundos	32 001,78	32 001,78	32 001,78	-	-	-
Reservas	-	-	-	516 868,94	516 868,94	516 868,94
Resultados transitados	1 776 988,42	1 608 851,65	1 440 881,25	- 348 023,50	- 306 507,15	- 155 864,09
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais	23 611,14	28 333,36	33 055,58	4 400 604,66	4 479 540,59	4 565 183,79
Resultado líquido do período	168 671,14	168 136,77	167 970,40	- 5 748,50	- 41 516,35	- 150 643,06
Total dos fundos patrimoniais	2 001 272,48	1 837 323,56	1 673 909,01	4 563 701,60	4 648 386,03	4 775 545,58
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a pagar	-	-	-	-	-	-
Passivo corrente						
Fornecedores	8 471,24	5 129,57	4 913,40	24 554,83	16 426,64	30 102,33
Adiantamentos de clientes e utentes	-	-	-	75,00	75,00	-
Estado e outros entes públicos	18 100,54	16 324,25	17 023,06	49 210,20	45 257,21	43 145,61
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos correntes	95 404,28	93 969,42	86 058,42	270 457,18	253 409,60	221 486,04
Passivo corrente	121 976,06	115 423,24	107 994,88	344 297,21	315 168,45	294 733,98
Total do passivo	121 976,06	115 423,24	107 994,88	344 297,21	315 168,45	294 733,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	2 123 248,54	1 952 746,80	1 781 903,89	4 907 998,81	4 963 554,48	5 070 279,56

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Q			R		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Vendas e Serviços prestados	37 719,41	41 947,17	41 967,10	270 146,37	250 188,26	236 567,38
Subsídios à exploração	950 668,96	934 812,77	922 523,41	1 111 826,04	1 044 154,40	914 814,16
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 1 555,32	- 1 999,33	- 2 489,05	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	- 168 390,52	- 157 020,89	- 136 856,97	- 268 954,26	- 235 756,89	- 245 674,18
Gastos com o pessoal	- 700 815,46	- 671 108,40	- 689 643,54	- 1 136 450,69	- 1 106 811,89	- 1 063 406,57
Imparidades de dívidas a receber/Reversões	-	-	- 1 170,50	-	-	-
Provisões /Aumentos/Reduções)	-	-	-	-	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos	45 703,94	21 449,84	28 257,29	134 380,23	125 276,28	134 019,45
Outros gastos e perdas	- 1 476,99	-	- 1 385,56	- 3 053,92	- 3 790,00	- 6 610,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	161 854,02	168 081,16	161 202,18	107 893,77	73 260,16	- 30 290,27
Imputações de subsídios para investimentos e compensação de doações	-	-	-	-	-	-
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	- 2 141,74	- 2 894,71	- 6 192,21	- 113 642,27	- 114 776,51	- 120 352,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	159 712,28	165 186,45	155 009,97	- 5 748,50	- 41 516,35	- 150 643,06
Juros e rendimentos similares obtidos	8 968,74	9 249,62	12 960,43	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	- 9,88	- 2,54	-	-	-	-
Resultados antes de impostos	168 671,14	174 433,53	167 970,40	- 5 748,50	- 41 516,35	- 150 643,06
Imposto sobre rendimento	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	168 671,14	174 433,53	167 970,40	- 5 748,50	- 41 516,35	- 150 643,06
Respostas validadas	3			3		

IPSS - PARALISIA CEREBRAL		INSTITUIÇÕES		
BALANÇO		S		
		2018	2017	2016
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		114 814,86	92 062,58	51 066,08
Ativos intangíveis		-	-	-
Outros créditos e ativos não correntes		1 157,69	1 452,50	970,71
Total Ativo não corrente		115 972,55	93 515,08	52 036,79
Ativo corrente				
Inventários		-	-	-
Créditos a receber /Clientes		-	130,00	-
Outras contas a receber		-	-	-
Estado e outros entes públicos		491,50	232,07	364,31
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados		-	-	-
Diferimentos		18 313,47	4 442,24	3 025,81
Outros ativos correntes		30 226,00	25 505,45	33 776,98
Caixa e depósitos bancários		321 576,85	352 832,70	342 566,18
Total Ativo corrente		370 607,82	383 142,46	379 733,28
Total do ativo		486 580,37	476 657,54	431 770,07
Fundos patrimoniais				
Fundos		64 501,77	64 501,77	64 501,77
Reservas		-	-	-
Resultados transitados		333 196,90	295 603,39	252 102,49
Excedentes de revalorização		-	-	-
Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais		9 770,48	-	-
Resultado líquido do período		17 780,63	37 593,51	43 500,90
Total dos fundos patrimoniais		425 249,78	397 698,67	360 105,16
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos		-	-	-
Provisões		-	-	-
Outras dívidas a pagar		-	-	-
Passivo corrente				
Fornecedores		380,21	3 706,07	908,62
Adiantamentos de clientes e utentes		-	-	-
Estado e outros entes públicos		9 498,79	9 743,34	8 839,70
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados		-	-	-
Financiamentos obtidos		-	-	-
Diferimentos		8 571,87	25 568,51	22 329,66
Outros passivos correntes		42 879,72	39 940,95	39 586,93
Passivo corrente		61 330,59	78 958,87	71 664,91
Total do passivo		61 330,59	78 958,87	71 664,91
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		486 580,37	476 657,54	431 770,07

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		S		
		2018	2017	2016
Vendas e Serviços prestados		9 326,34	9 067,85	9 347,80
Subsídios à exploração		456 019,57	444 009,99	429 380,77
Trabalhos para a própria entidade		-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-	-
Fornecimentos e serviços externos		- 78 420,65	- 74 345,42	- 49 563,62
Gastos com o pessoal		- 388 060,62	- 376 866,56	- 374 362,30
Imparidades de dívidas a receber/Reversões		-	-	-
Provisões /Aumentos/Reduções)		-	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor		-	-	-
Outros rendimentos		24 976,03	36 103,91	29 079,10
Outros gastos e perdas		- 1 664,23	- 1 349,62	- 949,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		22 176,44	36 620,15	42 932,75
Imputações de subsídios para investimentos e compensação de doações		-	-	-
Gastos/reversões de depreciações e amortizações		- 4 839,09	- 471,21	- 861,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17 337,35	36 148,94	42 071,52
Juros e rendimentos similares obtidos		443,28	1 471,03	-
Juros e gastos similares suportados		-	- 26,46	- 28,19
Resultados antes de impostos		17 780,63	37 593,51	42 043,33
Imposto sobre rendimento		-	-	-
Resultado líquido do período		17 780,63	37 593,51	42 043,33
Respostas validadas		3		

TOTAL DAS APPC's		CENTRAL DE BALANÇOS DO BANCO DE PORTUGAL		MÉDIA ANUAL DE 09+34 INSTITUIÇÕES DO SETOR		
Total acumulado (42 exercícios)	Média anual	BALANÇO		9 x CAE 87302	34 x CAE 88102	Média Ponderada
				2014	2016	(09+34 Instit.)
115 594 458,31	2 752 249,01	Ativo não corrente				
1 111 807,47	26 471,61	Ativos fixos tangíveis	348 806,00	456 874,00	434 255,12	
1 502 126,55	35 764,92	Ativos intangíveis	2 211,00	382,00	764,81	
		Outros créditos e ativos não correntes	4 016,00	9 678,00	8 492,93	
118 208 392,33	2 814 485,53	Total Ativo não corrente	355 033,00	466 934,00	443 512,86	
	-	Ativo corrente				
88 847,08	2 115,41	Inventários	6 378,00	5 894,00	5 995,30	
6 227 375,26	148 270,84	Créditos a receber /Clientes	573,00	80 372,00	63 669,88	
266 377,51	6 342,32	Outras contas a receber	-	-	-	
292 896,34	6 973,72	Estado e outros entes públicos	804,00	2 705,00	2 307,12	
119 327,82	2 841,14	Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	4 435,00	817,00	1 574,26	
463 100,32	11 026,20	Diferimentos	1 414,00	4 925,00	4 190,14	
7 417 322,72	176 602,92	Outros ativos correntes	26 387,00	59 610,00	52 656,35	
15 721 838,06	374 329,48	Caixa e depósitos bancários	396 405,00	148 446,00	200 344,40	
30 597 085,11	728 502,03	Total Ativo corrente	436 396,00	302 769,00	330 737,44	
148 805 477,44	3 542 987,56	Total do ativo	791 429,00	769 703,00	774 250,30	
	-	Fundos patrimoniais				
3 473 415,39	82 700,37	Fundos	152 477,00	310 145,00	277 144,72	
2 763 783,72	65 804,37	Reservas	464 019,00	230 698,00	279 532,63	
35 639 276,29	848 554,20	Resultados transitados	-	-	-	
11 185 393,08	266 318,88	Excedentes de revalorização	-	-	-	
60 199 109,65	1 433 312,13	Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais	-	-	-	
113 977,64	2 713,75	Resultado líquido do período	58 321,00	3 264,00	14 787,56	
113 147 000,49	2 693 976,20	Total dos fundos patrimoniais	674 817,00	544 107,00	571 464,91	
	-	Passivo não corrente				
8 703 669,56	207 230,23	Financiamentos obtidos	33 904,00	29 064,00	30 077,02	
29 196,61	695,16	Provisões	24 746,00	476,00	5 555,77	
13 629,08	324,50	Outras dívidas a pagar	1 418,00	684,00	837,63	
	-	Passivo corrente				
2 213 754,62	52 708,44	Fornecedores	8 123,00	26 933,00	22 996,02	
16 610,16	395,48	Adiantamentos de clientes e utentes	-	-	-	
2 184 407,12	52 009,69	Estado e outros entes públicos	13 428,00	16 231,00	15 644,33	
51 782,88	1 232,93	Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	-	-	-	
2 674 062,68	63 668,16	Financiamentos obtidos	1 144,00	9 889,00	8 058,65	
9 918 148,30	236 146,39	Diferimentos	23 325,00	68 666,00	59 176,02	
9 853 215,94	234 600,38	Outros passivos correntes	35 270,00	74 129,00	65 995,72	
26 911 981,70	640 761,47	Passivo corrente	81 290,00	195 848,00	171 870,74	
35 658 476,95	849 011,36	Total do passivo	116 612,00	225 596,00	202 785,40	
148 805 477,44	3 542 987,56	Total dos fundos patrimoniais e do passivo	791 429,00	769 703,00	774 250,30	

Total acumulado	Média anual	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		CA 87302	CAE 88102	Média Ponderada
				2014	2016	09+34 Instit.
8 650 637,51	205 967,56	Vendas e Serviços prestados	198 281,00	147 531,00	158 153,09	
71 577 245,92	1 704 220,14	Subsídios à exploração	330 629,00	409 453,00	392 954,95	
94 677,94	2 254,24	Trabalhos para a própria entidade	-	2 108,00	1 666,79	
1 750 807,11	41 685,88	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	56 435,00	26 015,00	32 381,98	
17 063 563,17	406 275,31	Fornecimentos e serviços externos	117 028,00	136 173,00	132 165,91	
57 766 280,99	1 375 387,64	Gastos com o pessoal	269 466,00	392 392,00	366 663,30	
172 022,26	4 095,77	Imparidades de dívidas a receber/Reversões	942,00	459,00	165,77	
3 049,89	72,62	Provisões /Aumentos/Reduções)	3 579,00	189,00	599,65	
1 829,65	43,56	Aumentos/Reduções de justo valor	-	-	-	
5 538 239,44	131 862,84	Outros rendimentos	64 276,00	62 919,00	63 203,02	
3 978 205,25	94 719,17	Outros gastos e perdas	53 481,00	37 043,00	40 483,51	
	-	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	94 139,00	30 118,00	43 517,74	
5 131 142,27	122 170,05	Imputações de subsídios para investimentos e compensação de doações	-	-	-	
243 727,17	5 803,03	Gastos/reversões de depreciações e amortizações	32 725,00	26 111,00	27 495,33	
4 954 131,16	117 955,50	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	61 414,00	4 007,00	16 022,42	
	-	Juros e rendimentos similares obtidos	-	237,00	187,40	
420 738,28	10 017,58	Juros e gastos similares suportados	1 193,00	386,00	554,91	
	-	Resultados antes de impostos	60 221,00	3 858,00	15 654,91	
51 703,35	1 231,03	Imposto sobre rendimento	1 900,00	605,00	876,05	
360 819,68	8 590,94	Resultado líquido do período	58 321,00	3 253,00	14 778,86	
111 621,95	2 657,67					
3 820,58	90,97					
107 801,37	2 566,70					

42

Anexo II - Lei de Bases da Segurança Social

7004-(8)

Diário da República, 1.ª série — N.º 252 — 30 de dezembro de 2013

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 83-A/2013

de 30 de dezembro

Primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei procede à primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social.

Artigo 2.º

Alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro

Os artigos 63.º e 64.º da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 63.º

[...]

- 1 —
- 2 — A lei pode prever que a idade normal de acesso à pensão de velhice seja ajustada de acordo com a evolução dos índices da esperança média de vida.
- 3 — (Anterior n.º 2.)
- 4 — (Anterior n.º 3.)
- 5 — (Anterior n.º 4.)
- 6 — (Anterior n.º 5.)

Artigo 64.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — A lei pode alterar o ano de referência da esperança média de vida previsto no número anterior, sempre que a situação demográfica e a sustentabilidade das pensões justificadamente o exija, aplicando-se o novo fator de sustentabilidade no cálculo das pensões futuras.»

Artigo 3.º

Republicação

É republicada em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, a Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, com a redação atual.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 13 de dezembro de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 30 de dezembro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANÍBAL CAVACO SILVA*.

Referendada em 30 de dezembro de 2013.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Republicação da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro

CAPÍTULO I

Objetivos e princípios

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei define as bases gerais em que assenta o sistema de segurança social, adiante designado por sistema, bem como as iniciativas particulares de fins análogos.

Artigo 2.º

Direito à segurança social

- 1 — Todos têm direito à segurança social.
- 2 — O direito à segurança social é efetivado pelo sistema e exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na presente lei.

Artigo 3.º

Irrenunciabilidade do direito à segurança social

São nulas as cláusulas do contrato, individual ou coletivo, pelo qual se renuncie aos direitos conferidos pela presente lei.

Artigo 4.º

Objetivos do sistema

Constituem objetivos prioritários do sistema de segurança social:

- a) Garantir a concretização do direito à segurança social;
- b) Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade; e
- c) Promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

Artigo 5.º

Princípios gerais

Constituem princípios gerais do sistema o princípio da universalidade, da igualdade, da solidariedade, da equidade social, da diferenciação positiva, da subsidiariedade, da inserção social, da coesão intergeracional, do primado da responsabilidade pública, da complementariedade, da unidade, da descentralização, da participação, da eficácia, da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, da garantia judiciária e da informação.

Artigo 6.º

Princípio da universalidade

O princípio da universalidade consiste no acesso de todas as pessoas à proteção social assegurada pelo sistema, nos termos definidos por lei.

Artigo 7.º

Princípio da igualdade

O princípio da igualdade consiste na não discriminação dos beneficiários, designadamente em razão do sexo e da

nacionalidade, sem prejuízo, quanto a esta, de condições de residência e de reciprocidade.

Artigo 8.º**Princípio da solidariedade**

1 — O princípio da solidariedade consiste na responsabilidade coletiva das pessoas entre si na realização das finalidades do sistema e envolve o concurso do Estado no seu financiamento, nos termos da presente lei.

2 — O princípio da solidariedade concretiza-se:

a) No plano nacional, através da transferência de recursos entre os cidadãos, de forma a permitir a todos uma efetiva igualdade de oportunidades e a garantia de rendimentos sociais mínimos para os mais desfavorecidos;

b) No plano laboral, através do funcionamento de mecanismos redistributivos no âmbito da proteção de base profissional; e

c) No plano intergeracional, através da combinação de métodos de financiamento em regime de repartição e de capitalização.

Artigo 9.º**Princípio da equidade social**

O princípio da equidade social traduz-se no tratamento igual de situações iguais e no tratamento diferenciado de situações desiguais.

Artigo 10.º**Princípio da diferenciação positiva**

O princípio da diferenciação positiva consiste na flexibilização e modulação das prestações em função dos rendimentos, das eventualidades sociais e de outros fatores, nomeadamente, de natureza familiar, social, laboral e demográfica.

Artigo 11.º**Princípio da subsidiariedade**

O princípio da subsidiariedade assenta no reconhecimento do papel essencial das pessoas, das famílias e de outras instituições não públicas na prossecução dos objetivos da segurança social, designadamente no desenvolvimento da ação social.

Artigo 12.º**Princípio da inserção social**

O princípio da inserção social caracteriza-se pela natureza ativa, preventiva e personalizada das ações desenvolvidas no âmbito do sistema, com vista a eliminar as causas de marginalização e exclusão social e a promover a dignificação humana.

Artigo 13.º**Princípio da coesão intergeracional**

O princípio da coesão intergeracional implica um ajustado equilíbrio e equidade geracionais na assunção das responsabilidades do sistema.

Artigo 14.º**Princípio do primado da responsabilidade pública**

O princípio do primado da responsabilidade pública consiste no dever do Estado de criar as condições necessárias à efetivação do direito à segurança social e de organizar, coordenar e subsidiar o sistema de segurança social.

Artigo 15.º**Princípio da complementaridade**

O princípio da complementaridade consiste na articulação das várias formas de proteção social públicas, sociais, cooperativas, mutualistas e privadas com o objetivo de melhorar a cobertura das situações abrangidas e promover a partilha das responsabilidades nos diferentes patamares da proteção social.

Artigo 16.º**Princípio da unidade**

O princípio da unidade pressupõe uma atuação articulada dos diferentes sistemas, subsistemas e regimes de segurança social no sentido da sua harmonização e complementaridade.

Artigo 17.º**Princípio da descentralização**

O princípio da descentralização manifesta-se pela autonomia das instituições, tendo em vista uma maior aproximação às populações, no quadro da organização e planeamento do sistema e das normas e orientações de âmbito nacional, bem como das funções de supervisão e fiscalização das autoridades públicas.

Artigo 18.º**Princípio da participação**

O princípio da participação envolve a responsabilização dos interessados na definição, no planeamento e gestão do sistema e no acompanhamento e avaliação do seu funcionamento.

Artigo 19.º**Princípio da eficácia**

O princípio da eficácia consiste na concessão oportuna das prestações legalmente previstas, para uma adequada prevenção e reparação das eventualidades e promoção de condições dignas de vida.

Artigo 20.º**Princípio da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação**

O princípio da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação visa assegurar o respeito por esses direitos, nos termos da presente lei.

7004-(10)

Diário da República, 1.ª série — N.º 252 — 30 de dezembro de 2013

Artigo 21.º**Princípio da garantia judiciária**

O princípio da garantia judiciária assegura aos interessados o acesso aos tribunais, em tempo útil, para fazer valer o seu direito às prestações.

Artigo 22.º**Princípio da informação**

O princípio da informação consiste na divulgação a todas as pessoas, quer dos seus direitos e deveres, quer da sua situação perante o sistema e no seu atendimento personalizado.

Artigo 23.º**Composição do sistema**

O sistema de segurança social abrange o sistema de proteção social de cidadania, o sistema previdencial e o sistema complementar.

Artigo 24.º**Administração do sistema**

1 — Compete ao Estado, no que diz respeito à componente pública do sistema de segurança social, garantir a sua boa administração.

2 — Compete ainda ao Estado assegurar, no que diz respeito aos regimes complementares de natureza não pública, uma adequada e eficaz regulação, supervisão prudencial e fiscalização.

Artigo 25.º**Relação com sistemas estrangeiros**

1 — O Estado promove a celebração de instrumentos de coordenação sobre segurança social com o objetivo de garantir a igualdade de tratamento aos beneficiários por ele abrangidos que exerçam atividade profissional ou residam no respetivo território relativamente aos direitos e obrigações, nos termos da legislação aplicável, bem como a proteção dos direitos adquiridos e em formação.

2 — O Estado promove, igualmente, a adesão a instrumentos adotados no quadro de organizações internacionais com competência na matéria que visem o desenvolvimento ou a convergência das normas de segurança social adotadas.

CAPÍTULO II**Sistema de proteção social de cidadania****SECÇÃO I****Objetivos e composição****Artigo 26.º****Objetivos gerais**

1 — O sistema de proteção social de cidadania tem por objetivos garantir direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como promover o bem-estar e a coesão sociais.

2 — Para concretização dos objetivos mencionados no número anterior, compete ao sistema de proteção social de cidadania:

- a) A efetivação do direito a mínimos vitais dos cidadãos em situação de carência económica;
- b) A prevenção e a erradicação de situações de pobreza e de exclusão;
- c) A compensação por encargos familiares; e
- d) A compensação por encargos nos domínios da deficiência e da dependência.

Artigo 27.º**Promoção da natalidade**

1 — A lei deve estabelecer condições especiais de promoção da natalidade que favoreçam a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar e atendam, em especial, aos tempos de assistência a filhos menores.

2 — As condições a que se refere o número anterior podem consistir, designadamente, no desenvolvimento de equipamentos sociais de apoio na primeira infância, em mecanismos especiais de apoio à maternidade e à paternidade e na diferenciação e modulação das prestações.

Artigo 28.º**Composição**

O sistema de proteção social de cidadania engloba o subsistema de ação social, o subsistema de solidariedade e o subsistema de proteção familiar.

SECÇÃO II**Subsistema de ação social****Artigo 29.º****Objetivos**

1 — O subsistema de ação social tem como objetivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades.

2 — O subsistema de ação social assegura ainda especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social.

3 — A ação social deve ainda ser conjugada com outras políticas sociais públicas, bem como ser articulada com a atividade de instituições não públicas.

Artigo 30.º**Prestações**

Os objetivos da ação social concretizam-se, designadamente através de:

- a) Serviços e equipamentos sociais;
- b) Programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais;
- c) Prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de exceção; e
- d) Prestações em espécie.

Anexo III - Estatutos das IPSS

Diário da República, 1.ª série — N.º 221 — 14 de novembro de 2014

5882-(13)

dada pelo presente decreto-lei, prevalece sobre os estatutos das instituições particulares de solidariedade social referidas no n.º 4 que, decorrido o prazo aí mencionado, não tenham sido revistos e adaptados, se necessário.

7 — As associações de voluntários de ação social atualmente existentes, nos termos dos artigos 72.º a 75.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 9/85 de 9 de janeiro, 89/85 de 1 de abril, 402/85 de 11 de outubro, e 29/86 de 19 de fevereiro, e como tal registadas deixam de ter essa qualificação, passando a ser qualificadas como associações de solidariedade social, de acordo com o artigo 52.º do mesmo Estatuto.

Artigo 6.º

Norma revogatória

São revogados:

a) A subsecção III da secção II do capítulo I e a secção III do capítulo III do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 9/85, de 9 de janeiro, 89/85, de 1 de abril, 402/85, de 11 de outubro, e 29/86, de 19 de fevereiro;

b) A alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º, o n.º 2 do artigo 7.º, os n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º, o artigo 24.º, o n.º 1 do artigo 25.º, o n.º 2 do artigo 26.º, os artigos 33.º e 39.º, os n.ºs 1 e 2 do artigo 46.º, o artigo 47.º, os artigos 49.º a 51.º, o n.º 3 do artigo 52.º, o artigo 57.º, a alínea h) do n.º 1 do artigo 58.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo 59.º, o n.º 2 do artigo 61.º, os artigos 72.º a 75.º, 78.º a 87.º, o n.º 2 do artigo 89.º, e os artigos 94.º a 96.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 9/85 de 9 de janeiro, 89/85 de 1 de abril, 402/85 de 11 de outubro, e 29/86 de 19 de fevereiro.

Artigo 7.º

Repúblicação

1 — É republicado, em anexo ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, com a redação atual.

2 — Para efeitos da republicação referida no número anterior, é adotado o presente do indicativo na redação de todas as normas.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de outubro de 2014. — *Pedro Passos Coelho* — *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque* — *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo* — *Luís Pedro Russo da Mota Soares*.

Promulgado em 13 de novembro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 14 de novembro de 2014.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

(a que se refere o artigo 7.º)

Repúblicação do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro

Artigo 1.º

É aprovado o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que vai anexo a este diploma.

Artigo 2.º

O Estatuto não é aplicável à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Artigo 3.º

A aplicação do Estatuto nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é determinada, com as adaptações necessárias, em diplomas adequados dos respetivos Governos Regionais.

ESTATUTO DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

CAPÍTULO I

Das instituições particulares de solidariedade social em geral

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Definição

1 — São instituições particulares de solidariedade social, adiante designadas apenas por instituições, as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público.

2 — A atuação das instituições pauta-se pelos princípios orientadores da economia social, definidos na Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, bem como pelo regime previsto no presente Estatuto.

3 — O regime estabelecido no presente Estatuto aplica-se subsidiariamente às instituições que se encontrem sujeitas a regulamentação especial.

Artigo 1.º-A

Fins e atividades principais

Os objetivos referidos no artigo anterior concretizam-se mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio às pessoas idosas;

5882-(14)

Diário da República, 1.ª série — N.º 221 — 14 de novembro de 2014

- d) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- e) Apoio à integração social e comunitária;
- f) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- g) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- h) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- i) Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- j) Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Artigo 1.º-B

Fins secundários e atividades instrumentais

- 1 — As instituições podem também prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos, desde que esses fins sejam compatíveis com os fins definidos no artigo anterior.
- 2 — As instituições podem ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por elas criadas, mesmo que em parceria e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.
- 3 — O regime estabelecido no presente Estatuto não se aplica às instituições em tudo o que diga respeito exclusivamente aos fins secundários e às atividades instrumentais desenvolvidas por aquelas.
- 4 — O disposto no número anterior não prejudica a competência dos serviços com funções de fiscalização ou de inspeção para a verificação da natureza secundária ou instrumental das atividades desenvolvidas e para a aplicação do regime contraordenacional adequado ao efeito.

Artigo 2.º

Formas e agrupamentos das instituições

- 1 — As instituições revestem uma das formas a seguir indicadas:
 - a) Associações de solidariedade social;
 - b) [Revogada];
 - c) Associações mutualistas ou de socorros mútuos;
 - d) Fundações de solidariedade social;
 - e) Irmandades da misericórdia.
- 2 — Para além das formas referidas no número anterior, podem as instituições, nos termos da Concordata celebrada entre a Santa Sé e a República Portuguesa em 18 de maio de 2004, assumir a forma de Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, designadamente Centros Sociais Paroquiais e Caritas Diocesanas e Paroquiais.
- 3 — A especificidade de cada uma das formas de organização é objeto de regulamentação em secção própria do presente Estatuto.
- 4 — As instituições referidas no n.º 1 podem agrupar-se em:
 - a) União;
 - b) Federações;
 - c) Confederações.

Artigo 3.º

Autonomia das instituições

- 1 — O princípio da autonomia assenta no respeito da identidade das instituições e na aceitação de que, salvaguardado o cumprimento da legislação aplicável, exercem as suas atividades por direito próprio e inspiradas no respetivo quadro axiológico.
- 2 — Com respeito pelas disposições estatutárias e pela legislação aplicável, as instituições estabelecem livremente a sua organização interna.

Artigo 4.º

Apoio do Estado e das autarquias

- 1 — O Estado aceita, apoia e valoriza o contributo das instituições na efetivação dos direitos sociais dos cidadãos individualmente considerados.
- 2 — O contributo das instituições e o apoio que às mesmas é prestado pelo Estado concretizam-se em formas de cooperação a estabelecer mediante acordos.
- 3 — As instituições podem encarregar-se, mediante acordos, da gestão de instalações e equipamentos pertencentes ao Estado ou às autarquias locais.
- 4 — O apoio do Estado não pode constituir limitação ao direito de livre atuação das instituições.

Artigo 4.º-A

Acordos de cooperação com o Estado

As instituições ficam obrigadas ao cumprimento das cláusulas dos acordos de cooperação que vierem a celebrar com o Estado.

Artigo 4.º-B

Cooperação entre instituições

- 1 — As instituições podem estabelecer entre si formas de cooperação que visem, designadamente, a utilização comum de serviços ou equipamentos e o desenvolvimento de ações de solidariedade social, de responsabilidade igualmente comum ou em regime de complementaridade.
- 2 — A cooperação entre as instituições concretiza-se por iniciativa destas ou por intermédio das organizações de uniões, federações ou confederações.

Artigo 5.º

Direito dos beneficiários

- 1 — Os interesses e os direitos dos beneficiários preferem aos das próprias instituições, dos associados ou dos fundadores.
- 2 — Os beneficiários devem ser respeitados na sua dignidade e na intimidade da vida privada e não podem sofrer discriminações fundadas em critérios ideológicos, políticos, confessionais ou raciais.
- 3 — Não se consideram discriminações que desrespeitem o disposto no número anterior as restrições de âmbito de ação que correspondam a carências específicas de determinados grupos ou categorias de pessoas.

Diário da República, 1.ª série — N.º 221 — 14 de novembro de 2014

5882-(15)

Artigo 6.º

**Respeito pela vontade dos fundadores e adequação
ao cumprimento da legislação em vigor**

1 — A vontade dos fundadores, testadores ou doadores deve ser sempre respeitada no que diz respeito aos fins, meios e encargos constantes do documento constitutivo da instituição.

2 — Os aspetos organizativos e funcionais das instituições devem adequar-se à legislação em vigor.

Artigo 7.º

Registo

1 — O registo das instituições particulares de solidariedade social é obrigatório e deve ser efetuado nos termos regulamentados pelas respetivas portarias.

2 — [Revogado].

Artigo 8.º

Utilidade pública

As instituições registadas nos termos regulamentados pelas respetivas portarias adquirem automaticamente a natureza de pessoas coletivas de utilidade pública.

SECÇÃO II

**Da criação, da organização interna
e da extinção das instituições**

SUBSECÇÃO I

Da criação das instituições e dos seus estatutos

Artigo 9.º

Criação das instituições

As instituições, suas uniões, federações ou confederações constituem-se e adquirem personalidade jurídica nos termos do presente Estatuto.

Artigo 10.º

Elaboração dos estatutos

1 — As instituições regem-se por estatutos livremente elaborados, com respeito pelas disposições deste Estatuto e demais legislação aplicável.

2 — Dos estatutos das instituições deve constar obrigatoriamente:

- a) A denominação, que não pode confundir-se com denominação de instituições já existentes;
- b) A forma jurídica adotada;
- c) A sede e âmbito de ação;
- d) Os fins e atividades da instituição;
- e) A denominação dos órgãos, a sua composição e forma de designar os respetivos membros;
- f) As competências e regras de funcionamento dos órgãos;
- g) O regime financeiro.

3 — As instituições que prossigam fins de diversa natureza devem mencionar nos estatutos aqueles que consideram como fins principais.

4 — Os Estatutos das Irmandades das Misericórdias designam-se por compromisso, sendo a sua especificidade veiculada na secção própria.

Artigo 11.º

Dispensa de escritura pública

As alterações dos estatutos das instituições não carecem de revestir a forma de escritura pública, desde que estejam registadas nos termos das respetivas portarias.

SUBSECÇÃO II

Dos órgãos das instituições

Artigo 12.º

Órgãos da instituição

1 — Em cada instituição há, pelo menos, um órgão colegial de administração e outro com funções de fiscalização, ambos constituídos por um número ímpar de titulares, dos quais um é o presidente.

2 — Nas instituições de forma associativa há sempre uma assembleia geral de associados.

Artigo 13.º

Competências do órgão de administração

1 — Compete ao órgão de administração gerir a instituição e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte;
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
- d) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da instituição;
- e) Representar a instituição em juízo ou fora dele;
- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da instituição.

2 — As funções de representação podem ser atribuídas pelos estatutos a outro órgão ou a algum dos seus titulares.

3 — O órgão de administração pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários.

Artigo 14.º

Competências do órgão de fiscalização

1 — Compete ao órgão de fiscalização o controlo e fiscalização da instituição, podendo, nesse âmbito, efetuar aos restantes órgãos as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:

- a) Fiscalizar o órgão de administração da instituição, podendo, para o efeito, consultar a documentação necessária;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;

5882-(16)

Diário da República, 1.ª série — N.º 221 — 14 de novembro de 2014

c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que os outros órgãos submetam à sua apreciação;

d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.

2 — Os membros do órgão de fiscalização podem assistir às reuniões do órgão de administração quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão.

3 — Sem prejuízo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio, e no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65/2013, de 13 de maio, o órgão de fiscalização das instituições pode ser integrado ou assessorado por um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, sempre que o movimento financeiro da instituição o justifique.

Artigo 14.º-A

Contas do exercício

1 — As contas do exercício das instituições obedecem ao Regime da Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo legalmente aplicável e são aprovadas pelos respetivos órgãos nos termos estatutários.

2 — As contas do exercício são publicitadas obrigatoriamente no sítio institucional eletrónico da instituição até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito.

3 — As contas devem ser apresentadas, dentro dos prazos estabelecidos, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade.

4 — O órgão competente comunica às instituições os resultados da verificação da legalidade das contas.

5 — Na falta de cumprimento do disposto no n.º 3, o órgão competente pode determinar ao órgão de administração que apresente um programa adequado ao restabelecimento da legalidade e do equilíbrio financeiro, a submeter à sua aprovação.

6 — Caso o programa referido no número anterior não seja apresentado ou não seja aprovado, o órgão competente pode requerer judicialmente a destituição do órgão de administração, nos termos previstos nos artigos 35.º e 35.º-A.

7 — Para efeitos do disposto no presente artigo, os poderes do órgão competente são exercidos pelo membro do Governo responsável pela área da segurança social, com a faculdade de delegação, em órgãos de organismos públicos especializados para o efeito, quando a natureza técnica das matérias o justifique.

Artigo 15.º

Composição dos órgãos

1 — Os órgãos de administração e de fiscalização não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da instituição.

2 — Não podem exercer o cargo de presidente do órgão de fiscalização trabalhadores da instituição.

Artigo 15.º-A

Incompatibilidade

Nenhum titular do órgão de administração pode ser simultaneamente titular de órgão de fiscalização e ou da mesa da assembleia geral.

Artigo 16.º

Funcionamento dos órgãos em geral

1 — Salvo disposição legal ou estatutária em contrário, as deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

2 — As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto, podendo os estatutos prever outros casos em que este modo de escrutínio seja obrigatório.

3 — São sempre lavradas atas das reuniões de qualquer órgão da instituição, que são obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes, ou, quando respeitem a reuniões da assembleia geral, pelos membros da respetiva mesa.

Artigo 17.º

Funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização

1 — Os órgãos de administração e fiscalização são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos.

2 — Os órgãos de administração e de fiscalização só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

3 — Em caso de vacatura da maioria dos lugares de um órgão, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês, nos termos regulados nos estatutos.

4 — Os membros designados para preencherem as vagas referidas no número anterior apenas completam o mandato.

5 — É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito e no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.

Artigo 18.º

Condições de exercício dos cargos

1 — O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes das instituições é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

2 — Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração das instituições exijam a presença prolongada de um ou mais titulares dos órgãos de administração, podem estes ser remunerados, desde que os estatutos assim o permitam, não podendo, no entanto, a remuneração exceder 4 (quatro) vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS) ou, no caso das fundações de solidariedade social, pôr em causa o cumprimento do disposto na Lei-quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, no respeitante ao limite de despesas próprias.

3 — Não há lugar à remuneração dos titulares dos órgãos de administração sempre que se verifique, por via de auditoria determinada pelo membro do Governo responsável pela área da segurança social, que a instituição apresenta cumulativamente dois dos seguintes rácios:

a) Solvabilidade inferior a 50 %;

b) Endividamento global superior a 150 %;

Diário da República, 1.ª série — N.º 221 — 14 de novembro de 2014

5882-(17)

- c) Autonomia financeira inferior a 25 %;
- d) Rendibilidade líquida da atividade negativa, nos três últimos anos económicos.

Artigo 19.º

Forma de a instituição se obrigar

Caso os estatutos sejam omissos, a instituição fica obrigada com as assinaturas conjuntas de quaisquer 3 membros do órgão de administração ou com as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro, salvo quanto aos atos de mero expediente, em que basta a assinatura de um membro do órgão de administração ou de gestão corrente.

Artigo 20.º

Responsabilidade dos titulares dos órgãos

1 — As responsabilidades dos titulares dos órgãos ao abrigo do presente Estatuto são as definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil, sem prejuízo das definidas nos respetivos estatutos das instituições.

2 — Além dos motivos previstos na lei geral, os titulares dos órgãos ficam exonerados de responsabilidade se:

- a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

Artigo 21.º

Elegibilidade

1 — São elegíveis para os órgãos sociais das instituições os associados que, cumulativamente:

- a) Estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos;
- b) Sejam maiores;
- c) Tenham, pelo menos, um ano de vida associativa, salvo se os estatutos exigirem maior prazo.

2 — A inobservância do disposto no número anterior determina a nulidade da eleição do candidato em causa.

3 — [Revogado].

4 — [Revogado].

Artigo 21.º-A

Não elegibilidade

1 — Os titulares dos órgãos não podem ser reeleitos ou novamente designados se tiverem sido condenados em processo judicial por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do setor público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.

2 — Esta incapacidade verifica-se quanto à reeleição ou nova designação para os órgãos da mesma instituição ou de outra instituição particular de solidariedade social.

Artigo 21.º-B

Impedimentos

1 — Os titulares dos órgãos não podem votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges ou pessoa com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges, ascendentes, descendentes ou qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.

2 — Os titulares dos órgãos de administração não podem contratar direta ou indiretamente com a instituição, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a instituição.

3 — Os titulares dos órgãos não podem exercer atividade conflituante com a atividade da instituição onde estão inseridos, nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da instituição, ou de participadas desta.

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existe uma situação conflituante:

- a) Se tiver interesse num determinado resultado ilegítimo, num serviço ou numa transação efetuada;
- b) Se obtiver uma vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça.

Artigo 21.º-C

Mandato dos titulares dos órgãos

1 — A duração dos mandatos dos órgãos é de quatro anos.

2 — Os titulares dos órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.

3 — O exercício do mandato dos titulares dos órgãos só pode ter início após a respetiva tomada de posse, sem prejuízo do disposto no n.º 5.

4 — A posse é dada pelo presidente cessante da mesa da assembleia geral e deve ter lugar até ao 30.º dia posterior ao da eleição.

5 — Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao 30.º dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.

6 — O presidente da instituição ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

7 — A inobservância do disposto no presente artigo determina a nulidade da eleição.

Artigo 21.º-D

Deliberações nulas

1 — São nulas as deliberações:

- a) Tomadas por um órgão não convocado, salvo se todos os seus titulares tiverem estado presentes ou representados ou tiverem posteriormente dado, por escrito, o seu assentimento à deliberação;
- b) Cujo conteúdo contrarie normas legais imperativas;
- c) Que não estejam integradas e totalmente reproduzidas na respetiva ata.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, não se considera convocado o órgão quando o aviso convocatório seja assinado por quem não tenha essa competência ou quando dele não constem o dia, hora e

5882-(18)

Diário da República, 1.ª série — N.º 221 — 14 de novembro de 2014

local da reunião, ou quando reúnam em dia, hora ou local diverso dos constantes do aviso.

SUBSECÇÃO III

[Revogada]

Artigo 22.º

Deliberações anuláveis

As deliberações de qualquer órgão contrárias à lei ou aos estatutos, seja pelo seu objeto, seja em virtude de irregularidades havidas na convocação ou no funcionamento do órgão, são anuláveis, se não forem nulas, nos termos do artigo anterior.

Artigo 23.º

Realização de obras, alienação e arrendamento de imóveis

1 — A empreitada de obras de construção ou grande reparação pertencentes às instituições, devem observar o estabelecido no Código dos Contratos Públicos, com exceção das obras realizadas por administração direta até ao montante máximo de 25 mil euros.

2 — O disposto no número anterior não se aplica às instituições que não recebam apoios financeiros públicos.

3 — Podem ser efetuadas vendas ou arrendamentos por negociação direta, quando seja previsível que daí decorram vantagens para a instituição ou por motivo de urgência, fundamentado em ata.

4 — Em qualquer caso, os preços e rendas aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado normal de imóveis e arrendamentos, de harmonia com os valores estabelecidos em peritagem oficial.

5 — Excetua-se do preceituado nos números anteriores os arrendamentos para habitação, que seguem o regime geral sobre arrendamentos.

Artigo 24.º

Depósito de capitais

[Revogado].

Artigo 25.º

Aceitação de heranças, legados e doações

1 — [Revogado].

2 — As instituições não são obrigadas a cumprir encargos que excedam as forças de heranças, legados ou doações por elas aceites, quer por absorverem o seu valor, quer por envolverem prestações periódicas superiores ao rendimento dos bens recebidos.

3 — Os encargos que excedem as forças da herança, legado ou doação são reduzidos até ao limite dos respetivos rendimentos ou até à terça parte do capital.

SUBSECÇÃO IV

Da fusão, cisão e extinção das instituições

Artigo 26.º

Regime aplicável

1 — A fusão, cisão e extinção das instituições obedecem ao regime legal aplicável à forma que revistam em cada caso.

2 — [Revogado].

3 — Pode ainda uma instituição extinguir-se quando delibere integrar-se noutra.

Artigo 27.º

Destino dos bens das instituições extintas

1 — Os bens das instituições extintas reverterem para outras instituições particulares de solidariedade social ou para entidades de direito público que prossigam idênticas finalidades, nos termos das disposições estatutárias, ou, na sua falta, mediante deliberação dos órgãos competentes.

2 — Não havendo disposição estatutária aplicável, nem deliberação dos órgãos competentes, os bens são atribuídos, por decisão do membro do Governo responsável pela área da segurança social, a instituições particulares de solidariedade social com sede ou estabelecimento no concelho da localização dos bens, ou em concelhos limítrofes, preferindo as que prossigam ações do tipo das exercidas pelas instituições extintas, ou, na sua falta, para entidades de direito público que prossigam essas ações.

3 — Aos bens deixados ou doados com qualquer encargo ou afetados a determinados fins é dado destino de acordo com os números anteriores, respeitando quanto possível a intenção do encargo ou da afetação.

4 — No caso de a instituição extinta ser católica, na atribuição dos bens é dada preferência a outra instituição católica.

5 — O disposto no número anterior não se aplica aos bens afetos a fim especificamente religioso, cuja atribuição é feita nos termos da Concordata celebrada entre a Santa Sé e a República Portuguesa em 18 de maio de 2004.

Artigo 28.º

Destino dos bens integralmente adquiridos com subsídios de entidades oficiais

O disposto no artigo anterior não se aplica aos bens integralmente adquiridos com subsídios de entidades oficiais, os quais reverterem para essas entidades, salvo se tiver sido previsto outro destino em acordo de cooperação.

Artigo 29.º

Bens de instituições extintas que interessem ao cumprimento de acordos de cooperação

A atribuição a outra instituição dos bens das instituições extintas que interessem diretamente ao cumprimento de acordos de cooperação carece de concordância das entidades intervenientes no acordo.

Artigo 30.º

Sucessão das instituições

1 — As instituições e as entidades de direito público para as quais reverte o património das instituições extintas sucedem-lhes nos direitos e obrigações, nomeadamente no que respeita aos beneficiários, mas só respondem pelo pagamento das dívidas até ao valor dos bens que lhes tenham sido atribuídos.

2 — Nenhuma instituição é obrigada a receber, sem sua concordância, bens provenientes de outra que tenha sido extinta.

3 — O disposto nos números anteriores aplica-se igualmente às instituições para as quais reverte o património de outras instituições por efeito de fusão ou cisão.

4 — No caso de cisão as garantias dos credores não devem ser reduzidas, sendo o processo de cisão antecedido de parecer do membro do Governo responsável pela área da segurança social, ao qual compete verificar a existência de credores.

Artigo 31.º

Efeitos da extinção

1 — No caso de extinção, é designada uma comissão liquidatária, pela assembleia geral ou pela entidade que decretou a extinção.

2 — Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimação dos negócios pendentes.

3 — Pelos atos restantes e pelos danos que deles advierem à instituição respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram.

4 — Pelas obrigações que os titulares dos órgãos contraírem a instituição só responde perante terceiros se estes estiverem de boa-fé e a extinção da instituição não tiver sido dada a devida publicidade.

SECÇÃO III

Da tutela

Artigo 32.º

Atos sujeitos a autorização

[Revogado].

Artigo 33.º

Atos sujeitos a visto

[Revogado].

Artigo 34.º

Fiscalização

1 — O Estado, através dos seus órgãos e serviços competentes, nos termos da lei geral, exerce os poderes de inspeção, auditoria e fiscalização sobre as instituições incluídas no âmbito de aplicação do presente Estatuto, podendo para o efeito ordenar a realização de inquéritos, sindicâncias e inspeções.

2 — Os poderes de fiscalização são exercidos pelos serviços competentes do ministério responsável pela área da segurança social, nos exatos termos definidos nos respetivos estatutos, por forma a garantir o efetivo cumprimento dos seus objetivos no respeito pela lei.

3 — Para além da notificação em sede de audiência prévia, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, os serviços competentes devem comunicar ao órgão de administração da instituição os resultados das ações de fiscalização e de inspeção desenvolvidas, incluindo as recomendações adequadas à supressão das irregularidades e deficiências verificadas.

4 — Os mecanismos adequados à articulação entre o ministério responsável pela área da segurança social e os outros Ministérios são definidos por portaria dos respetivos membros do Governo, com competência para o efeito.

Artigo 35.º

Destituição dos órgãos de administração

1 — Quando se verifique a prática reiterada de atos ou a omissão sistemática do cumprimento de deveres legais ou estatutários pelo órgão de administração que sejam prejudiciais aos interesses da instituição ou dos seus beneficiários, podem ser judicialmente destituídos os titulares dos órgãos de administração.

2 — O membro do Governo responsável pela área da segurança social pode pedir judicialmente a destituição do órgão de administração nas seguintes situações:

a) Por inadequação ao restabelecimento da legalidade ou do equilíbrio financeiro da instituição;

b) Por incumprimento dos objetivos programados, por motivos imputáveis ao órgão de administração;

c) Por se verificarem graves irregularidades no funcionamento da instituição ou dificuldades financeiras que obstem à efetivação dos direitos dos associados e utentes;

d) Pela não apresentação das contas do exercício, durante dois anos consecutivos e segundo os procedimentos definidos pelo artigo 14.º-A;

e) Pela não apresentação e ou não aprovação do programa adequado ao restabelecimento da legalidade e do equilíbrio financeiro, nos termos previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 14.º-A;

f) Por se verificar a prática de atos gravemente lesivos dos direitos dos associados e utentes e da imagem da instituição.

3 — As associações, uniões, federações ou confederações de instituições têm legitimidade para requerer ao ministério responsável pela área da segurança social que promova o pedido judicial de destituição do órgão de administração, se tiverem conhecimento de factos imputáveis a instituições suscetíveis de integrar o disposto na alínea f) do número anterior.

4 — São aplicáveis a este procedimento as normas que regulam os processos de jurisdição voluntária.

Artigo 35.º-A

Procedimento judicial em caso de destituição dos órgãos de administração

1 — Nos casos previstos no artigo anterior, observa-se o seguinte:

a) O Ministério Público especifica os factos que justificam o pedido, oferecendo logo a prova, e os membros do órgão de administração constituídos arguidos são citados para contestar;

b) O juiz decide a final e, em caso de deferimento, deve nomear uma comissão provisória de gestão, proposta pelo Ministério Público.

2 — São aplicáveis a este procedimento as normas que regulam os processos de jurisdição voluntária, em especial o processo de suspensão e destituição de órgãos sociais, previsto no artigo 1055.º do Código de Processo Civil.

5882-(20)

Diário da República, 1.ª série — N.º 221 — 14 de novembro de 2014

Artigo 35.º-B**Comissão provisória de gestão**

1 — A comissão provisória de gestão a que se refere o artigo anterior é constituída de preferência por associados e tem a competência do órgão de administração.

2 — Nas situações de instituições que não possuem associados, a comissão provisória de gestão é composta por um administrador judicial.

3 — O mandato da comissão provisória de gestão tem a duração de um ano, prorrogável até três anos.

4 — Durante esse período ficam suspensos quer o funcionamento, quer as competências dos restantes órgãos sociais obrigatórios.

5 — Antes do termo das suas funções, a comissão deve providenciar no sentido da designação dos titulares dos órgãos sociais da instituição, incluindo os novos membros do órgão de administração, nos termos estatutários.

Artigo 36.º**Procedimento cautelar**

1 — Quando se verifique a necessidade urgente de salvaguardar interesses dos beneficiários, da instituição ou do Estado, pode o Ministério Público requerer, com dependência do procedimento referido no artigo 35.º-A, a suspensão dos órgãos sociais obrigatórios e a nomeação de um administrador judicial.

2 — A este procedimento são aplicáveis as disposições da lei processual civil sobre procedimentos cautelares comuns, com exceção das respeitantes à substituição por caução.

Artigo 37.º**Encerramento administrativo dos estabelecimentos**

1 — As entidades competentes para a fiscalização e inspeção das instituições podem determinar o encerramento de estabelecimentos ou serviços das instituições, quando se comprove que o seu funcionamento decorre de modo ilegal ou quando apresentam graves condições de insalubridade, inadequação das instalações, ou deficientes condições de segurança, higiene e conforto dos beneficiários.

2 — Para a efetivação do encerramento nos termos do número anterior, podem as entidades competentes para a fiscalização e inspeção das instituições solicitar a intervenção das autoridades administrativas e policiais competentes.

Artigo 38.º**Requisição de bens**

1 — Para garantir a continuidade das respostas sociais, pode o membro do Governo responsável pela área da segurança social requisitar, sem prejuízo dos direitos de terceiro sobre tais bens, os bens afetos às atividades das instituições para serem utilizados com o mesmo fim e na mesma área por outras instituições ou por serviços oficiais, quando as instituições se extinguam ou suspendam o exercício de atividades e se verifique que os beneficiários são por esse motivo gravemente prejudicados.

2 — A requisição cessa:

a) Quando os bens deixarem de ser necessários ao exercício das ações a que estavam afetos;

b) Logo que as instituições voltem a assegurar a efetiva realização das mesmas atividades;

c) Quando houver lugar a atribuição definitiva de bens.

Artigo 38.º-A**Delegação de competências**

O membro do Governo responsável pela área da segurança social pode atribuir a organismos públicos especializados o desempenho de parte das suas funções, quando a natureza técnica das matérias o justifique.

Artigo 39.º**Acordos de cooperação**

[Revogado].

CAPÍTULO II**Das atividades de solidariedade social das organizações religiosas****SECÇÃO I****Das organizações religiosas em geral****Artigo 40.º****Organizações e instituições religiosas**

As organizações e instituições religiosas que, para além dos fins religiosos, se proponham exercer atividades enquadráveis no artigo 1.º ficam sujeitas, quanto ao exercício destas atividades, ao regime estabelecido no presente Estatuto.

Artigo 41.º**Institutos de organizações religiosas**

Os institutos de solidariedade social de organizações religiosas são pessoas coletivas instituídas e mantidas por organizações ou instituições religiosas com os objetivos previstos no artigo 1.º, bem como os demais requisitos estabelecidos no presente Estatuto.

Artigo 42.º**Estatutos**

1 — Os estatutos dos institutos abrangidos pela presente secção devem consignar a sua ligação específica à organização religiosa fundadora e conformar-se com as disposições aplicáveis do presente Estatuto.

2 — As funções do órgão de fiscalização podem ser atribuídas pelos estatutos à entidade fundadora.

Artigo 43.º**Destino dos bens**

No ato de constituição ou nos estatutos pode estabelecer-se que em caso de extinção revertam para